

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A INFLUÊNCIA AFRICANA NO PORTUGUÊS
VERNÁCULO BRASILEIRO: REFLEXÕES
SOBRE CLÍTICOS DE OBJETO**

LUANA MARTINS DA SILVA SANTOS

Tese orientada pela Doutora Fernanda Pratas, especialmente elaborada
para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A INFLUÊNCIA AFRICANA NO PORTUGUÊS
VERNÁCULO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE
CLÍTICOS DE OBJETO

LUANA MARTINS DA SILVA SANTOS

Tese orientada pela Doutora Fernanda Pratas, especialmente elaborada
para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

2018

*O saber a gente aprende com os mestres e com os livros. A sabedoria se
aprende é com a vida e com os humildes.*

(Cora Coralina)

Pronominais

Dê-me um cigarro

Diz a gramática

Do professor e do aluno

E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco

Da Nação Brasileira

Dizem todos os dias

Deixa disso camarada

Me dá um cigarro

(Oswald de Andrade)

Ao Universo

Agradecimentos

Agradeço à minha família, que mesmo de longe, esteve sempre me apoiando.

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão à professora Fernanda Pratas, minha orientadora, pela partilha de conhecimento, compreensão, paciência e palavras de incentivo quando eu mais precisava.

Agradeço também a todo o corpo docente da disciplina Linguística Comparada: Português em Contacto (2015/2016) por ter me inspirado a desenvolver um estudo entrelaçando dois tópicos extremamente relevantes para mim – o português brasileiro e a influência africana na formação da identidade brasileira.

Gostaria de agradecer imensamente ao júri da minha defesa, as doutoras Catarina Magro e Nélia Alexandre, pelo tempo dedicado, pela indicação das alterações necessárias e por apontarem pontos relevantes para a melhoria deste estudo. Muitas das reformulações aconselhadas serão aplicadas durante o desenvolvimento de estudos futuros.

Resumo

A história do Brasil evidencia que o português brasileiro resulta de um contexto de contato de línguas. Entre as muitas mudanças ocorridas no português vernáculo brasileiro, o comportamento dos clíticos de objeto é considerado um dos aspectos gramaticais que mais se distanciam do português europeu. Nessa área da gramática do português do Brasil, a generalização da próclise e a redução do paradigma pronominal, que inclui a eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa, são as mudanças mais significativas. Neste estudo, refletiremos como os aloglotos, sobretudo os povos africanos, na situação de contato linguístico vivida no Brasil, influenciaram essas mudanças que caracterizam o português vernáculo brasileiro contemporâneo. Este estudo procura contribuir para o debate sobre a formação do português vernáculo brasileiro, reafirmando a grande importância africana nessa variedade do português falada hoje por mais de 200 milhões de brasileiros.

Palavras-chave: mudança linguística, contato linguístico, sociolinguística, português vernáculo brasileiro, clíticos de objeto

Abstract

Based on the history of Brazil, Brazilian Portuguese is an outcome from a language contact situation. Among the many parametric changes in Brazilian Vernacular Portuguese, one of the most salient contrasts with European Portuguese is considered to be the pronominal clitics. In regard to this grammatical aspect of the Brazilian Portuguese, the generalization of proclisis and the decreasing use of pronominal clitics, which includes the loss of third person accusative clitics, are the most striking changes. In this dissertation, we will analyse how the non-native Portuguese speakers, mainly the African population, during the situation of linguistic contact in Brazil, influenced these changes that characterize the contemporary Brazilian Vernacular Portuguese. This dissertation aims to contribute to the debate on the genesis of Brazilian Vernacular Portuguese, reaffirming the great importance of the African population in this variety of Portuguese spoken today by more than 200 million people in Brazil.

Keywords: language change, linguistic contact, sociolinguistics, Brazilian Vernacular Portuguese, pronominal clitics

Abreviações

AUX - Auxiliar

CJ - Forma Verbal Associada

DAT - Dativo

DEM - Demonstrativo

DJ- Forma Verbal Desassociada

FV - Vogal Final/Sufixo Final

INF - Infinitivo

LOC - Locativo

OM - Marcador de Objeto

PRES- Presente

PVF - Perfectivo

PST - Passado

PL - Plural

SG - Singular

SM - Marcador de Sujeito

Sumário

Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Abreviações.....	ix
Introdução.....	1
Parte I.....	6
Capítulo 1 – Uma breve revisão sobre aquisição e mudança linguística...	7
1.1 Introdução.....	7
1.2 Aquisição e mudança linguística.....	7
1.2.1 A relação entre aquisição de língua materna e mudança linguística.....	8
1.2.2 Mudança e aquisição de língua segunda.....	11
1.2.3 Mudança e contato linguístico.....	13
1.3 Conclusão.....	18
Capítulo 2 – Aspectos sociolinguísticos do português do Brasil: passado e presente.....	19
2.1 Introdução.....	19
2.2 Um breve panorama sobre a sócio-história do Brasil.....	19
2.3 A formação do português do Brasil.....	23
2.3.1 Informações sociolinguísticas iniciais.....	24
2.3.2 O cenário e os principais aloglotas participantes no processo de formação do PB vernáculo.....	25
2.3.3 O processo de transmissão linguística irregular no Brasil.....	29
2.3.4 A grande importância negada.....	33
2.4 Resumo do quadro linguístico atual do Brasil.....	35
2.5 Conclusão.....	38
Capítulo 3 – Os morfemas de objeto nas línguas bantas, no português europeu e no português brasileiro: uma descrição geral.....	40
3.1 Introdução.....	40

3.2 Os morfemas de objeto: pronomes clíticos ou afixos?.....	40
3.3 Os marcadores de objeto nas línguas bantas.....	43
3.3.1 A marcação de objeto nas línguas bantas.....	45
3.3.2 Uma análise para os OMs das línguas bantas.....	49
3.4 Os pronomes clíticos do português europeu.....	51
3.5 Os pronomes clíticos do português do Brasil.....	56
3.5.1 O padrão de colocação dos clíticos de objeto do português brasileiro.....	57
3.5.2 Uma análise para os pronomes de objeto do português do Brasil.....	62
3.6 Conclusão.....	66
Parte II.....	68
Capítulo 4 – A próclise na história da língua portuguesa e o papel do conservadorismo no português do Brasil.....	69
4.1 Introdução.....	69
4.2 A próclise na história da língua portuguesa e o conservadorismo no PB: ponderando os fatos.....	69
4.2.1 A próclise e o português quinhentista.....	70
4.2.2 Uma reavaliação do papel do conservadorismo no PB.....	72
4.2.3 Próclise generalizada do PB: uma alternativa ao conservadorismo.....	74
4.3 Conclusão.....	77
Capítulo 5 – A influência africana na generalização da próclise e na eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português vernáculo brasileiro.....	79
5.1 Introdução.....	79
5.2 Clíticos de objeto do português brasileiro na perspectiva do contato linguístico.....	79
5.2.1 A influência africana e a próclise generalizada do PB.....	80
5.2.2 A influência africana e a redução do paradigma pronominal do PB: os clíticos acusativos o(s)/a(s).....	87
5.3 Conclusão.....	95
Capítulo 6 – Os clíticos de objeto em variedades africanas do português e em crioulos de base portuguesa: uma breve comparação.....	97
6.1 Introdução.....	97

6.2 Aspectos dos clíticos de objeto em variedades africanas do português e em crioulos de base portuguesa em África e Ásia.....	97
6.2.1 Variedades do português em África.....	98
6.2.2 Crioulos de base portuguesa.....	103
6.2.2.1 Crioulos de base portuguesa em África.....	103
6.2.2.2 O crioulo indo-português de Diu.....	105
6.2.3 Considerações sobre o efeito do contato linguístico nas variedades africanas do português.....	108
6.3 Conclusão.....	111
Considerações Finais.....	113
Referências Bibliográficas.....	117

Introdução

As maneiras e as razões que levam uma língua a mudar podem ser variadas, fomentando diferentes interpretações para o fenômeno. Entretanto, é consensual que há “uma estreita relação que liga a falta de homogeneidade dos usos da língua – a variação – e a substituição das regras que presidem à organização das gramáticas” (Marquilhas, 2013: 17). O caráter heterogêneo das línguas naturais se deve ao fato de elas constituírem também um fator social. Nas palavras de Faraco (2016: 9), as línguas

estão intimamente atadas às dinâmicas histórico-políticas e às construções imaginário-ideológicas das sociedades em que são faladas. Em outros termos, as línguas não existem em si e por si; elas não são entidades autônomas – as línguas são elas e seus falantes; elas e as sociedades que as falam.

Dentro do programa de pesquisa da Sociolinguística Variacionista, iniciado por Labov na década de 1960, a língua é assumida como um sistema inerentemente variável. As línguas podem variar no tempo (variação histórica), no espaço (variação diatópica), na situação (variação diafásica) e de acordo com o nível socioeconômico do falante (variação diastrática). Elas também variam nos seus domínios internos (morfológico, fonológico, sintático, lexical e semântico). Os fatores que motivam a variação, e consequentemente uma mudança na língua, podem ser externos, internos ou ambos (Velupillai, 2012: 385). Assim sendo, para identificar e compreender os mecanismos que impulsionam o processo de mudança linguística, o ideal seria ter uma análise das alterações no plano das relações sociais, *i.e.*, alterações que caracterizam uma comunidade de fala, que integrasse o sistema mental do funcionamento da língua (Lucchesi & Ribeiro, 2009). Entretanto, é um desafio reunir a abordagem sociolinguística e gerativa, já que esses dois modelos “se fundamentam em concepções muito distintas do seu objeto de estudo” (Lucchesi & Ribeiro, 2009: 128). Apesar do obstáculo, se mostra necessário entender como os processos sociais de mudança linguística são restringidos pelo sistema biológico da faculdade da linguagem (Lucchesi & Ribeiro, 2009: 128).

Para um estudo adequado sobre as mudanças linguísticas ocorridas no português brasileiro, então, parece necessário entrelaçar uma abordagem de arte interpretativa para “a recuperação da história social linguística do Brasil” (Mattos e

Silva, 2004: 54) com modelos teóricos gerativistas. E como enfatizamos, esse entrelaçamento não é fácil. Para Labov (1994), os grandes obstáculos que rodeiam os estudos sobre mudança linguística e linguística histórica tornam essa tarefa um empreendimento quixotesco. Talvez realmente seja uma tarefa quixotesca. Mas o desafio é instigante.

O português europeu (PE) transplantado para o Brasil passou por diversas mudanças, resultando no português brasileiro (PB) atual. E devido ao contexto sócio-histórico de contato linguístico que caracterizou a formação do PB, as análises sobre as mudanças da variedade brasileira do português, de uma forma geral, podem ser categorizadas pelo grau de relevância que elas conferem aos aloglotas – índios e africanos – na participação dessas mudanças. Apesar dos obstáculos para se determinar com precisão como e quais fatores desencadeiam os vários rumos que uma língua pode tomar, para o português vernáculo brasileiro, evidências sugerem que muitas mudanças resultam de uma contribuição africana.

De acordo com Petter (2006/2007: 77), é em 1933 que os debates sobre a influência africana no português do Brasil são iniciados com as obras “A influência africana no português do Brasil” de Renato Mendonça e “O elemento afro-negro na língua portuguesa” de Jacques Raimundo. Na década de 1950, o filólogo e linguista Silva Neto, baseando-se nos estudos estruturalistas de análise interna das línguas e nas ideologias da época, minimizou a contribuição dos indígenas e africanos para a caracterização do português do Brasil (Mattos e Silva, 2004; Petter, 2006/2007; Lucchesi, 2012, 2013; Avelar & Galves, 2014). Sobre a formação do PB, segundo Silva Neto (1988: 604 *apud* Lucchesi, 2013: 203),

não se pode esquecer que a ação dos aloglotas consiste, de modo geral, em precipitar a deriva da língua, isto é, tendências já contidas no sistema. A evolução opera-se no sentido de tendências pré-existentes, que então irrompem e se difundem. É sabido que o aloglota reproduz, acentuando-os e exagerando-os, os traços da pronúncia que ouve.

No fim do século XX, os linguistas Guy (1983 *apud* Lucchesi, 2013: 194) e Holm (1987 e 1992 *apud* Lucchesi, 2013: 194) voltaram novamente a promover a discussão sobre a influência dos africanos na formação do PB. Para eles, a contribuição africana foi de grande extensão para a formação das variedades populares do português do Brasil. Defendiam que as variedades populares atuais do PB seriam resultantes de um processo de descrioulização de um crioulo (Guy, 1983 *apud* Lucchesi, 2013: 194) e de um semicrioulo (Holm, 1987 e 1992 *apud* Lucchesi, 2013: 194). As teorias sobre

uma possível descrioulização para o PB, no entanto, mostraram várias inadequações e já foram superadas, até mesmo por alguns dos seus defensores (Petter & Cunha, 2015: 241). Em Holm (2009), já se reconhece a impossibilidade de ter havido um crioulo no Brasil e, assim, não sendo o PB vernáculo originado em um processo de descrioulização.

O debate em torno da extensão da contribuição dos índios e dos africanos na formação do português vernáculo brasileiro ainda parece estar longe de alcançar um consenso. Estudos mais recentes, como os de Naro & Scherre (2007), retomam a noção de deriva linguística de Sapir (1949/1921), na concepção teórica do Estruturalismo, que “encerrava a história e o funcionamento da língua na lógica interna de sua estrutura, unitária, homogênea e imune às interferências dos fatores sociais” (Lucchesi, 2012: 52). Naro & Scherre (2007) afirmam que algumas das principais características do PB popular, nomeadamente as variações nos paradigmas de concordância nominal e verbal, resultam de uma mudança interna previsível na língua, da força da deriva secular. Para eles (2007: 50), essas variações no português vernáculo falado no Brasil têm origem na “antiga deriva secular das línguas indo-europeias em geral, e das línguas românicas em particular, em direção a uma gramática com menos flexão nos termos de Sapir (1949/1921: 145-170)”. Nessa visão, o contexto de contato de línguas no Brasil só serviu para acelerar as mudanças na concordância verbal e nominal no português vernáculo brasileiro.

Do outro lado do debate, trabalhos atuais, como os de Mattos e Silva (2004), Lucchesi (2006, 2008, 2009, 2012, 2013), Avelar & Galves (2014) e Holm (2009), por exemplo, destacam a importância da influência africana no português do Brasil. De uma maneira abrangente, esses estudos consideram o PB uma língua resultante de um contexto de contato linguístico, em que o português foi adquirido como uma segunda língua (L2) de forma não ideal pelos aloglotas (índios e africanos), e limitam a possibilidade de processos prévios de crioulição a somente locais bastante específicos no Brasil, como as comunidades rurais de afrodescendentes isoladas e remanescentes de antigos quilombos. É neste lado do debate que inserimos o nosso estudo.

O nosso objetivo com esta dissertação é também participar do debate em torno da formação do PB vernáculo, fornecendo reflexões sobre algumas mudanças dessa variedade do português. Em uma esfera extralinguística, os aspectos discutidos ao longo deste estudo também estarão entrelaçados ao nosso objetivo de fundo, que é

a importância de continuar reconhecendo a grande importância que a população africana, levada à força ao Brasil pelas atrocidades do regime escravista, teve para a formação da identidade brasileira, incluindo a língua vernácula contemporânea. No plano linguístico, para realçar a importância dos africanos no português vernáculo brasileiro, teremos como base inicial uma descrição dos principais fatos sociolinguísticos na história do Brasil e, a partir disso, refletiremos sobre o comportamento de clíticos com conteúdo argumental de objeto, que é uma das áreas da gramática que mais distancia o PB do PE (Lobo, 2002; Kato & Martins, 2016). Nessa área da gramática, a redução do paradigma pronominal e a generalização da próclise são consideradas as mudanças mais destacáveis (Cyrino, 1993, 2003).

Neste estudo, refletiremos sobre o desuso dos pronomes de objeto, com foco na generalização da próclise seguida da eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português vernáculo brasileiro como fenômenos desencadeados pelo contato entre línguas, analisando os possíveis efeitos da influência africana. Em relação aos clíticos acusativos de terceira pessoa, indicaremos também o que a sua sobrevivência restrita a registros formais pode revelar sobre o quadro linguístico atual do Brasil. Como o nosso objetivo é pré-teórico, nos limitaremos a refletir sobre esses aspectos gramaticais, estabelecendo algumas generalizações plausíveis que possam servir de base trabalhos futuros.

Também é necessário determinar aqui o que temos considerado “influência africana” ao longo deste estudo. Como bem resumido por Mattos e Silva (2004: 93),

[...], com base em fatores sócio-históricos ou da história social brasileira, a “voz” africana e dos afrodescendentes, adquirindo necessariamente a língua dos colonizadores, a portuguesa, como língua segunda, na oralidade do cotidiano diversificado e multifacetado, sem o controle normativizador explícito da escolarização, reestruturou o português europeu, que no Brasil começa a chegar em 1500 e sucessivamente ao longo do período colonial e, no século XIX, em contingentes significativos, com a emigração.”

Neste estudo, assim, entendemos que a influência africana nos fenômenos dos morfemas de objeto do PB aqui em foco pode ter se dado através dos processos universais inerentes da aquisição de língua segunda em situação de contato linguístico. E de uma forma mais específica dentro do processo de aquisição e uso de língua segunda, essa influência corresponde à transferência de propriedades das línguas africanas levadas ao Brasil.

Esta dissertação, então, está organizada em seis capítulos e subdividida em duas partes. A primeira parte (capítulos 1-3) incluirá uma revisão de conceitos teóricos de aquisição e mudança linguística, apresentação de alguns fatos importantes da sócio-história do Brasil e uma descrição geral dos morfemas de objeto das línguas bantas, do português europeu e do português brasileiro. A segunda parte (capítulos 4-6) trará as nossas reflexões sobre os aspectos dos clíticos de objeto aqui em estudo.

No capítulo 1, destacaremos alguns pressupostos teóricos sobre aquisição da língua e sintetizaremos como uma mudança linguística pode ser impulsionada em contextos de aquisição de língua segunda e contato de línguas.

No capítulo 2, apresentaremos brevemente alguns fatos sócio-históricos do Brasil para compreender a formação do português vernáculo brasileiro. Também resumiremos a situação sociolinguística atual no Brasil.

O capítulo 3 corresponde a uma breve análise descritiva dos morfemas de objeto nas línguas bantas em geral, no português europeu e no português brasileiro.

O capítulo 4 versa sobre uma outra hipótese para compreender o período mais proclítico constatado nas fontes históricas da língua portuguesa. Também apontaremos alguns problemas ao se defender o papel do conservadorismo no PB, levantando uma suposição que poderia melhor relacionar a contribuição da língua portuguesa à próclise generalizada do PB.

No capítulo 5, dentro da perspectiva de mudança linguística induzida por contato linguístico, abordaremos como a influência africana pode também ter contribuído para a generalização da próclise e a extinção dos clíticos acusativos de terceira pessoa no PB vernáculo.

No último capítulo, o capítulo 6, através de uma breve descrição e comparação, examinaremos alguns aspectos dos clíticos de objeto em variedades africanas do português. Também discutiremos brevemente sobre algumas questões dos morfemas de objeto em alguns crioulos de base portuguesa.

Por fim, uma nota prévia. Este estudo está escrito na variedade brasileira do português, e, assim, entre muitas outras particularidades, ocorrências de objeto nulo, generalização da próclise e variações entre ênclise e próclise são mais do que esperadas. Por si, é um exemplo das mudanças linguísticas discutidas aqui que caracterizam como um todo o português brasileiro contemporâneo.

Parte I

CAPÍTULO 1

Uma breve revisão sobre aquisição e mudança linguística

1.1 Introdução

Neste capítulo inicial, discutiremos brevemente o processo de aquisição e mudança linguística (1.2). Destacaremos pontos importantes sobre a relação entre mudança linguística e aquisição de língua materna (1.2.1) e de segunda língua (1.2.2), e contato linguístico (1.2.3). Na seção 1.3, apresentaremos uma conclusão das ideias expostas no capítulo.

1.2 Aquisição e mudança linguística

Como ressaltamos, para uma melhor compreensão do fenômeno de mudança linguística é fundamental, além das concepções desenvolvidas dentro do programa gerativista, levar em conta a importância do comportamento linguístico no uso concreto da língua, integrando fatores sociais na análise do seu desenvolvimento (Lucchesi & Ribeiro, 2009). As contribuições complementares dos modelos variacionista e gerativista para o estudo da mudança linguística podem ser sumarizadas com as palavras de Lucchesi & Ribeiro (2009: 126), a análise do processo de mudança “não pode se restringir aos fatores estruturais internos, devendo integrar também os chamados fatores externos, relativos à estrutura social”.

Nas seções a seguir, apresentaremos brevemente alguns dos principais pressupostos de como podem ser desencadeadas as mudanças nas línguas durante

os processos de aquisição da linguagem e em situações de contato linguístico. Alguns dos principais fatores externos determinantes para a formação do português do Brasil serão observados com mais detalhe no próximo capítulo.

1.2.1 A relação entre aquisição de língua materna e mudança linguística

Desde o início dos estudos gerativistas, considera-se que a aquisição da língua materna (L1) é condicionada por um dispositivo inato (faculdade da linguagem), em que a Gramática Universal (GU) é responsável por definir antecipadamente a escolha da forma das gramáticas (White, 2003: 2). A grande disparidade entre a complexidade da gramática de um adulto e o *input* “pobre” a que a criança é exposta durante a aquisição na infância pode ser somente explicada por uma capacidade biológica inerente aos humanos. Dito de outro modo, o “problema da pobreza do estímulo” revela que a capacidade dos seres humanos de desenvolver as propriedades complexas das línguas se deve necessariamente a um dispositivo presente no código genético humano (Lightfoot, 2010; Gonçalves, 2010). Para o dispositivo inato da linguagem começar a definir uma forma de gramática é fundamental o papel do *input*, os “dados linguísticos primários” (White, 2003: 2). Os “dados linguísticos primários” fazem parte da língua externa (Língua-E), agindo como uma experiência detonadora para que a GU se desenvolva em uma gramática interna específica (Língua-I) (Lightfoot, 2010: 679). Dessa maneira, Lightfoot (2010: 683) defende que tanto os fatores internos quanto os externos moldam o sistema linguístico interno (Língua-I). Apesar de esses fatores serem objetos diferentes, eles interagem, não podendo haver uma nova Língua-I sem uma nova Língua-E (Lightfoot, 2010).

Como a GU é um dispositivo inato, as suas propriedades permanecem, mas os “dados linguísticos primários” mudam (Lucchesi & Ribeiro, 2009: 132). Esses aspectos podem ser explicados através do modelo gerativista da Teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981). Segundo essa teoria, a GU é composta pelo “conjunto dos Princípios invariantes que regem as línguas naturais e mais os Parâmetros de variação interlinguística permitidos, concebidos como opções presentes [+ ou 1] ou ausentes [- ou 0]” (Kato, 1995: 58). Assim, os princípios correspondem às características universais das línguas. Já o “sistema binário” de valor “sim” ou “não” dos parâmetros delimita as variações encontradas em todas as línguas existentes. A

fixação de parâmetros distintos corresponde, então, ao que pode variar nas línguas (Lucchesi & Ribeiro, 2009). Além de estarem associadas às variações entre línguas distintas na sincronia, as mudanças linguísticas também se referem aos diferentes estágios de uma mesma língua. Ou seja, qualquer mudança sintática significa mudança de valor paramétrico (Lucchesi & Ribeiro, 2009: 132). Como destacamos acima, a língua do ambiente serve como “gatilho” para a escolha da forma da gramática interna. Se há alterações nos “dados linguísticos primários”, a forma escolhida para a gramática pode ser diferente, resultando em mudanças.

As gramáticas são consideradas entidades descontínuas, que devem ser criadas de novo por cada criança (Gonçalves, 2010: 77). Assume-se que é nesse processo de criação de gramática, isto é, durante o processo de aquisição da linguagem pelas crianças, que as mudanças nas línguas são desencadeadas (Cyrino, 2007; Lucchesi & Ribeiro, 2009; Lightfoot, 2010; Gonçalves, 2010). Assim sendo, a mudança linguística resulta da construção pelas crianças de uma gramática diferente da dos pais. Sobre a relação entre aquisição de língua pelas crianças e mudanças linguísticas, Lightfoot (2010) propõe uma abordagem ao conceito de aquisição com base em “pistas”. O principal pressuposto do seu modelo é que a gramática interna da criança se desenvolve com base em estruturas – as “pistas” – presentes na língua externa do ambiente no qual ela está inserida. As mudanças linguísticas podem ocorrer quando essas “pistas” são depois expressas de uma forma diferente (Lightfoot, 2010). Como realçamos, o fenômeno de mudança linguística pressupõe uma variação – uma falta de homogeneidade dos usos da língua. No caso de um meio linguisticamente mais homogêneo, por exemplo, a variação na forma de expressar determinadas estruturas se deve ao fato de que a fala de cada pessoa é única. Conseqüentemente, cada criança em um mesmo ambiente linguístico pode estar exposta a *inputs* diferentes (Lightfoot, 2010).

O processo de mudança linguística é, então, desencadeado quando o *input* se torna “não homogêneo e ambíguo, podendo assim surgir evidências que são compatíveis com valores de parâmetros diferentes e conflituosos” (Gonçalves, 2010: 77). Sabendo que sempre haverá variações de uso em um ambiente linguístico, mesmo nos mais homogêneos, a questão é entender quais são os fatores que levam à escolha de uma determinada estrutura em detrimento de uma outra. Segundo Kroch (2001), o fenômeno de mudança linguística pode ser analisado em termos de competição de gramáticas, uma situação de diglossia sintática. Com duas formas

presentes em uma certa comunidade linguística, os falantes passam a ter competência em mais de uma gramática. Nessa situação, as duas formas alternativas passam a competir, criando um comportamento variável durante um período de transição, até que uma forma exclua a outra (Kroch, 2001). A opção por uma forma ou outra, resultando em uma mudança linguística, pode estar relacionada à alteração da frequência do uso. E essa alteração de uso pode ser condicionada, por exemplo, por “questões de estilo ou estratégias discursivas [...]” (Lucchesi & Ribeiro, 2009: 139). Já para Kroch (2001), a frequência do uso de uma nova forma difunde a mudança pela comunidade de fala. Isto é, segundo ele, a uma maior frequência sucede a mudança do valor paramétrico. Independentemente das razões que levam a alterar a frequência do uso de uma forma e se a frequência precede ou sucede a mudança, é possível ratificar o papel fundamental que a língua-E tem no processo de fixação dos valores paramétricos de uma língua e, conseqüentemente, na mudança linguística. As evidências ambíguas são, então, pré-requisitos para ocorrer uma mudança linguística (Gonçalves, 2010: 78).

Assim, com o que abordamos nesta seção, podemos resumir que a cada nova geração uma gramática deve ser construída. Uma mudança é desencadeada quando as crianças estão expostas a dados ambíguos, originando uma situação de competição de gramáticas. No momento em que a língua externa passa a apresentar novas estruturas e de forma mais robusta, novos parâmetros passam a ser fixados durante o processo de construção da sua gramática (Kroch, 2001; Cyrino, 2007; Gonçalves, 2010; Lightfoot, 2010). A ambigüidade pode ser provocada por alterações no comportamento linguístico dos falantes em uma comunidade devido a mudanças no plano social e à atuação de outras forças externas. Nas palavras de Gonçalves (2010: 78), “embora as mudanças na língua ambiente não sejam geneticamente determinadas, elas acabam por ter como efeito mudanças na experiência linguística das gerações seguintes, conduzindo à fixação de novos valores de parâmetros”.

Apesar da grande complexidade do fenômeno de mudança linguística, para os propósitos e a extensão deste estudo, teremos como base este breve panorama sobre os processos de aquisição da linguagem e de mudança linguística para os pontos que serão discutidos nas próximas seções.

1.2.2 Mudança e aquisição de língua segunda

Na seção anterior, pontuamos a importância que a língua externa e as crianças têm para o processo de mudança linguística. Como podemos concluir, a língua externa está sempre susceptível à ocorrência de novas “pistas”, o que pode levar as crianças a reanalisarem as suas gramáticas internas. Ao longo desta seção, destacaremos os principais fatores envolvidos em um contexto de aquisição de língua segunda (L2). Veremos as razões de esses fatores poderem promover uma aceleração em um processo de mudança linguística.

É possível considerar que o processo de aquisição de uma L2 seria semelhante ao de aquisição de língua materna (L1), visto que nos dois casos os aprendizes têm de “adquirir uma representação mental da gramática-alvo com base em *input* deficiente” (Gonçalves, 2010: 66). Contudo, sabe-se que os aprendizes de L2 raramente obtêm uma competência igual a um falante nativo nos vários domínios gramaticais (Flores & Barbosa, 2014: 305). Isto é, os resultados finais dos dois processos de aquisição são diferentes. O grau de sucesso no estágio final é um dos aspectos principais que diferencia esses dois processos, com a gramática dos aprendizes de L2 quase sempre não convergindo com a gramática da língua-alvo (Gonçalves, 2010). E é esse “insucesso” de chegar a uma convergência com a língua-alvo nos estágios finais da aquisição de uma L2 que levanta debates sobre a possibilidade de equiparar os dois processos de aquisição (White, 2003; Gonçalves, 2010).

Dentro desses debates que comparam os processos de aquisição de L1 e L2, argumenta-se se o acesso à GU continuaria disponível ou não (e até que ponto) para a L2 (White, 2003). Assim, entre esses debates, há hipóteses que defendem (i) acesso direto/total (*full access*), (ii) acesso indireto/parcial (*partial access*) e (iii) nenhum acesso (*no access*). Nessas hipóteses, discute-se também a interferência da L1 nas gramáticas temporárias – interlínguas – dos aprendizes de L2 (White, 2003; Gonçalves, 2010). Para essas questões, um consenso parece ainda pouco provável. Porém, considerando que é consensual a improbabilidade de existir uma gramática não condicionada pela GU (Gonçalves, 2010), que o *input* é degradado nos dois processos (Gonçalves, 2010) e que a gramática das interlínguas apresenta propriedades de língua natural (White, 2003), assumimos a perspectiva de que os processos de aquisição de L1 e L2 são semelhantes em vários aspectos, mas não

são iguais. Em outras palavras, esses dois processos podem ser semelhantes por serem guiados, de uma forma ou de outra, pela UG, mas são diferentes pelo fato de que o desenvolvimento da L2 é também condicionado pela gramática da L1, ou seja, o processo de L2 tem um ponto de partida diferente (White, 2003; Siegel, 2008; Gonçalves, 2010). A seguir, discutiremos sobre alguns aspectos que distinguem esses dois processos e que justificam os seus diferentes resultados no estágio final da aquisição.

De acordo com Gonçalves (2010: 68), “os aprendentes de L2 variam entre o uso de formas correctas e o uso de formas incorrectas em relação ao padrão da língua-alvo”. Essas variações poderiam ser devido ao fato de que os falantes de L2 desenvolvem estágios temporários e com características específicas – as interlínguas (White, 2003; Siegel, 2008; Gonçalves, 2010). Essas gramáticas temporárias, então, podem divergir da (ou convergir com a) língua-alvo em diferentes graus. A convergência ou a divergência das interlínguas dos falantes de L2 parecem estar relacionadas ao tipo de *input* e ao grau de exposição perante ele. Para Flores & Barbosa (2014: 305), é muito importante o papel que a qualidade e a quantidade do *input* tem no processo de aquisição da linguagem. Em comparação a uma criança adquirindo sua língua materna em um contexto monolíngue, as chances de um falante de L2 estar exposto a um *input* menos homogêneo e ter acesso muito mais restrito à língua-alvo são bem maiores. Dessa maneira, no caso do processo de aquisição de uma L2, a grande variação do uso de formas refletindo as gramáticas internalizadas não primárias (não maternas) decorre da variação na qualidade e na quantidade de exposição ao *input* da língua-alvo.

Como destacamos acima, o ponto de partida da aquisição de uma L2 é diferente do da L1. Ao contrário de uma criança em fase de aquisição de uma língua materna, um adulto adquirindo ou utilizando uma L2 tem uma “fonte de recursos” adicional (a sua língua materna), que também influencia esse processo. Isto é, considera-se que existe uma relevante interferência da L1 na aquisição e no uso de uma L2 (Siegel, 2008; Gonçalves, 2010). Essa interferência se dá, então, através de processos que não ocorrem durante a aquisição de uma língua materna. Entre esses processos, está o fenômeno de *transfer*. O *transfer* é uma transferência de propriedades da L1 para a língua-alvo (Siegel, 2008; Gonçalves, 2010). Apesar de o conceito de *transfer* se referir a transferências que divergem da língua-alvo, sendo neste caso um *transfer* negativo, o *transfer* pode também ser positivo, quando um

aspecto da L1 coincide com a da L2 (Siegel, 2008; Gonçalves, 2010). Um outro mecanismo envolvido na aquisição de L2 é a simplificação¹. A simplificação ocorre quando estruturas complexas da língua-alvo são simplificadas, com a redução de componentes e regras, por exemplo (Siegel, 2008). Outros fatores, incluindo fossilização, que são desvios persistentes (Gonçalves, 2010), características pessoais, conhecimentos linguísticos/não linguísticos, entre outros, também estão envolvidos durante a aquisição e o uso de L2. Há ainda a importância da exposição a dados com evidências negativas, que são as oportunidades de correção de um erro presente na gramática do aprendiz de L2 (White, 2003; Siegel, 2008; Gonçalves, 2010).

Como vimos aqui, as questões relacionadas ao *input*, os fatores inerentes ao processo de aquisição de L2, entre outros, parecem ser as razões para a quase impossibilidade de alcançar uma convergência completa com a língua-alvo nos estágios finais da aquisição de L2. Na seção anterior, realçamos que é a partir da presença de novas “pistas” que se inicia a possibilidade de uma mudança linguística. E como destacamos nesta seção, os falantes de L2 desenvolvem gramáticas individuais que variam ao longo do processo. Assim, em um contexto com um número elevado de falantes de L2, é esperado que a ocorrência de ambiguidades na língua do ambiente seja muito maior do que em um ambiente mais homogêneo linguisticamente. Em curto, médio ou longo prazo, dependendo de fatores sócio-históricos e linguísticos, o efeito será de ocorrência de mudanças na língua. Na próxima seção, na caracterização geral de contexto de contato linguístico, abordaremos como alguns dos aspectos envolvidos na aquisição de L2 indicados acima podem desencadear uma aceleração ainda maior no processo de mudança linguística.

1.2.3 Mudança e contato linguístico

Com os pontos discutidos até aqui, vimos que o fenômeno de mudança linguística surge tanto durante o processo de aquisição de L1 quanto de L2. Para Lucchesi &

¹ Siegel (2008: 189) destaca que, apesar de o termo simplificação não ter um consenso em relação ao seu significado, nos estudos sobre línguas de contato esse termo se refere à quantidade e não ao nível psicolinguístico. As reduções ocasionadas pela simplificação não significam necessariamente maior facilidade no processamento.

Ribeiro (2009: 144), “a aquisição de uma língua é um processo sempre impreciso, ou seja, nada garante que todos os aprendizes vão convergir para uma mesma gramática, mesmo a partir de um mesmo conjunto de dados primários”. Dessa maneira, por ser um processo impreciso mesmo em uma comunidade de fala mais homogênea, será ainda menos garantido obter uma convergência para uma mesma gramática quando o ambiente externo apresentar uma maior robustez de evidências ambíguas.

Segundo Thomason (1997: 74), as mudanças linguísticas são imprevisíveis, e dialetos de uma mesma língua podem passar por diferentes mudanças que os tornam línguas distintas. O principal fator externo para desencadear uma mudança linguística é o contato entre línguas (Velupillai, 2012). Ou ainda nas palavras de Kroch (2001: 24), “uma força atuante para a mudança sintática cuja existência não pode ser duvidada é o contato linguístico”. Em uma situação de contato mais radical, as mudanças linguísticas podem ser aceleradas e produzir resultados também mais radicais (Thomason, 1997). O período da expansão colonial das nações europeias, a partir do século XV, por exemplo, acarretou vários contextos de contato linguístico mais extremos. Durante o colonialismo, línguas europeias entraram em contato com línguas bastante distintas ao redor do mundo. Nessas situações, inevitavelmente, meios de comunicação emergenciais tiveram de ser formados. Como resultado, o lento e gradual processo de variação e mudança, análogo a todas as línguas, passa a ser acelerado (Thomason, 1997). A velocidade da mudança na língua regulada pelos contextos sócio-históricos se torna, então, um dos principais aspectos que diferenciam os processos de mudanças em contextos de aquisição “normal” e de aquisição em uma situação de contato linguístico. Desse modo, em situações de contato linguístico mais extremas, ao invés de uma mudança gradual, há um processo de mudança mais radical, levando à formação de novas variedades ou novas línguas – línguas de contato.

Para Thomason (1997: 74-75), uma língua de contato prototípica é uma língua que surgiu em um contexto diferente de transmissão “normal”. Thomason (1997) defende uma distinção entre o processo em que dialetos de uma mesma língua passam por mudanças até se tornarem línguas distintas e o processo de mudança que resulta em línguas de contato prototípicas. De acordo com a autora (1997: 74), no primeiro caso, apesar das modificações, é sempre possível estabelecer uma relação genética de línguas que passaram por um processo de mudança gradual

dentro de um contexto de aquisição “normal”, sem a quebra de uma corrente que permita traçar as suas ancestralidades. Já as línguas resultantes de contato linguístico mais extremo não possuem correntes de relações genéticas que possam levar a uma única fonte ancestral. Posto isso, os pidgins e crioulos são considerados línguas de contato prototípicas, originadas em um contexto extremo de contato de línguas (Thomason, 1997). Os pidgins são formados para possibilitar transações comerciais ou para propósitos comunicativos limitados em uma situação de contato emergencial, possuem estruturas simples e léxico relacionado somente a situações específicas, e não são línguas maternas (Thomason, 1997). Já os crioulos, que em certos casos descendem dos pidgins, são línguas maternas das suas comunidades de falantes e possuem estruturas mais complexas e um léxico expandido (Thomason, 1997). O léxico dos pidgins e crioulos é derivado na maior parte das línguas socialmente dominantes (línguas de superstrato), enquanto a estrutura gramatical é muito devedora das estruturas das línguas de menor poder (línguas de substrato) (Thomason, 1997; Pereira, 2006).

A mudança acelerada e mais radical que caracteriza as línguas de contato prototípicas é esperada, levando em conta os fatores envolvidos e a maneira como se formam essas línguas. Tem sido bastante debatida a possibilidade de processos inerentes à aquisição de L2 estarem também presentes na pidginização e crioulição. A direta correspondência do processo de simplificação encontrado nas interlínguas e do *transfer* durante a aquisição e o uso de L2, por um lado, com as estruturas simplificadas e a transferência de propriedades das línguas de substrato presentes nos pidgins e crioulos, por outro, é evidência para considerar os mecanismos envolvidos na aquisição de L2 como uns dos principais fatores responsáveis pelas propriedades das línguas de contato (Siegel, 2008). A seguir, ressaltaremos como essa correspondência pode ser constatada.

Um dos principais aspectos para se compreender a formação e as características das línguas de contato prototípicas está relacionado ao *input*, especificamente à questão da ambiguidade na língua do ambiente. Como destacamos na seção anterior, não só a quantidade, mas também a qualidade do *input* é importante durante a aquisição de uma língua (Flores & Barbosa, 2014). Realçamos também que um dos pré-requisitos para uma mudança linguística é a existência de dados ambíguos. Em um ambiente homogêneo linguisticamente, por razões diversas, “pistas” ambíguas podem levar a um processo de reanálise, mesmo que lento e

gradual (Lightfoot, 2010). Já em uma situação emergencial de contato de línguas, as ocorrências de ambiguidades no *input* são muito mais frequentes. Essas ambiguidades, em contexto de contato linguístico, são ocasionadas, por exemplo, pela existência das gramáticas individuais da língua-alvo que caracterizam a população falante das línguas de substrato (como as interlínguas do processo de L2) e dos dialetos regionais falados pelos falantes da língua de superstrato (Siegel, 2008). Toda essa variação no ambiente propicia mudanças ainda mais extremas, podendo resultar na criação de línguas distintas.

Em uma situação de contato linguístico mais radical, além da maior robustez de dados linguísticos ambíguos, os falantes das línguas de substrato têm acesso muito limitado à língua-alvo (Thomason, 1997; Siegel, 2008). Assim sendo, os processos inerentes à aquisição de L2, tais como simplificação e *transfer*, entre outros, muito provavelmente são potencializados. Nesses contextos sócio-históricos, resta aos falantes não nativos da língua-alvo simplificar e recorrer a estruturas de suas línguas maternas durante o processo de aquisição e uso da L2. E quando as línguas formadas durante esse contato inicial com as primeiras gerações passam a ser línguas L1 das gerações seguintes, o processo de crioulização ocorre (Thomason, 1997; Pereira, 2006; Siegel, 2008; Lucchesi & Ribeiro, 2009; Gonçalves, 2010; Carvalho & Lucchesi, 2016).

O contato entre povos e línguas sempre fez parte da história da humanidade. Como já salientamos, contudo, não são todas as línguas resultantes de contato linguístico que podem ser classificadas como uma língua de contato prototípica (Thomason, 1997). Para Pereira (2006: 13-14), “[...] muitas são as situações em que as línguas podem entrar em contacto. No entanto, nem todas dão origem a crioulos”. A breve descrição de um processo de mudança impulsionado pelo contato linguístico que apresentamos acima pode também explicar a formação de variedades que não são consideradas línguas de contato prototípicas, apesar de elas apresentarem um distanciamento significativo em relação à língua de superstrato. Dessa forma, dentro desses contextos sócio-históricos que não originam línguas de contato prototípicas, o *input* da segunda geração será um modelo imperfeito de língua de superstrato falado como L2 pela primeira geração. E ao invés de criar um processo de crioulização, a segunda e seguintes gerações, nesse tipo de contexto, têm essa variedade imperfeita da língua de superstrato como língua materna. Mas ainda assim, mesmo em um grau menor se comparado ao processo de crioulização, a segunda geração e seguintes

precisam promover reestruturações, visto que o *input* a que são expostas é inevitavelmente caracterizado por simplificações e pelo *transfer* da língua de substrato que ocorrem durante o processo de aquisição imperfeita de L2 (Lucchesi & Ribeiro, 2009: 145-146; mas ver também Kroch 2001 e Roberts 2007 sobre aquisição imperfeita de uma L2). No contexto específico do encontro da língua portuguesa com outras línguas durante o período colonial, além da formação de pidgins e crioulos nos continentes africano e asiático, foram criadas variedades bastante distintas do português europeu. Contudo, apesar de essas variedades do português serem formadas em contexto de contato de línguas e reguladas por processos de aquisição imperfeita de L2, se sabe que é um equívoco classificá-las como crioulos.

De acordo com Siegel (2008: 210), as várias línguas de contato apresentam diferentes graus de reestruturação. Por razões sócio-históricas, as variedades não europeias do português podem ter passado por processos parciais de reestruturação. Diferentemente dos processos de pidginização e crioulição, durante a formação dessas variedades do português, a exposição à língua-alvo foi mais significativa. Em síntese, nas palavras de Hagemer (2016: 43-44), os crioulos e as variedades africanas do português

resultam de diferentes graus de reestruturação linguística num cenário de aquisição de língua não materna (L2), os quais dependem de fatores sociais e linguísticos específicos, tais como o grau de acesso e exposição à língua-alvo (o português), aspectos demográficos e a tipologia das línguas em contacto.

Em acordo com Thomason (1997) e Gonçalves (2010), consideramos, assim, que a perspectiva de grau baseada em um *continuum* seria a forma mais adequada para classificar as diferentes línguas resultantes de contato linguístico. O português do Brasil e as outras variedades de português não europeias estariam mais ou menos no meio desse *continuum*, onde as línguas crioulas e o português ocupariam as pontas opostas. Em relação à variedade brasileira do português, destacaremos no próximo capítulo como os fatores sociais e linguísticos do contexto de contato de línguas vivido no Brasil colonial desencadearam as mudanças linguísticas que separam essa variedade da variedade europeia do português.

1.3 Conclusão

Este capítulo inicial destacou alguns pontos importantes em relação aos processos de aquisição de línguas e mudança linguística. Vimos que as mudanças linguísticas estão estreitamente relacionadas aos processos de aquisição de linguagem pelas crianças. As crianças são as responsáveis por fixar os parâmetros das línguas a partir do *input* a que estão expostas. O contexto de contato de línguas é sem dúvida um ambiente extremamente propício para o desencadeamento de um processo de mudança linguística. Como acentuamos, em contextos de contato linguístico mais radicais, a probabilidade de os aprendizes estarem expostos a dados linguísticos ambíguos é bem maior, acelerando o processo gradual de mudança, que é comum a todas as línguas naturais. Abordamos que, nesses contextos, os processos inerentes a uma aquisição de L2 estariam presentes, porém ainda mais potencializados. No período colonial, a língua portuguesa esteve em contato com outras línguas, resultando em línguas de contato prototípicas, como os crioulos, e outras variedades do português, como o português brasileiro. No próximo capítulo, destacaremos alguns fatos da sócio-história do Brasil e utilizaremos os aspectos do processo de mudança linguística discutidos neste capítulo para descrever a formação do português vernáculo brasileiro.

Capítulo 2

Aspectos sociolinguísticos do português do Brasil: passado e presente

2.1 Introdução

Neste capítulo, apresentaremos alguns fatos do contexto sócio-histórico do Brasil (2.2) para entender o processo de formação do português brasileiro (2.3). Na seção 2.4, destacaremos a situação linguística do Brasil atualmente. O resumo dos aspectos discutidos no capítulo será feito na seção de conclusão (2.5).

2.2 Um breve panorama sobre a sócio-história do Brasil

Foi oficialmente a partir de 22 de abril de 1500 que uma nova história para o território que viria a ser chamado Brasil começou a ser delineada. Nesse período, os encontros entre a população nativa, que habitava uma grande extensão da costa brasileira, e os portugueses, que desbravavam o Novo Mundo motivados pelos propósitos econômicos do Império, dariam início à extinção da grande maioria das línguas autóctones, à importação de muitas línguas africanas e ao estabelecimento de uma variedade do português como língua nacional no território brasileiro.

Durante as visitas exploratórias das novas terras descobertas, com a constatação da grande potencialidade dos recursos naturais locais, a relação inicial de escambo entre a população nativa e os exploradores portugueses começou logo a dar lugar a um processo de escravização dos povos autóctones (Lucchesi, 2009). Contudo, no decorrer da exploração do território, a mão de obra indígena foi se mostrando pouco produtiva para os propósitos dos colonizadores portugueses. Além

da falta de adaptação da população indígena àquele sistema de exploração e das campanhas contra a escravidão indígena movidas pelos jesuítas, o número de nativos decrescia cada vez mais na sequência de epidemias e da dizimação intencional provocadas pelos europeus (Mattos e Silva, 2004; Lucchesi, 2009, 2012). Para escapar daquela terrível realidade, muitos índios fugiram, procurando refúgio nos interiores do território brasileiro, onde hoje a cultura da população indígena brasileira é mais evidente. Como consequência, a população de mais de 1 milhão de índios que existia no início da colonização está hoje representada somente por cerca de 300 mil (Lucchesi, 2012: 50-51). Já o glotocídio reduziu as mais de 1000 línguas nativas que existiam antes da chegada dos portugueses para cerca de 180, sendo que a grande maioria está atualmente em vias de extinção (Lucchesi, 2012: 50-51).

Com a impossibilidade de se obter a força de trabalho necessária por parte da população autóctone para atender as crescentes demandas das atividades agroexportadoras, Portugal, assim como as outras grandes potências europeias promovendo a colonização das Américas, passou a ver o tráfico negreiro como a forma mais vantajosa para expandir suas atividades econômicas. É estimado que cerca de 10 milhões de africanos tiveram de abandonar suas terras nativas para serem escravizados no Novo Mundo (Lucchesi, 2009, 2012, 2013). Entre esses 10 milhões, é considerado que cerca de 4 milhões foram levados à força ao Brasil (Lucchesi, 2008, 2009, 2012, 2013). Isso tornou a colônia portuguesa na América a maior importadora de escravos no período colonial (Lucchesi, 2012). Durante o tráfico negreiro no Brasil, com início nas primeiras décadas de 1500 e extinto oficialmente em 1850, os povos africanos que mais se destacaram numericamente foram primeiramente os bantos, dos atuais territórios dos Congos e de Angola, e em seguida os oeste-africanos, da região que vai do Senegal até o Golfo de Benim, na Nigéria (Castro, 2001: 37). Acredita-se que, juntamente com os cerca de 4 milhões de escravos, aproximadamente 200 línguas africanas foram levadas ao Brasil (Lucchesi, 2008).

Segundo Mattoso (1982: 22-23 *apud* Petter, 2006/2007: 69), o tráfico de africanos para o Brasil foi distribuído em 4 ciclos: (1) o ciclo da Guiné, no século XVI, levando escravos sudaneses; (2) o ciclo de Congo e Angola, no século XVII, com africanos bantos; (3) o ciclo da Costa de Mina, no século XVIII, levando novamente africanos sudaneses; e (4) o ciclo do século XIX, levando escravos de todas as regiões, predominantemente de Angola e Moçambique. Esses ciclos correspondiam

às diferentes fases econômicas do Brasil colonial. Os séculos XVI e XVII foram essencialmente voltados para a produção de açúcar, principalmente na Bahia e em Pernambuco. Durante o século XVIII, com a descoberta das minas na região do atual estado de Minas Gerais, a extração de ouro e diamante passou a ser a atividade econômica mais importante. Já no século XIX, a atividade agroexportadora do café na região sudeste passou a ser a principal forma de produção de riqueza no Brasil (Lucchesi, 2013). Com a dizimação da grande parte dos povos nativos, os africanos se tornaram imprescindíveis em todas essas fases econômicas do Brasil colonial. Assim sendo, foi pelas mãos e força dos escravos africanos que os portugueses puderam explorar as riquezas naturais das terras brasileiras.

Com a redução das atividades de produção de açúcar no Nordeste e com a descoberta do ouro e diamante na região de Minas Gerais no século XVIII, muitos africanos foram deslocados da costa para o interior do Brasil. Sobre o deslocamento dos escravos nesse período, Castro (2001: 64) afirma que “a população escrava da Bahia passou de 500 mil para menos de 180 mil em 1894”. Além disso, a presença africana no interior do país também foi impulsionada pela proibição do tráfico negreiro no século XIX, levando o tráfico interno a ser ainda mais intensificado. Essa mobilidade contribuiu ainda mais para ampliar a presença dos africanos nas diversas áreas geográficas do Brasil. Castro (2001: 64) atesta que, “em consequência da amplitude geográfica alcançada por sua distribuição humana, o elemento negro foi uma presença constante em todas as regiões do território brasileiro sob regime escravista”. Além da presença maciça nas plantações, nas minas e nas outras áreas em que se desenvolviam as atividades econômicas do Brasil colonial, os africanos também desempenhavam uma multiplicidade de papéis subalternos em outras esferas sociais (Mattos e Silva, 2004: 102). Assim, a grande mobilidade dos africanos, presentes inicialmente em grande quantidade no litoral e depois seguindo para o interior do Brasil, os tornou uns dos principais participantes na formação da sociedade brasileira.

Ao longo do período colonial, o Brasil também recebeu uma parcela significativa de povos europeus. A descoberta do ouro no século XVIII, além de expandir a presença africana no território brasileiro, levou ao aumento do número de portugueses. De acordo com Lucchesi (2008: 154), pelo menos 300 mil portugueses foram ao Brasil nesse período. O aumento da população portuguesa local também teve a ida da Família Real ao Brasil, em 1808, como um dos principais propulsores.

Além disso, no século XIX, como realçamos anteriormente, a produção e exportação do café na região sudeste passou a ser uma das principais atividades econômicas, à qual se aliou uma política de incentivo de entrada de imigrantes de várias partes da Europa na tentativa de um “branqueamento” da sociedade brasileira (Mattos e Silva, 2004: 151; Lucchesi, 2012: 51). Como resultado desses fatos, o número da população branca no Brasil cresceu significativamente. Posto tudo isto, contudo, através de uma análise dos dados demográficos dos períodos coloniais é possível comprovar que, apesar do número significativo da população branca no território brasileiro, os africanos e afrodescendentes estavam em superioridade numérica. Com base nos dados das Tabelas 1 e 2, abaixo, durante o período colonial os africanos e os afrodescendentes estavam numa faixa superior a 50%. A população branca, como podemos constatar, também foi representativa, nunca abaixo dos 30%. Em relação à população indígena, os dados da Tabela 1 deixam evidentes os resultados cruéis do colonialismo. De 50%, os povos autóctones passaram para uns tristes 2%.

Tabela 1 - População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

Etnia	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%5	2%

Fonte: Mussa (1991:163). Retirada de Lucchesi (2009: 62).

Tabela 2 (Reorganização dos dados da Tabela 1)

	Etnias não brancas	Etnias brancas
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Fonte: Lobo (1996: 16). Retirada de Mattos e Silva (2004: 102).

Esse breve panorama sobre alguns dos fatos da sócio-história brasileira e a situação demográfica mostra o contexto multicultural da origem do Brasil. Os indígenas, africanos e portugueses deram o tom étnico ao que chamamos hoje de povo brasileiro. Vimos que os africanos e afrodescendentes, com a sua superioridade numérica, juntamente com a sua grande mobilidade pelo território brasileiro, tiveram uma participação fundamental na construção da nação brasileira. Uma das consequências disso é o interessante fato de que atualmente, a cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil, é considerada a cidade mais negra fora da África.²

Os dados da história demonstram a grande relevância dos africanos na definição do que chamamos identidade brasileira. Ainda assim, a importância africana não deixa de ser contestada. Essa contestação parece ser ainda mais intensificada quando se trata da influência africana direta para a formação da língua portuguesa falada no Brasil. A respeito disso, Castro (2001: 64) atesta que:

a evidência do impacto da herança africana e a sua exploração por todos os meios, o avanço do componente negro-africano na modelação do perfil da cultura e da língua característica do Brasil, [...], continua sendo subliminar, graças ao verniz eurocêntrico que lhe é imposto pela sociedade brasileira, a partir das camadas economicamente favorecidas que detêm o poder de mando político sobre a coletividade através dos órgãos constituídos, entre os quais, aqueles responsáveis pelas diretrizes da educação formal no país.

Com base nos dados sócio-históricos delineados brevemente nesta seção, discutiremos a seguir alguns aspectos fundamentais para a formação do português brasileiro.

2.3 A formação do português do Brasil

De acordo com Lucchesi (2012: 48), “o português do Brasil é a variedade linguística transplantada para o Novo Mundo que mais se diferencia de sua matriz europeia”. Esse fato revela a importância de se considerar os fatores extralinguísticos como fundamentais no desencadeamento das mudanças na variedade brasileira do português. É “na conjugação de fatores sócio-históricos e intralinguísticos que se pode reconstituir o percurso histórico de uma língua” (Mattos e Silva, 2004: 28). Desse modo, antes de discutir como se deu o processo de formação do PB (seção 2.3.3), e além do breve panorama da sócio-história do Brasil exposto na seção anterior, é

² Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/os-467-anos-de-salvador-cidade-mais-negra-fora-da-africa>

necessário destacar as principais línguas de substrato que estiveram presentes no Brasil durante o período colonial, as características do cenário linguístico da formação do PB e os principais participantes na caracterização dessa variedade do português.

2.3.1 Informações sociolinguísticas iniciais

No início da colonização efetiva do território brasileiro, havia mais de 1 milhão de índios e mais de 1000 línguas dos troncos tupi e macro-gê (Lucchesi, 2012). No litoral brasileiro, predominava a presença de povos indígenas do tronco tupi com línguas muito semelhantes e da família linguística tupi-guarani, que inclui o tupi e o tupinambá (Mattos e Silva, 2004). Devido à certa homogeneidade linguística desses povos que habitavam o litoral, foi possível criar a obra “*Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*” do Padre José de Anchieta, publicada em 1595 (Mattos e Silva, 2004). Hoje, como destacamos na seção anterior, restam somente cerca de 180 línguas autóctones das mais de 1000 existentes antes da chegada dos portugueses. Os traços mais evidentes das línguas autóctones presentes no PB atual estão no léxico, principalmente em topônimos (Castro, 1967).

Entre as cerca de 200 línguas faladas pelo contingente de aproximadamente 4 milhões de africanos envolvidos no tráfico negreiro para o Brasil, as que se mais destacaram numericamente foram as línguas bantas e oeste-africanas pertencentes ao grande tronco linguístico níger-congo. (Mattos e Silva, 2004; Petter, 2006/2007; Lucchesi, 2008, 2009). Entre os povos bantos, os mais representativos foram os bacongos, falantes do quicongo; os ambundos, falantes do quimbundo; e os ovimbundos, falantes do umbundo. Já os povos da África Ocidental com maior expressão numérica foram os da família linguística kwa, principalmente os do grupo ewe-fon e falantes do iorubá (Castro, 2001). De acordo com Castro (2001: 25-37), as línguas do grupo banto formam “um grupo amplo de caráter homogêneo”, enquanto as línguas oeste-africanas são “um grande número de línguas tipologicamente muito diferenciadas e faladas em uma região geográfica menor”.

2.3.2 O cenário e os principais aloglotas participantes no processo de formação do PB vernáculo

Ao longo desta seção, (i) descreveremos alguns aspectos importantes que caracterizaram o cenário da formação do PB, destacando a situação de multilinguismo durante o período colonial no Brasil e as razões para a não formação de uma língua crioula local. Além disso, (ii) evidenciaremos o papel dos aloglotas que foram os principais responsáveis por “moldar” o antecedente do português vernáculo brasileiro.

O Brasil é considerado, hoje, um dos países mais monolíngues, com a língua portuguesa sendo a língua materna de quase 98% da população brasileira (Lucchesi, 2012: 50). Contudo, durante o período colonial, o convívio de índios, africanos e europeus no mesmo espaço brasileiro provavelmente criou um ambiente de multilinguismo generalizado (Mattos e Silva, 2004: 132). Apesar de a língua portuguesa ter “resistido” a esse contexto multilíngue da antiga colônia, as propriedades gramaticais que mais separam o português europeu da língua vernácula falada no Brasil não escondem os traços deixados pelo contato linguístico vivido no passado.

Como ressaltamos na introdução, as teorias que consideravam o português vernáculo do Brasil como resultado de uma descrioulização parecem já ter sido superadas. Mesmo se as variedades populares do português do Brasil compartilham algumas características gramaticais com os crioulos de base portuguesa, essas teorias de descrioulização para o português vernáculo do Brasil já se mostraram ser insuficientes. Retomando a proposta apresentada em Thomason (1997), referida na seção 1.2.3, o PB, nas suas variedades populares, claramente não tem uma quebra na corrente de relação genética, mesmo tendo sido originado em contexto de contato de línguas. Apesar de o Brasil ter originado uma situação de plantação, que caracteriza a formação de línguas crioulas, ter recebido o maior número de escravos nas Américas (Lucchesi, 2012) e ter seguido a política de separar escravos das mesmas etnias para evitar rebeliões, com isso reforçando ainda mais o multilinguismo (Castro, 2001; Mattos e Silva, 2004; Lucchesi, 2008), os fatos sócio-históricos ocorridos no Brasil geraram um cenário sociolinguístico diferente do dos territórios que formaram línguas crioulas.

Uma das primeiras consequências do contato entre os povos indígenas e os colonizadores portugueses no plano linguístico foi o surgimento de uma “língua geral” de base tupi. Essa “língua geral” passou a ser um dos principais meios de

comunicação naquela situação multilíngue. Os propósitos essenciais dessa nova língua incluíam ser o meio comunicativo para a escravização indígena e o instrumento para o processo de conversão cristã promovido pelos missionários da Companhia de Jesus (Mattos e Silva, 2004). Acredita-se que a “língua geral” também estava mais estreitamente relacionada às expedições denominadas Bandeiras, que eram compostas por colonizadores portugueses que partiam para desbravar o interior do país e se miscigenavam com a população indígena, dando origem à sociedade mameluca. Os bandeirantes, dessa forma, iam difundindo a “língua geral” pelo interior (Lucchesi, 2009, 2013), onde se considera que a “língua geral” pode ter sido muito mais utilizada. Sobre essa possibilidade, Holm (2009: 96) afirma como provável que, nas plantações de açúcar da costa brasileira, ao invés da “língua geral”, um português altamente reestruturado tenha sido mais utilizado. Como indícios, Holm (2009) aponta o fato de muitos dos cultivadores de açúcar e os escravos que foram ao Brasil terem partido da Ilha de São Tomé, onde um crioulo já tinha sido formado, e a possibilidade de que o português envolvido na origem do Papiamento em Curaçau tenha saído do Brasil junto com a expulsão dos holandeses em 1654.

Aos poucos, a “língua geral” foi se tornando mais restrita às regiões mais reclusivas do interior do Brasil, até se tornar extinta. Uma das principais razões históricas que contribuíram para a sua extinção deve estar relacionada à implantação da política linguística de Marquês de Pombal, em 1757, que instituiu o português como a língua da colônia (Mattos e Silva, 2004: 20). Além disso, o fim do uso da “língua geral” também parece ter sido impulsionado com a descoberta do ouro pelos bandeirantes no século XVIII. Apesar de os bandeirantes terem sido falantes da “língua geral”, a corrida do ouro fez com que muitos portugueses da Europa e muitos escravos da costa brasileira (provavelmente já falantes de um português reestruturado) fossem em direção ao interior do Brasil, levando junto a língua portuguesa (Holm, 2009: 98). Uma outra possível razão para a não sobrevivência da “língua geral” pode ter sido o fato de os africanos não a adotarem de uma forma consistente e ampla. Segundo Mattos e Silva (2014), o fato de os africanos já começarem a ter contato com a língua portuguesa antes de embarcarem para o Brasil, nos entrepostos, e durante as longas viagens nos navios negreiros, leva a presumir que o meio de comunicação para as suas interações básicas poderia ter sido já uma variedade imperfeita do português.

Como vimos com os dados demográficos na seção 2.2, nas Tabelas 1 e 2, apesar de os africanos formarem mais da metade da população, as etnias brancas, por sua vez, nunca estavam abaixo dos 30%. Esse fato, segundo Lucchesi (2012), é bastante significativo se se considerar que nos territórios com línguas crioulas a população branca não ultrapassava a faixa dos 10%. Fatores como a procura de enriquecimento pelo ouro no século XVIII, a ida da Família Real ao Brasil e o incentivo para a entrada de imigrantes europeus (não só portugueses) durante a fase do café, como destacamos anteriormente, contribuíram para manter o número da população branca mais elevado em comparação com outras colônias portuguesas em que de fato se formaram línguas de contato prototípicas.

Um aspecto que também distinguiu o Brasil dos territórios em que línguas crioulas foram criadas está relacionado à elevada taxa de miscigenação e integração social dos afrodescendentes (Lucchesi, 2009, 2013). Conforme Lucchesi (2009: 68), com o alargamento

[...] dos níveis de interação sociocultural entre os setores dominantes e dominados, a miscigenação foi descortinando progressivamente, para os indivíduos mestiços, novas vias que lhes permitiam uma maior integração na sociedade. Como consequência disso, temos a posição particular do mestiço, que, apesar de estar a cavaleiro entre duas culturas, tende historicamente a buscar a sua integração na cultura do grupo dominante.

Outro fator que pode ter contribuído para a não formação de um crioulo é a evidência da existência de possíveis línguas francas africanas no Brasil. Uma das principais constatações disso se refere à criação da obra “*A arte da língua de Angola*”. Essa obra foi a primeira gramática do quimbundo, escrita pelo jesuíta Pedro Dias, no Brasil, em Salvador, no ano de 1694, se tornando uma obra de grande importância histórica (Petter 2006/2007; Lucchesi, 2008, 2009; Avelar & Galves, 2014; Bonvini, 2014; Petter & Cunha, 2015). Já a “*Obra nova da língua geral de minna*”, escrita por Antônio da Costa Peixoto, em Ouro Preto, Minas Gerais, no século XVIII, revela a existência de uma língua veicular africana como reflexo da concentração naquela região do Brasil de africanos falantes de línguas da costa do Benim, designada naquela época como Costa da Mina (Petter, 2006/2007; Lucchesi, 2008, 2009; Bonvini, 2014; Petter & Cunha, 2015). Assim, esses documentos comprovam a existência de línguas francas africanas em um determinado tempo e espaço no território brasileiro. Hoje, os vestígios mais claros das línguas francas africanas são as línguas cultuais dentro dos domínios religiosos de matriz africana e no léxico das línguas secretas faladas em

regiões rurais de descendentes de escravos, como em Cafundó (São Paulo) e em Tabatinga (Minas Gerais) (Petter, 2006/2007: 85).

Por fim, a política linguística pombalina, instituindo somente o uso da língua portuguesa na colônia brasileira, também parece ter contribuído para inibir a formação de um crioulo.

Como podemos observar, vários fatores sócio-históricos parecem ter restringido a formação de línguas crioulas de grande vitalidade no Brasil. Todavia, é importante mencionar o caso de Helvécia. Com base em estudos sobre os traços gramaticais resultantes de um processo de descrioulização presentes no português falado em Helvécia, uma comunidade rural isolada de afrodescendentes na Bahia, tem se defendido a hipótese de ter havido em locais específicos do Brasil a formação de um crioulo prévio (Lucchesi, 2006, 2008, 2009, 2013). O português falado na comunidade de Helvécia e em outras comunidades descendentes de antigas áreas quilombolas é classificado atualmente como português afro-brasileiro (Lucchesi, 2009).

Em acordo com Mattos e Silva (2004: 59), entendemos que “o fator demográfico histórico, embora não explique em si problemas linguísticos, é um indicador de peso para interpretar os processos linguageiros ocorridos no Brasil”. Como apontamos na seção 2.2, a sua superioridade numérica e a sua mobilidade geográfica, “decorrente das vicissitudes da vida econômica de seus senhores e da economia brasileira”, permite afirmar que os africanos e os afrodescendentes foram os agentes principais “da difusão do português no território, na sua face majoritária, a popular ou vernácula” (Mattos e Silva, 2004: 106). Sabe-se ainda, como indicamos na seção 2.3.1, que entre os africanos, os que mais se destacaram numericamente no Brasil foram os povos bantos. Assim sendo, é possível concluir que os africanos bantos foram os agentes principais na formação do português vernáculo do Brasil. Essa conclusão é resumida nas palavras de Castro (2001: 120):

o negro banto, mais do que outros, foi o mais importante agente transformador e transmissor da língua portuguesa em sua modalidade brasileira, em consequência da densidade demográfica e amplitude geográfica alcançada por sua distribuição humana e antiguidade da sua presença em territórios do Brasil colônia. Ao encontro dessa base linguística já estabelecida, as contribuições sobrepostas por falantes de línguas da família kwa do grupo ewe-fon e, por fim, do iorubá, em número relativamente menor e mais localizados em meios urbanos.

Mesmo com essa conclusão da grande importância da população africana, é inegável que os índios e seus descendentes também contribuíram de forma relevante para a formação do português vernáculo brasileiro. No entanto, a triste história da extensa dizimação da população nativa, os dados demográficos e os outros fatos sócio-históricos que realçamos anteriormente nos autorizam, a partir daqui, a referir predominantemente os africanos como os aloglotas que mais participaram na formação do português vernáculo brasileiro. Nas palavras de Mattos e Silva (2004: 129), “o português se generalizou na amplidão do território do Brasil pela ‘voz’ dos africanos e afrodescendentes”.

2.3.3 O processo de transmissão linguística irregular no Brasil

Como destacamos no capítulo 1, o processo de aquisição de L2 envolve vários fatores que interferem no seu resultado final. Diferentemente do processo de aquisição de uma língua materna, o estágio final da L2 quase nunca converge totalmente com a língua-alvo (Gonçalves, 2010; Flores & Barbosa, 2014). Como salientamos, uma mudança linguística durante o processo de aquisição de L2 pode ser ainda mais acelerada e significativa se estiver inserida em um contexto de contato de línguas mais radical (Thomason, 1997). Alguns dos dados sócio-históricos destacados nas seções anteriores revelam o grande papel dos africanos no desenvolvimento da identidade brasileira, que inclui a sua língua. Dessa maneira, o PB vernáculo resulta de um contexto de contato linguístico com uma preponderância quantitativa de falantes de L2, que adquiriram a língua de forma imperfeita. Essa caracterização do PB é resumida por Mattos e Silva (2004: 107):

A língua portuguesa, na sua variante brasileira, predominantemente nas variantes populares e vernáculos, mas não apenas nelas, deve as suas características inovadoras, em geral simplificadoras, em relação ao português europeu, tanto no plano sintático como fônico, à forma como foi aprendida pela massa populacional predominante ao longo do período colonial: como segunda língua; com modelos defectivos da língua-alvo, a do colonizador, mas não tão defectivos que propiciassem a formação de um crioulo estável e generalizado; na oralidade; sem o controle normativo da escolarização.

Com essa definição do que levou ao PB vernáculo, a seguir detalharemos mais os processos que deram origem a essa variedade do português.

Para caracterizar o processo de aquisição do português pelos aloglotas nas terras brasileiras, Lucchesi (2008, 2009, 2012, 2013) utiliza o conceito de “transmissão

linguística irregular do tipo leve”. Esse conceito abrange a correlação do grau das mudanças induzidas pelo contato linguístico com o grau de exposição à língua-alvo.

Segundo ele (2008: 164), se a ampliação

do acesso à língua-alvo ocorre antes que os processos de gramaticalização e de transferência do substrato se consolidem na variedade linguística que se forma na situação de contato, o processo de crioulização é sustado e, ao invés de uma língua crioula, forma-se uma variedade popular da língua dominante, o que nós temos chamado de processo de transmissão linguística irregular de tipo leve. Essa variedade mantém basicamente todo o arcabouço estrutural da língua dominante. Os processos de gramaticalização são muito raros, quando não ausentes, e a característica mais proeminente dessas variedades é um quadro de ampla e profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, como as regras de concordância verbal e a flexão de caso dos pronomes pessoais.

Através desse conceito de “transmissão linguística irregular”, Lucchesi (2013), diferenciando a formação de uma variedade popular de uma língua de superstrato de uma situação de crioulização, realça a importância de algumas noções chave, tais como erosão gramatical, eliminação e variação. Para o autor (2013: 212), a erosão gramatical está presente tanto na crioulização, concebida como uma situação de “transmissão linguística irregular do tipo radical”, quanto na situação da “transmissão irregular do tipo leve”, variando somente o grau. Uma das diferenças cruciais estaria no fato de que na formação de línguas crioulas ocorre a eliminação de elementos gramaticais sem valor informacional ou sem saliência fonética, enquanto que no caso da “transmissão irregular do tipo leve” há uma grande variação no uso desses elementos gramaticais, sem ocorrer uma eliminação total. Segundo Lucchesi (2013), além de esse conceito interpretar de uma forma mais apropriada a formação das variedades populares da língua portuguesa no Brasil, pode também dar conta dos casos intermédios dentro do amplo e complexo contexto de contato linguístico de uma forma abrangente. Ou seja, esse conceito “pode dar conta de um amplo espectro de contextos sociolinguísticos presentes na história do inglês, espanhol e do português na América, para além das situações típicas de crioulização, que se concentraram na região do Caribe e seu entorno” (Lucchesi, 2013: 212). Esse conceito seria corresponde ao que Holm (2009: 93) designou como reestruturação parcial.

Inseridos em contexto de contato de línguas, os aloglotas, sobretudo os africanos, ao adquirirem o português de forma imperfeita em uma situação de “transmissão irregular do tipo leve” fizeram uso dos processos inerentes a uma aquisição de segunda língua. Muito provavelmente, elementos desnecessários para uma comunicação básica e emergencial foram eliminados, e estruturas complexas

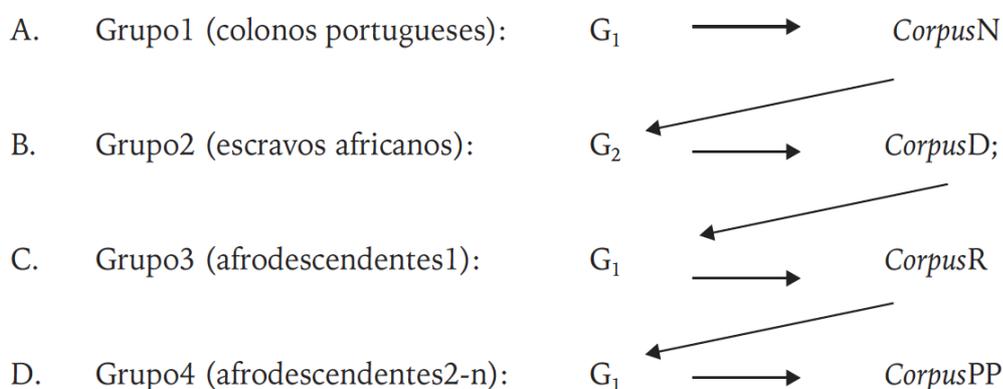
podem ter sido simplificadas ou ter sido usadas de uma maneira bastante variada. O processo de *transfer*, como indicamos no capítulo 1, é utilizado para suprir algumas falhas na comunicação (Siegel, 2008). Certamente, os africanos no Brasil transferiam, não só o léxico, mas muitas das propriedades gramaticais das suas línguas maternas, para tentar compensar as falhas nas variedades do português que falavam, adquiridas de forma não ideal. Como a maioria dos africanos era de origem banta, é plausível concluir que algumas das propriedades dessas línguas africanas foram transferidas para as variedades do português faladas pelos africanos no território brasileiro. Em suma, os africanos levados ao Brasil, como aprendizes e falantes de L2, em um contexto multilingue e através de uma aquisição irregular, não teriam como não modificar a língua portuguesa nas suas “vozes”.

Então, eram essas variedades do português, adquiridas pelas primeiras gerações de africanos no território brasileiro através de um modelo imperfeito, de uma “transmissão linguística irregular”, que os afrodescendentes nascidos em terras brasileiras estavam mais expostos. Dessa forma, as crianças das gerações seguintes, na criação das suas gramáticas internalizadas, passaram a regular a variação, eliminando, recompondo e reanalisando os elementos estruturais da língua. E foi essa variedade do português reestruturada parcialmente, falada pelas gerações seguintes na amplitude do território brasileiro, a antecedente direta do português vernáculo brasileiro contemporâneo (Mattos e Silva, 2004; Lucchesi, 2008, 2009; Lucchesi & Ribeiro, 2009; Carvalho & Lucchesi, 2016). A contribuição dos africanos para a formação do português do Brasil pode ser sumarizada através das seguintes palavras de Darcy Ribeiro (1995: 220 *apud* Mattos e Silva, 2004: 83):

a primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia aos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou... conseguindo dominar a nova língua, não só a fez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou sua difusão por todo o território.

Esse processo de formação do português vernáculo brasileiro pode ser ilustrado através do esquema abaixo. Esse esquema, adaptado de Roberts (2007: 390) e retirado de Lucchesi & Ribeiro (2009: 145), esboça o processo de aquisição imperfeita em uma situação de contato linguístico. Entre A e B, podemos ver a relação entre os colonos e os africanos. Nessa relação, os colonos fornecem o *input* (*CorpusN*) para a aquisição do português como L2 pelas primeiras gerações de africanos no território

brasileiro. Entre B e C, o *input* (*CorpusD*) composto pelas variedades do português adquiridas como segunda língua pelas primeiras gerações (B) é transmitido para a segunda geração (C). Como ressaltamos anteriormente, os dados sócio-históricos revelam que no Brasil houve muito mais condições para se promover o processo de reestruturação do português, mesmo que parcial, do que nos contextos de formação de línguas de contato prototípicas. Assim sendo, ao longo das gerações seguintes, entre C e D, essas variedades do português passaram por reestruturações até originarem o português vernáculo brasileiro, que no esquema é o *CorpusPP* (português popular) (Lucchesi & Ribeiro, 2009: 145-146).



Finalmente, entendemos também que o conceito “transmissão linguística irregular” que caracterizou a formação do português do Brasil implica uma exposição de longa duração a um *input* degradado devido ao muito reduzido acesso à escolarização para a grande maioria da população no território brasileiro. O fato de o número dos colonizadores portugueses nunca ter ficado abaixo da faixa dos 30% (ver seção 2.2), juntamente com outros fatores sócio-históricos do Brasil, foi decisivo, como salientamos anteriormente, para inibir um processo de crioulização generalizado no Brasil. Por outro lado, a quantidade do *input* não teve necessariamente paralelo na qualidade. A confirmação de uma exposição duradoura a uma língua externa imperfeita por várias gerações é encontrada nos dados da escolarização dessa população. De acordo com Mattos e Silva (2004: 40), “o português brasileiro que se constitui no período colonial e no primeiro século de Independência tinha de ser, na sua maciça maioria, adquirido naturalmente, assistematicamente, sem interferência do ensino escolar, como língua transmitida apenas na oralidade generalizada”. Um censo com dados sobre o Brasil revela que, em 1872, 99,9% dos escravos seriam

analfabetos (Mattos e Silva, 2004: 132). Ainda com base em informações estatísticas sobre alfabetização, os dados referentes à escolarização de Houaiss (1985: 137 *apud* Mattos e Silva, 2004: 39) demonstram que no Brasil havia apenas 0,5% de letrados até o século XVIII e 20 a 30% em 1920. Isso parece ser o reflexo da política colonial portuguesa, que manteve a colônia no isolamento para melhor exercer seu controle, sem imprensa e escolas superiores, enquanto as colônias espanholas já tinham universidades e imprensa desde o século XVI (Lucchesi, 2012: 49). Com isso, vemos que um *input* degradado permaneceu de forma duradoura no Brasil colônia, sendo esse *input* a experiência detonadora para as gramáticas internas das novas gerações nascidas no Brasil.

Assim, nesta seção, abordamos os principais aspectos envolvidos na formação do português vernáculo do Brasil através de uma transmissão irregular. Embora os pontos que foram discutidos aqui evidenciem a grande importância dos africanos na constituição da identidade brasileira, incluindo a língua, esse fato não deixa de ser contestado.

2.3.4 A grande importância negada

A influência indígena e africana na construção da identidade brasileira é inegável. No entanto, a influência desses aloglotas para a formação do português do Brasil tem passado por questionamentos ao longo do tempo, sendo minimizada ou, muitas vezes, totalmente negada (Castro, 2001; Lucchesi, 2008 e 2012). Também através da língua é possível fazer perdurar o complexo de inferioridade cultural, plantado no antigo Brasil colonial e que parece ainda persistir na consciência da sociedade brasileira contemporânea. Sabe-se que a variedade brasileira do português reflete a identidade do povo brasileiro. Assim sendo, negar a influência dos índios e africanos na sua formação é negar as origens, a verdadeira identidade nacional. Infelizmente, a atitude de superioridade alicerçada no eurocentrismo, ilustrada no trecho abaixo, parece ainda rondar pelos ares da sociedade contemporânea. Em seus estudos, Silva Neto (1963 [1951]: 67 *apud* Lucchesi, 2012: 52) defendia que “a vitória do português não se deveu a imposição violenta da classe dominante. Ela explica-se por seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização”.

A tendência de minimizar a importante contribuição dos povos não brancos para a língua falada no Brasil parece ser ainda mais proeminente quando se refere aos africanos. Uma das explicações prováveis para isso, por certo, é encontrada fora dos limites linguísticos. Como é sabido, durante o período dos movimentos liberalistas que defendiam a independência das colônias, a figura dos povos indígenas passou a ser exaltada. Essa atitude de exaltar os povos nativos, defendendo a “cor local” dos territórios americanos, foi utilizada para realçar as diferenças entre o Novo Mundo e as metrópoles. No entanto, a história revela que o elemento indígena, adornado com a qualidade da bravura de não aceitar a escravidão e com o mito do “bom selvagem”, serviu, antes de mais nada, para dar o toque “exótico” distintivo, justificando os movimentos em prol das independências das colônias. Esse fato é resumido claramente nas palavras de Mendonça (1933 *apud* Lucchesi, 2008: 152):

O negro, que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro que erra pelas florestas... Se um alicerça obscuramente a economia nacional com a lavoura da cana-de-açúcar e do café, e a mineração do ouro, o outro sugere motivos sentimentais para o passatempo dos elegantes do Império [...].

A intensidade da minimização da influência africana no PB pode ser ilustrada com o fato de termos de origem africana “passarem” a ter uma origem ameríndia (Castro, 2001). Um exemplo é o caso da origem da palavra *mocotó*, que, segundo Castro (2001: 88), em um dicionário na versão do século XIX, é descrita como de origem tupi, mesmo sabendo que os indígenas não conheciam o gado bovino. Apesar de a contribuição das línguas indígenas para o léxico PB ter sido mais extensa do que as línguas africanas (Petter, 2006/2007: 78), exemplos como esse revelam a inclinação para priorizar a influência indígena.

Mesmo tendo contribuído em menor grau para o léxico do PB, “a presença africana no léxico é a mais forte evidência do contato linguístico e cultural” (Petter (2006/2007: 83). Ou seja, enquanto no nível lexical é muito mais difícil negar a herança das línguas africanas, é no domínio morfossintático que se encontram as grandes divergências. Entre as divergências quanto ao domínio morfossintático do PB vernáculo, há dois casos particularmente sujeitos a debate: (i) a questão de a variação no paradigma da concordância nominal e verbal ser ou não resultado de uma deriva secular (Lucchesi, 2006, 2012, 2013) e (ii) a questão de o comportamento proclítico ser fruto de um conservadorismo ou uma influência de propriedades das línguas bantas (Avelar & Galves, 2014).

Em todo o caso, com base nos fatos sócio-históricos do Brasil, é possível afirmar que a atitude de desconsiderar a influência africana no PB pode refletir simplesmente a escolha de uma base teórica infundada e/ou uma conduta baseada em ideologias discriminatórias (Lucchesi, 2008, 2012).

2.4 Resumo do quadro linguístico atual do Brasil

Embora as mudanças gramaticais induzidas pelo contato linguístico sejam muito mais nítidas nas variedades populares, elas também são evidentes em outras variedades do PB, criando a distinção genérica entre o PB e o PE. Como temos destacado, no Brasil colonial a presença dos africanos era constante em várias áreas geográficas e em várias esferas da sociedade, além da grande miscigenação verificada, possibilitando um pouco mais a inserção dos afrodescendentes na sociedade (ver seções 2.2 e 2.3.2). Esses fatores podem ter iniciado o processo de influência da variedade da língua portuguesa falada pelos africanos e afrodescendentes – o “português da senzala” – no português falado pelos brancos – o “português da casa grande”, mais convergente com a variedade da antiga metrópole (Lucchesi, 2006, 2009, 2012). Para além disso, no século XX, a industrialização e a urbanização promoveram uma grande migração da população afrodescendentes da zona rural para as grandes cidades brasileiras (Lucchesi, 2013). E mais atualmente, políticas sociais de democratização da escolarização, promovidas por governos mais engajados em promover políticas sociais, têm facilitado o acesso da maioria da população à norma culta. Desse modo, a variedade linguística da elite brasileira foi se distanciando ainda mais do padrão europeu, sendo mais influenciada pela variedade da grande massa de afrodescendentes. Paralelamente, a variedade da classe dominada passou também a ser influenciada pela variedade da elite, resultando em um nivelamento linguístico e em um certo enfraquecimento dos efeitos do contato linguístico (Lucchesi, 2012, 2013; Carvalho & Lucchesi, 2016). E alguns dos parâmetros para delimitar as diferentes variedades do PB estão relacionados à frequência e ao grau de variação no emprego das estruturas gramaticais reestruturadas induzidas pelo contato linguístico (Lucchesi, 2012).

Apesar disso, o PB contemporâneo como um todo é, retomando as palavras de Lucchesi (2012: 48), “a variedade linguística transplantada para o Novo Mundo que

mais se diferencia de sua matriz europeia”. Além do mais, embora o nivelamento linguístico tenha provocado uma aproximação com influência mútua, foi ainda mantida a grande distância entre as variedades prestigiadas, faladas por uma menor parcela da população, e as menos prestigiadas do PB, faladas pela grande maioria da população. Por esses aspectos, Lucchesi (2012: 64) concebe a situação sociolinguística atual no Brasil como um caso de polarização sociolinguística. Para ele, a polarização sociolinguística brasileira

assenta na divisão da língua no país entre os padrões de comportamento linguístico de uma minoria que tem acesso à escolarização plena e aos demais direitos sociais, a *norma culta brasileira*, e os padrões linguísticos da grande maioria da população, com pouca ou nenhuma escolaridade, porque é privada do acesso aos direitos sociais básicos, a *norma popular brasileira*.

Essa polarização sociolinguística reflete a maior relevância da variação diastrática no panorama linguístico brasileiro. Por razões sócio-históricas, a variação diatópica deu lugar de destaque à variação diastrática (Lucchesi, 2009; Teyssier, 1982: 79 *apud* Castro, 2011: 29).

As variedades básicas que compõem o PB contemporâneo podem, assim, ser classificadas como: português afro-brasileiro, norma popular, norma culta e a norma padrão. Essas variedades podem também ser classificadas dentro de um *continuum*, aproximando-se ou afastando-se da norma definida como padrão do português do Brasil. O português afro-brasileiro³ é a variedade falada por comunidades rurais isoladas descendentes de antigas regiões quilombolas e uma das mais distantes da norma padrão dentro do *continuum*. A norma vernácula (popular) atual do PB é o grande conjunto das variedades linguísticas da grande maioria da população brasileira. Apesar de também englobar “subvariedades”, incluindo umas um pouco mais próximas da norma culta, está de uma forma mais frequente relacionada a pessoas com menos escolaridade. A norma culta é a que se aproxima mais da norma padrão e é falada por uma pequena parcela da população que desfruta do acesso a uma educação de qualidade. É a norma prestigiada. Por fim, como uma herança do período colonial, a norma padrão ensinada nas escolas brasileiras ainda, espantosamente, segue um modelo mais próximo ao do PE. Somente uma pequena parcela da população é exposta a essa norma no decorrer da educação formal. No entanto, por prescrever uma língua longe da realidade brasileira, provavelmente tem

³ O português afro-brasileiro, sendo uma variedade popular, pertence ao grande conjunto da norma popular do PB. Porém, pelas suas características e contexto sócio-histórico específicos, uma classificação destacada parece ser mais adequada aqui.

uma quantidade irrisória de falantes “reais” (Mattos e Silva, 2004; Lucchesi, 2006, 2008, 2009, 2012, 2013).

As normas padrão das línguas em geral estão associadas à escrita formal, sendo sempre as mais conservadoras. Dessa forma, é esperado um certo distanciamento da norma padrão com relação à língua efetivamente falada pela maioria da população de uma sociedade. Porém, no Brasil, esse distanciamento é muito maior do que se poderia prever (Morais & Ribeiro, 2004, Martins, 2016; Kato & Martins, 2016). A norma padrão atual, das gramáticas tradicionais e respeitada nos textos formais, prescreve regras totalmente estranhas à realidade linguística da maioria da população brasileira, incluindo mesmo a pequena parcela da população com acesso à escolarização de qualidade. A norma padrão, pelo fato de ainda continuar a seguir um modelo de uma realidade totalmente diferente (o europeu), pode ser considerada a responsável pelas “confusões” que levam a criar construções gramaticais não permitidas até mesmo no padrão europeu. A norma padrão brasileira está em um pedestal quase inatingível, tornando-a uma norma artificial. A persistência atual da adoção de um padrão muito diferente da realidade da população só contribui para a “insegurança linguística” do povo, o preconceito linguístico e, de acordo com Lucchesi (2008: 158),

revela, sobretudo, um absoluto desprezo pelas coisas da terra e pela cultura nacional e popular. A adoção de um padrão normativo estranho à realidade linguística do país integra um projeto elitista de poder e exclusão social, no qual a grande maioria da população brasileira deve ficar fora dos centros de decisão política e da distribuição da riqueza nacional, até porque ‘nem sequer sabe falar o idioma pátrio’.

É seguro afirmar que a norma padrão do PB, expressa quase que exclusivamente em textos estritamente formais, não pode ser considerada como uma representação próxima da língua vernácula da população brasileira. Um dos aspectos que mais podem ilustrar esse fato está relacionado justamente ao objeto de estudo deste trabalho: o comportamento dos clíticos de objeto. Enquanto o português do Brasil falado pela quase totalidade da população é uma língua com comportamento proclítico, a norma padrão brasileira ainda está inclinada para o padrão enclítico. Além disso, nas gramáticas normativas brasileiras, prescreve-se veementemente o uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa, sendo que esses clíticos já foram quase totalmente eliminados do português falado pelo povo brasileiro.

Sabemos que algumas das mudanças induzidas pelo contato linguístico presentes no português do Brasil já estão acordadas no padrão. Apesar da persistência de seguir um modelo “artificial”, há diferenças evidentes entre a norma padrão/escrita brasileira e a norma padrão europeia. Entretanto, ainda falta muito para que o abismo que separa a verdadeira língua falada pelo povo brasileiro e a norma padrão do português brasileiro seja um pouco menos extremo. Esse distanciamento profundo só contribui para fortalecer o preconceito linguístico e criar “incertezas linguísticas” em todas as áreas da sociedade brasileira. Além do mais, esse fato colabora para uma outra situação ainda mais grave, o aumento do estigma sobre as variedades mais populares do PB, sendo isso uma das vias para externalizar o excessivo preconceito social ainda persistente na sociedade brasileira do século XXI.

2.5 Conclusão

Para compreender de forma mais adequada a formação do português brasileiro, realçamos alguns fatos sócio-históricos importantes do Brasil. Destacamos alguns aspectos do contexto de contato linguístico no Brasil colonial e as razões para considerar os africanos e seus descendentes como os agentes principais na caracterização do português vernáculo falado em território brasileiro.

Através da breve análise da sócio-história do Brasil, consideramos que fatores extralinguísticos tiveram um papel fundamental na definição das propriedades que separam a variedade brasileira da variedade europeia do português, sendo as variedades populares do PB as que mais apresentam traços salientes desse passado. Mesmo não podendo ser considerado uma língua de contato prototípica, o português vernáculo brasileiro resulta de mudanças linguísticas desencadeadas através de aquisição de L2 por “transmissão linguística irregular” em um contexto de contato linguístico.

Embora as mudanças desencadeadas pelo contato linguístico caracterizem as variedades do PB como um todo, a língua escrita formal permanece seguindo ainda algumas regras do padrão europeu. No entanto, o fosso entre a fala e a escrita, entre norma coloquial e norma culta, é muito maior do que poderia se esperar. Por fim, também consideramos que o ato de minimizar a influência dos africanos na formação do português brasileiro pode ter motivações extralinguísticas, com base em ideologias discriminatórias.

No próximo capítulo, o último da primeira parte, o comportamento dos clíticos de objeto do PB também será descrito, para que possamos, na segunda parte do estudo, evidenciar possíveis consequências da influência africana em alguns aspectos dessas morfemas, esperando, com isso, contribuir para demonstrar a impossibilidade de negar a influência africana na língua vernácula falada no Brasil.

CAPÍTULO 3

Os morfemas de objeto nas línguas bantas, no português europeu e no português brasileiro: uma descrição geral

3.1 Introdução

Neste capítulo, seguindo uma orientação descritiva geral, mostraremos brevemente o comportamento dos morfemas com função de objeto nas línguas bantas, no português europeu e no português brasileiro. Na seção 3.2, discutiremos um pouco sobre os conceitos de pronomes clíticos e afixos. Em seguida, na seção 3.3, apresentaremos as principais propriedades dos morfemas de objeto das línguas bantas. Nas seções 3.4 e 3.5, descreveremos e analisaremos o comportamento dos clíticos de objeto no português europeu e no português brasileiro respectivamente. Concluiremos o capítulo na seção 3.6.

3.2 Os morfemas de objeto: pronomes clíticos ou afixos?

A análise da formação do português brasileiro com base em alguns fatores sócio-históricos apresentados no capítulo 2 mostra que o português do Brasil resulta de um contexto de contato linguístico, com mudanças desencadeadas no processo de aquisição imperfeita de L2. Antes de apresentar no capítulo 5 a nossa reflexão de como o contato linguístico também poderia ter desencadeado mudanças nos clíticos de objeto do PB vernáculo, neste capítulo descreveremos brevemente o comportamento dos morfemas com função de objeto nas línguas bantas, no português europeu e no português brasileiro. As descrições aqui não serão exaustivas, mas

gerais e necessárias para os pontos que serão abordados na segunda parte desta tese. A breve descrição de alguns aspectos dos marcadores de objeto das línguas bantas em geral parece o suporte suficiente para as questões que serão discutidas no capítulo 5. No caso específico das variedades europeia e brasileira do português, ressaltaremos as principais diferenças visíveis e presumiremos como também terão sido resultado de mudanças linguísticas ao nível morfológico. Porém, na presente seção faremos uma breve revisão dos conceitos de clíticos e afixos, aplicando depois essa distinção ao longo das descrições neste capítulo.

Os morfemas são as menores unidades com significado em uma língua e podem ser livres ou presos (Velupillai, 2012). Os afixos e os pronomes clíticos são considerados morfemas presos por sempre necessitarem de um hospedeiro (Velupillai, 2012). Tradicionalmente, um dos aspectos considerados para distinguir afixos e clíticos se refere à independência sintática. Segundo as análises tradicionais, enquanto há uma dependência fonológica nessas duas classes de morfemas, os clíticos tenderiam a ter uma independência sintática maior do que a dos afixos (Velupillai, 2012). Labelle (2008: 84), contudo, afirma que atualmente a distinção teórica entre pronomes clíticos e afixos parece estar se tornando menos óbvia, pois, por exemplo, algumas propostas consideram clíticos como afixos verbais. Em relação aos clíticos pronominais das línguas românicas e aos marcadores de objeto das línguas bantas, a autora ainda admite que esses morfemas em ambas as famílias linguísticas apresentam, além das propriedades morfológicas, outras que os colocam dentro de um domínio sintático. Com isso, propõe uma análise baseada em um *continuum*, composto por palavras independentes em uma ponta, clíticos no meio e afixos na outra ponta, para caracterizar os morfemas de objeto de forma mais adequada.

Nas línguas românicas e nas línguas bantas, os morfemas de marca de objeto compartilham algumas características, como o papel de substituir argumentos e informação de gênero e número (Labelle, 2008). Com a proposta do *continuum*, a autora defende que os morfemas de objeto das línguas românicas e das línguas bantas estariam mais próximos dos clíticos, sendo que essa aproximação seria maior para as línguas românicas. Assim, de acordo com essa perspectiva, esses morfemas nas línguas bantas se comportariam mais como afixos verbais de concordância. No entanto, mesmo optando por uma análise com base no grau de afastamento ou aproximação em um *continuum*, o surgimento de novos estudos e propostas fazem

com que definir de uma forma mais unânime a posição desses morfemas nessas duas famílias linguísticas em uma escala seja ainda uma tarefa complicada (Labelle, 2008).

A classificação dos morfemas de objeto nas línguas românicas como pronomes clíticos está bem estabelecida. Nessas línguas, os clíticos pronominais são também designados pronomes átonos com conteúdo argumental. Contudo, como mencionamos, alguns modelos teóricos focam as suas propriedades morfofonológicas, favorecendo uma análise de afixos verbais (Labelle, 2008). A mesma falta de unanimidade, mas de uma forma mais intensificada, paira sobre os estudos dos morfemas com função de objeto nas línguas bantas. Em pesquisas sobre essas línguas, muito menos frequentes do que as que existem sobre as línguas românicas, alguns estudiosos defendem que os morfemas de objeto são afixos de marca de concordância. Já outros autores sugerem analisar esses itens dessas línguas aglutinantes como pronomes clíticos incorporados na forma verbal (Marten & Kula, 2012; Van der Wal, 2015). Além disso, há propostas que defendem uma variação na classificação desses morfemas entre as diferentes línguas bantas. Ou seja, dentro dos estudos bantuístas, dependendo da abordagem de análise adotada, os morfemas de objeto podem ser considerados como clíticos em certas línguas e como marcas de concordância em outras (Marten & Kula, 2012; Diercks & Sikuku, 2013; Van der Wal, 2015).

Nas próximas seções, apresentaremos uma visão panorâmica do comportamento desses morfemas nas línguas bantas de uma forma geral e nas variedades europeia e brasileira do português. Nas línguas bantas, como detalharemos mais a seguir, há uma variação no comportamento dos marcadores de objeto, o que alimenta o debate sobre qual seria o verdadeiro estatuto desses morfemas. Apesar dessa variação, e considerando a proposta do *continuum* em Labelle (2008), parece seguro afirmar que esses morfemas estariam um pouco mais próximos do conceito de afixos. Já para o português europeu, assim como para outras línguas românicas, esses itens têm uma classificação mais definida como pronomes clíticos de objeto. Especificamente para o português do Brasil, porém, mostraremos que uma análise híbrida pode parecer mais adequada.

3.3 Os marcadores de objeto nas línguas bantas

As línguas bantas são faladas na maioria dos territórios da África subsaariana (Van der Wal, 2015, 2017). Mais de 500 línguas fazem parte desta família linguística, caracterizada por uma certa homogeneidade em termos tipológicos (Riedel, 2009; Marten & Kula, 2012). Entre as propriedades gerais das línguas bantas, se destacam a morfologia aglutinante, classes nominais, ordem básica SVO e verbos finitos tipicamente incluindo sufixos derivacionais e prefixos flexionais (Van der Wal, 2015, 2017).

Devido à morfologia aglutinante, as línguas bantas apresentam uma base verbal em que é aglutinado um conjunto de morfemas com determinadas funções sintáticas. O padrão básico da forma verbal, representado no Quadro 1 abaixo, pode ser ilustrado com os exemplos (1-3)⁴, em composições verbais simples, equivalentes às estruturas verbais simples das línguas românicas.

Quadro 1

1	2	3	4	5	6	7	8
Negação Pré-inicial	SM	Negação Pós-inicial	Tempo	OM	Base Verbal	Final	Pós Final

Quadro 1 - padrão básico da forma verbal (retirado e traduzido de Diercks & Sikuku, 2013).

- (1) Kàbhúlú ka-mù-bhit-íle. (quimbundo, Miguel, 2003: 55)
 12.lebre 12-OM-ultrapassar-PST
 “A lebre ultrapassou-o.”
- (2) Ni-li-ki-on-a. (suaíli, Marten & Kula, 2012: 7)
 SM1SG-PST-7OM-ver-FV
 “Eu o(a) vi/Eu vi-o(a).”
- (3) Baana b-a-bi-kola. (bembe, Iorio, 2014: 221)
 2.crianças 2SM-N.PST-8OM-comprar
 “As crianças os compraram/compraram-nos.”
 [classe nominal 8, os livros]

⁴ Exemplos retirados e adaptados de Hagemeijer (2016: 59), Marten & Kula, (2012: 7) e Van der Wal (2017: 1) respectivamente.

Esse padrão é bastante similar translinguisticamente nas línguas bantas, mas é importante salientar que nem todas elas possuem esse formato exato (Diercks & Sikuku, 2013). Além do mais, apesar de uma certa homogeneidade da forma verbal, as propriedades morfossintáticas dos afixos verbais variam muito entre estas línguas (Diercks & Sikuku, 2013).

Entre os morfemas prefixais que compõem a estrutura verbal, como podemos verificar no Quadro 1 acima, há os marcadores de objeto (OM). Esses morfemas correspondem aos objetos direto ou indireto, dependendo da transitividade do verbo ao qual estão aglutinados. Em relação a suas formas morfológicas, uma vez que os nomes nas línguas bantas são especificados lexicalmente como pertencentes a classes nominais, os OMs podem ter formas variadas (Diercks & Sikuku, 2013). Além da classe nominal, esses morfemas mostram traços visíveis de pessoa e número. Porém, não exibem traços de caso, como acusativo ou dativo (Riedel, 2009: 4). Quanto à posição dos marcadores de objeto, assim como todo o padrão da forma verbal ilustrado com o Quadro 1 acima, apesar da posição à esquerda da raiz verbal ser encontrada extensamente entre as línguas bantas, essa posição prefixal não caracteriza toda essa família linguística (Diercks & Sikuku, 2013). Uma classificação desenvolvida por Beaudoin-Lietz et al. (2004) tem sido utilizada para categorizar as línguas bantas em relação à ordem dos seus marcadores de objeto nas formas verbais (Riedel, 2009; Diercks & Sikuku, 2013). Segundo essa classificação, essas línguas podem ser distribuídas em 3 tipos. As línguas do Tipo 1 apresentam os marcadores de objeto em uma posição prefixal em relação à raiz verbal (posição prototípica) e são encontradas no leste e sul da área banta; as línguas do Tipo 2 têm os marcadores de objeto em uma posição sufixal e são faladas na parte noroeste; e as línguas do Tipo 3 estão presentes na parte central e oeste da área banta, com marcadores de objeto podendo ocorrer antes ou depois da raiz verbal (Marten & Kula, 2012; Diercks & Sikuku, 2013).

Os marcadores de sujeito (SM) são obrigatórios na vasta maioria das línguas bantas, sendo ou não o sujeito expresso lexicalmente. De forma contrária, a obrigatoriedade da marcação de objeto com um OM é menos uniforme entre essas línguas. A marcação através de um OM não é obrigatória para todos os objetos em nenhuma língua banta (Riedel, 2009). As diferenças morfossintáticas entre os SMs e os OMs são ainda mais claras quando se observa a diversidade existente no padrão

de marcação de objeto. Há línguas bantas que permitem somente um marcador de objeto por verbo flexionado, enquanto outras podem permitir vários. E há ainda línguas que não apresentam nenhum tipo de marcação de objeto (Riedel, 2009). Entretanto, uma das características mais relevantes relacionadas ao objeto nessas línguas é o fenômeno do redobro, em que o marcador de objeto coocorre com um DP objeto coreferencial *in situ*. Os OMs podem ou devem ocorrer sem os objetos lexicais coreferenciais, se comportando de forma semelhante a um pronome de objeto; ou podem ou devem ocorrer com os objetos coreferenciais, funcionando como um tipo de marca de concordância encaixada na forma verbal (Riedel, 2009). Assim, diferentemente dos marcadores de sujeito, em muitas línguas bantas a ocorrência de um marcador de objeto pode não ser obrigatória. Como há o fator opcionalidade, análises com base em graus de aceitabilidade se mostram bastante proveitosas para lidar com a grande variação em relação à marcação de objeto através de um OM. Para a língua sambaa, por exemplo, Riedel (2007: 44) mostra que a marcação de objeto aparece em graus de aceitabilidade como: obrigatório, preferido, opcional, raro e agramatical.

Na seção abaixo, detalharemos um pouco mais essas propriedades dos marcadores de objeto das línguas bantas. De uma perspectiva semântica, discutiremos brevemente sobre alguns aspectos envolvidos na opcionalidade/obrigatoriedade do redobro do objeto das línguas bantas em geral, incluindo outras propriedades. Com essa breve descrição a seguir, será possível verificar a variação interlinguística em relação ao padrão de marcação de objeto (Marten & Kula, 2012).

3.3.1 A marcação de objeto das línguas bantas

Para discutir as características dos marcadores de objeto das línguas bantas, Hyman & Duranti (1982: 223-224) apresentam uma análise mais ampla sobre as propriedades de objeto nas línguas em geral. Os autores, entre outros critérios, destacam três fatores que podem influenciar um DP a ter acesso a propriedades de objeto: (a) relação de caso semântico, (b) pessoa-animacidade e (c) e definitude. Com base nesses fatores, as condições de acesso à propriedades de objeto podem ser ilustradas através de hierarquias semânticas, como as reproduzidas abaixo (Hyman & Duranti, 1982: 223-224).

a) Beneficiário > Recipiente > Paciente > Instrumento

b) 1º > 2º > 3º humano > 3º animal > 3º inanimado

Através dessas hierarquias, se considera que o elemento mais à esquerda tem mais probabilidade de atrair as propriedades de objeto do que o elemento a sua direita. Por exemplo, na hierarquia (a), beneficiário terá mais acesso a essas propriedades do que recipiente. Quanto à hierarquia apresentada em (b), Hyman & Duranti (1982) propuseram uma junção das hierarquias de pessoa e animacidade. Nessa hierarquia (b), vemos que a primeira pessoa tem mais possibilidade de atrair propriedades de objeto do que a segunda e a terceira pessoas. O mesmo ocorre com a animacidade: a terceira pessoa humana está em uma posição mais alta e prioritária para ter propriedades de objeto. Já em relação ao fator (c) definitude, um referente mais definido tem mais prioridade do que um menos definido (Hyman & Duranti, 1982: 224). Especificamente para as línguas bantas, os autores ressaltam que, apesar de as três hierarquias serem importantes, sem dúvida, a mais relevante é a hierarquia de pessoa-animacidade (Hyman & Duranti, 1982: 224). Essa importância é exemplificada no fato de que um nome, mesmo em uma posição baixa na hierarquia de caso (a), pode atrair as propriedades de objeto se o referente estiver em uma posição alta na hierarquia pessoa-animacidade (b). Hyman & Duranti (1982) concluem que ainda não foram encontradas línguas bantas em que o fator animacidade não seja relevante para determinar quais argumentos irão adquirir as propriedades de objeto. Em suma, “nas línguas bantas, ser objeto significa ser um importante participante em um evento”⁵ (Hyman & Duranti, 1982: 227).

De forma paralela, as condições semânticas que definem o acesso de um DP a propriedades de objeto também têm um papel bastante relevante na marcação de objeto através de um OM nas línguas bantas (Hyman & Duranti, 1982; Riedel, 2009; Marten & Kula, 2012; Van der Wal, 2015, 2017). Para estas línguas, segundo Riedel (2009: 44), a marcação de objeto depende da presença ou não do objeto, e depois das propriedades do nome. Nas palavras de Van der Wal (2015: 6), “as propriedades que desencadeiam a marcação de objeto estão todas em uma alta posição nas várias

⁵ Do original “[...] in Bantu languages, being an object MEANS being an important participant in an event” Hyman & Duranti (1982: 227).

hierarquias associadas com ‘proeminência’ ou ‘topicalidade’⁶. Ou seja, fica evidente que a obrigatoriedade, a opcionalidade e as outras condições de graus de aceitabilidade na marcação de objeto com um OM são estreitamente regidas por propriedades semânticas nessas línguas. Quanto mais alta a posição de um objeto em uma hierarquia, maiores são as chances de sua marcação ser obrigatória (Marten & Kula, 2012). Importa também realçar que além dos critérios de animacidade, topicalidade e entre outros destacados acima, outros diversos fatores podem determinar a ocorrência de um OM nas diferentes línguas bantas, tais como critérios formais (classe nominal) e critérios pragmáticos (foco) (Marten & Kula, 2012: 10).

Como salientamos anteriormente, as línguas bantas são caracterizadas pela possibilidade de coocorrência do marcador de objeto e do DP objeto coreferencial. Em relação a essa propriedade, de uma forma geral, essas línguas podem ser categorizadas como (i) línguas que proíbem a coocorrência, (ii) línguas que a permitem ou exigem e (iii) línguas que a permitem ou exigem somente para certos tipos de DP objeto. Classificações mais detalhadas podem ainda ser adotadas (Marten & Kula, 2012). Ao analisar o redobro nas línguas bantas, um dos aspectos cruciais é levar em consideração se a coocorrência é feita em um mesmo domínio sintático e prosódico, sem ser caso de deslocamento à direita (Diercks & Sikuku, 2013).

Exemplificaremos agora como a obrigatoriedade e a opcionalidade de marcação de um objeto através de um OM é condicionada pela posição do nome referente nas escalas semânticas. Na língua sambaa, que permite o redobro *in situ*, o objeto deve ser obrigatoriamente marcado através de um OM quando se refere a um nome próprio, como podemos ver com o contraste de gramaticalidade nos exemplos⁷ (4) e (5). Em sambaa, é raro, mas aceitável, termos a marcação para nomes com referências inanimadas, como ilustrado com a opcionalidade do exemplo (6) (Riedel, 2009: 44-46). Na língua nyaturu, podemos observar com o exemplo⁸ (7) que os objetos animados definidos devem ser redobrados com o marcador de objeto. Já para os objetos animados indefinidos, não é necessário, como ilustrado com o exemplo (8) (Van der Wal, 2015: 6).

⁶ Do original “The properties that trigger object marking are all high on the various hierarchies associated with ‘prominence’ or ‘topicality’” Van der Wal (2015: 6).

⁷ Exemplos retirados, traduzidos e adaptados de Riedel (2009: 44-46).

⁸ Exemplos (7) e (8) retirados e traduzidos de Van der Wal (2015: 6).

- (4) N-za-mw-ona Stella (sambaa, Riedel, 2009: 44)
SM1S-PERF.DJ-1OM-ver 1Stella
“Eu vi Stella”
- (5) *N-za-ona Stella. (sambaa, Riedel, 2009: 46)
SM1S-PERF.DJ-ver 1Stella
Int: “Eu vi Stella”
- (6) N-za- (chi-) ona kitezu. (sambaa, Riedel, 2009: 46)
SM1S-PERF.DJ-7OM ver 7cesto
“Eu vi o/um cesto”
- (7) N-a-mũ-onaa mwalimu. (nyaturu, Hualde, 1989: 182)
1SG.SM-PST1-1OM-ver 1professor/a
“Eu vi o/a professor/a.”
- (8) N-a-onaa mwalimu. (nyaturu, Hualde, 1989: 182)
1SG.SM-PAST1-ver 1professor/a
“Eu vi um/uma professor/a.”

As línguas bantas também podem diferir na quantidade permitida de marcadores de objeto por verbo flexionado, variando de um marcador de objeto a vários marcadores. A possibilidade de ter mais de um marcador de objeto em certas línguas também é regida por restrições específicas, como animacidade, primeira pessoa e função temática (Marten & Kula, 2012). Há línguas que permitem somente um OM, outras que permitem vários e línguas que permitem mais de um OM, dependendo das propriedades semânticas do objeto coreferencial (Marten & Kula, 2012). Este último caso intermédio pode ser visto com os exemplos (9) e (10)⁹ da língua bamba, em que, quando o objeto é animado, a presença de mais um OM é possível.

- (9) N-àlí-mù-péél-à. (bamba, Marten & Kula, 2012: 13)
SM1SG-PAST-1OM-give-FV
“Eu dei-lhe/lhe dei (o/a).”
- (10) Mù-kà-bá-mú-éb-él-á-kó. (bamba, Marten & Kula, 2012: 13)
SM2PL-FUT-2OM-1OM-dizer-APPL-FV-PRO17
“Tu/Você vais/vai dizer-lhes para ele.”

⁹ Exemplos retirados e traduzidos de (Marten & Kula, 2012: 13).

Desse modo, podemos ver que, assim como em relação à possibilidade ou à obrigatoriedade da coocorrência com certos tipos de DP objeto, a quantidade de OM por verbo flexionado também é condicionada por critérios semânticos (Marten & Kula, 2012; Van der Wal, 2015). Para finalizar esta seção, abordaremos brevemente o debate acerca do estatuto dos marcadores de objeto nas diversas línguas bantas.

Salientamos que as línguas bantas podem permitir ou proibir o marcador de objeto de coocorrer com um DP objeto coreferencial no mesmo domínio sintático e prosódico. Por isso, o estatuto sintático dos marcadores de objeto entre as diversas línguas bantas tem sido analisado a partir de duas abordagens: ou como marcas de concordância ou como pronomes incorporados (Riedel, 2009; Marten & Kula, 2012; Van der Wal, 2015, 2017).

Riedel (2009), sobre a sintaxe do marcador de objeto em sambaa, defende que os prefixos com função de objeto são marcas de concordância. Segundo ela, os OMs do sambaa apresentam um comportamento típico de morfemas de concordância, o que também caracterizaria de uma forma geral os marcadores de objeto das outras línguas bantas. Para Marten & Kula (2012: 19), no entanto, a grande variação encontrada na marcação de objeto entre as línguas bantas põe em xeque a dicotomia marca de concordância vs pronome incorporado, e é sugerida a adoção de uma caracterização mais detalhada. Já de acordo com Diercks & Sikuku (2013), em um estudo sobre o lubukusu, os marcadores de objeto seriam argumentos pronominais dos verbos, incorporados na estrutura morfológica verbal. Esses autores também defendem a insuficiência de classificar os OMs com base na dicotomia marcas de concordância vs pronomes incorporados. Segundo eles, uma abordagem mais adequada seria considerar o caso de “incorporação de pronome como uma realização particular dentro de uma análise de cliticização mais geral”, com uma variação de propriedades como a encontrada nos pronomes clíticos das línguas indo-europeias (Diercks & Sikuku, 2013: 34). A seguir, apresentaremos uma análise teórica para os marcadores de objeto das línguas que poderia contribuir para esse debate.

3.3.2 Uma análise para os OMs das línguas bantas

Na tentativa de obter uma interpretação mais eficaz sobre o estatuto sintático dos OMs, Van der Wal (2015, 2017) propõe uma análise híbrida, no seio do quadro minimalista, que parece ser mais vantajosa por combinar uma relação de

concordância com efeitos de incorporação. Essa análise leva em consideração a proposta de clíticos de objeto como *Goals* defectivos de Roberts (2010) e a abordagem de concordância entre *Probe* (sonda) e *Goal* (alvo) (Chomsky, 2000, 2001). Segundo essa análise de Van der Wal (2015, 2017), nas línguas bantas o *v* pequeno teria traços phi (ϕ) ininterpretáveis ($u\phi$) e necessitaria encontrar (sondar) um argumento interno com traços ϕ interpretáveis ($i\phi$). Quando o *Goal* objeto for um pronome defectivo (ϕP), os traços nominais do *Goal* seriam um subconjunto dos traços da *Probe*, produzindo uma relação de *Agree* que resultaria no *spell-out* dos traços ϕ no *v*, na forma de um marcador de objeto. Se os traços do *Goal* não forem um subconjunto dos traços da *Probe*, eles não seriam *spelled-out* na *Probe*. A *Probe* estabeleceria, então, uma outra relação de *Agree* com o *Goal*, valorando os traços ($u\phi$), e nesse caso somente o DP *Goal* seria *spelled-out* (Van der Wal, 2017: 278-279). Como ressaltamos anteriormente, há línguas bantas em que é possível a coocorrência do DP objeto no mesmo domínio frásico, não sendo um caso de deslocamento à direita. Para explicar esse comportamento, na análise teórica de Van der Wal (2015) se considera a existência de uma variação do *Goal* na estrutura interna. Essa variação interna no *Goal* que permite um redobro local na marcação de objeto é descrita através da possibilidade de a *Probe* concordar, não com o DP objeto completo, mas com uma camada extra dos traços ϕ no *Goal*, parte do DP. Neste caso, como os traços ϕ do *Goal* são um subconjunto dos traços da *Probe*, seria então possível um *spell-out* do marcador de objeto e também do DP, resultando no redobro (Van der Wal, 2015, 2017).

Com a nossa discussão aqui, apresentamos uma pequena amostra da grande variação do comportamento dos marcadores de objeto entre as línguas bantas. Em relação àquelas que foram mais representativas na história do Brasil, como o quimbundo, o umbundo e o quicongo, estudos que detalham as propriedades que condicionam a obrigatoriedade da marcação de objeto através de um OM não foram encontrados. Isso sugere a necessidade de estudos mais dedicados às línguas africanas. Apesar disso, e mesmo sabendo da grande variação existente em relação à marcação de objeto nessa família linguística, para o nosso estudo consideramos como base os aspectos das línguas bantas aqui exemplificadas. Além do mais, e como referimos previamente, com a afirmação de Hyman & Duranti (1982), ainda não foram encontradas línguas bantas em que o critério semântico animacidade não seja determinante para a marcação de objeto.

3.4 Os pronomes clíticos do português europeu

Dentro do quadro das línguas românicas, o sistema pronominal do português europeu apresenta um comportamento bastante peculiar e complexo, tendo somente o galego e parcialmente o asturiano com um comportamento similar (Martins, 2016). De um modo geral, o padrão atual da colocação dos clíticos das línguas românicas é pré-verbal (posição proclítica). No italiano e no espanhol, por exemplo, os pronomes átonos são proclíticos com verbos finitos. Já com os verbos não finitos, os clíticos são colocados após o verbo (posição enclítica). No francês, a ordem é sempre proclítica, exceto para os verbos no imperativo, que condiciona uma posição pós-verbal (Martins, 2016). Contudo, a colocação dos clíticos de objeto do português europeu contemporâneo não é regida por aspectos de finitude, mas sim por fatores sintáticos (Martins, 2016).

O fator finitude do verbo, que rege completamente a colocação dos clíticos de objeto do espanhol e do italiano, por exemplo, só é determinante no português europeu em relação à ordem mesoclítica dos clíticos, em que a colocação desses morfemas é interna à forma verbal do futuro e condicional, sendo considerada uma variante da ênclise (Martins, 2013, 2016). Assim, com exceção da mesóclise, os contextos que determinam uma posição pré-verbal ou pós-verbal dos clíticos no PE não podem ser definidos com base na oposição formas finitas e não finitas. Nas palavras de Martins (2016: 402), “embora o fator morfológico (particularmente a oposição entre formas verbais finitas e não finitas) não deixe de ter relevância para a colocação dos pronomes clíticos no português europeu, são fatores de natureza sintática os que se revelam dominantes”.

No português europeu, a posição dos clíticos é desencadeada basicamente pelo tipo de oração (principal ou subordinada), pela sua polaridade (afirmativa ou negativa), pela ocorrência ou não, antes do verbo, de itens lexicais específicos (sintagma QU-, certos quantificadores e certos advérbios) e por fatores estruturais (topicalização e focalização) (Martins, 2016). Dentro desse complexo quadro da colocação dos pronomes clíticos do português europeu, a oposição entre orações principais e subordinadas finitas e a oposição entre frases afirmativas e negativas são identificadas mais facilmente (Martins, 2016). As orações subordinadas finitas e

orações negativas são, assim, mais simples de serem descritas como contextos de próclise obrigatória.

Além do contexto de orações subordinadas finitas e orações negativas, a posição pré-verbal também é a ordem padrão nas frases afirmativas não subordinadas com a presença de outros proclisadores. A maior complexidade, nesse caso, está em definir esses outros proclisadores. Com exceção dos sintagmas QU-, que são sempre proclisadores, o conjunto dos outros itens que desencadeiam a próclise, como certos quantificadores e certos advérbios, é “a parte do sistema de colocação dos pronomes clíticos que mais resiste a uma descrição simples e integradora” (Martins, 2016: 406). Abaixo, para o PE, estão exemplificadas¹⁰, a colocação enclítica em uma frase afirmativa (11) e a ordem proclítica para oração subordinada finita (12), frase negativa (13), frases com quantificadores proclisadores (14-15) e para frase com sintagma QU- (16).

- (11) “Sim, pedi-lhe que ele fizesse de si próprio.”
(Expresso, 28.03.2015)
- (12) “Bem sei que se trata de empresas privadas.”
(Expresso online, 04.04.2016, Nicolau Santos)
- (13) “Não se sai incólume de uma viagem destas.”
(Expresso online, 04.04.2016, Pedro Santos Guerreiro)
- (14) “Muito se falou, pouco se disse e nada se resolveu.”
(CETEMPúblico)
- (15) “Queria fazer da segurança o tema do Outono, mas todos lhe trocaram as voltas.”
(CETEMPúblico)
- (16) “Como te atreves?!”
(Expresso, 01.02.2014)

Nos contextos não finitos, a colocação dos pronomes de objeto também é condicionada por fatores específicos. Entre os verbos infinitivos, há ainda a distinção entre infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado (Galves & Lobo, 2009; Martins, 2013, 2016). Com os infinitivos não flexionados, a colocação é enclítica na ausência de proclisadores e há uma variação quando o verbo é antecedido de preposições

¹⁰ Exemplos retirados de Martins (2016: 405).

diferentes de *a* e *com*. Nos contextos de infinitivo flexionado sem preposição, só há próclise com proclisadores. Já no infinitivo flexionado com preposição, há próclise com todas as preposições diferentes de *a* e *com*. Nas orações gerundivas, a ênclise é o padrão caso não haja na posição pré-verbal a preposição *em*, o advérbio de negação *não* e os outros elementos associados à próclise. Por fim, os pronomes clíticos não podem ocorrer em orações participiais (Martins, 2013). Com complexos verbais¹¹, o português europeu dispõe ainda do fenômeno de subida de clítico, em que o clítico é afixado ao verbo flexionado e não ao verbo não finito do qual é argumento. Nos complexos verbais com infinitivo, há uma variação entre subida e não subida do clítico (Galves & Lobo, 2009: 180). Já nos complexos verbais com gerúndio e participípio, a subida de clítico é obrigatória. Os exemplos¹² (17) e (18) para o infinitivo, o exemplo (19) para o gerúndio e o exemplo (20) para o participípio ilustram o comportamento dos clíticos nos complexos verbais do PE.

(17) “Trabalho não falta a quem queira pegar-lhe.”

(18) “Vai-lhe arranjar uns ovos.”

(19) “O tio saiu do armazém a empurrá-lo, soprando-lhe nas costas o iracundo hálito penoso do peixe, e foi-o enxotando calçada fora.”

(20) “As pessoas agora são tão mal-educadas que francamente já me tinha desabitado de gestos como o seu.”

A breve descrição apresentada acima sobre o comportamento dos clíticos pronominais no português europeu contemporâneo é uma pequena amostra da sua complexidade. Essa complexidade não é somente em comparação aos sistemas pronominais da grande maioria das línguas românicas. Segundo Flores & Barbosa (2014: 307), a colocação dos clíticos é o aspecto mais complexo da gramática do PE.

Os clíticos de objeto do PE também apresentam uma história inusual, também complexa, observada a partir das primeiras fontes escritas do português disponíveis. Entre os séculos XIII e XIV, é atestada na história do português uma variação na colocação dos pronomes clíticos nos contextos enclíticos do PE contemporâneo. No século XVI, a próclise se torna dominante nesses contextos, e no século XVII, é a

¹¹ Neste estudo, utilizamos o termo complexo verbal de uma forma geral para grupos verbais complexos compostos por verbos auxiliares e verbos plenos.

¹² Exemplos retirados de Martins (2013).

ênclise que passa ser a opção dominante (Martins, 2016). Por esse fato, como afirmam Galves & Lobo (2009: 174), “a ordem dos clíticos é um dos fenômenos de variação e mudança mais salientes na história do português”. A seguir, detalharemos um pouco mais essas mudanças na história do PE.

Para explicar a variação atestada na ordem da colocação dos pronomes clíticos na história do português, Galves et al. (2005a) distinguem duas grandes classes de contextos para as orações finitas. Segundo essas autoras, há (a) os contextos de regra categórica, que não apresentaram nem variação nem mudança ao longo do tempo, e há (b) os contextos de regra variável, com uma grande variação e mudança. Com base nessa divisão, nos contextos sem variação ao longo da história (a), estão incluídas as orações com verbo em posição inicial absoluta (V1). Isto é, a colocação dos clíticos em verbos na posição inicial absoluta da frase parece não ter sofrido mudanças ao longo do tempo, até mesmo durante o período de grande variação. A estabilidade nesse contexto reflete a aplicação da lei Tobler-Mussafia, que proíbe os clíticos na primeira posição da frase. Além dessa proibição de clíticos pronominais na posição inicial absoluta, os contextos de próclise obrigatória também mostraram uma estabilidade. Os contextos de próclise obrigatória do português antigo – frases com itens proclisadores, frases negativas e orações subordinadas – são os mesmos no PE contemporâneo. Ou seja, “ao longo de todo o período histórico do português (desde os primeiros textos, no final do séc. XII, até hoje), mantêm-se estáveis os contextos de próclise obrigatória” (Martins, 2016: 416). A classe de contextos de regra variável (b) é constituída pelas orações sem verbo na primeira posição (V1) e sem proclisadores e poderia ainda ser subdividida em 2 conjuntos: contextos de variação I (orações com verbos precedidos de sujeito referencial não focalizado ou de alguns tipos de advérbios) e contextos de variação II (orações com verbos precedidos de conjunção coordenada ou orações dependentes).

Essa variação no uso entre ênclise e próclise atestada nos textos da época medieval levou a um aumento da frequência do uso da próclise posteriormente. Com isso, a próclise passou a ser dominante no século XVI (Martins, 2016). Como resultado, é consensual classificar a gramática do português quinhentista como proclítica. É justamente esse ponto que torna a história dos pronomes clíticos no português bastante intrigante. Do século XIII ao século XVI, o português parecia seguir os mesmos passos do espanhol e do catalão, com um crescente uso da próclise em frases com verbo finito (Martins, 2016: 417). No entanto, a partir do século XVII, de

acordo com Martins (2016), e do século XVIII, segundo Galves et al. (2005a), parece ter iniciado uma inversão no comportamento, e o padrão enclítico passou a ser mais frequente naqueles que antes eram contextos de variação. Os exemplos (21-28)¹³ com orações afirmativas sem itens proclisadores, enquadradas na divisão de classe de contextos de regra variável (a classe (b) esboçada em Galves et al., 2005a), ilustram a variação entre ênclise e próclise e o estabelecimento da colocação enclítica ao longo da história do português.

- (21) “o Cides lhes fez muyta honrra e lhes deu grandes doas em ouro e prata e cavalos e outras cousas”
(Crónica Geral da Espanha de 1344; Miranda 2013, 229,228)
- (22) “E façouos della pura doaçom”
(Docs. Notariais, 1408. Martins 2001:414,171)
- (23) “E uos fazemos em ello procurador”
(Docs. Notariais, 1412. Martins 2001:414,171)
- (24) “Ele me disse que pasmava como lhe abastava o que tinha”
(Sousa, 1554)
- (25) “*Bem me importava* entender ao certo o que se passa...”
(Melo, 1608)
- (26) “Eu corro-me de dizer o que padeço”
(Melo, 1608)
- (27) “Agora quero-lhe dizer algumas cousas das que Vossa Mercê desejará saber a meu parecer”
(A. Costa, 1714)
- (28) “A respeito de Prado diz-me Queiroz: ‘Não sei se Você já o viu depois de casado’.”
(Ortigão, 1836)

Através dessa pequena descrição nesta seção, podemos sumarizar que o português europeu contemporâneo apresenta um comportamento enclítico em orações afirmativas sem a presença de proclisadores. No caso da presença de itens proclisadores, a posição pré-verbal é obrigatória. Destacamos também que, além da complexidade, o sistema pronominal tem uma história pouco comum.

¹³ Exemplos retirados de Galves et al. (2005a) e Martins (2011, 2016).

Antes de concluir esta seção, consideramos pertinente salientar que os dados históricos de uma língua são estritamente oriundos de fontes escritas. A língua escrita, como bem sabido, é sempre mais conservadora e pode até mesmo não revelar o verdadeiro quadro linguístico de uma sociedade de uma determinada época. Como ressaltamos na introdução sobre as dificuldades envolta da linguística histórica, estudar a situação linguística de uma época passada é, como bem apontou Labov (1994), “a arte de fazer bom uso de maus dados” ou, ainda, um “empreendimento quixotesco”. Assim, o intrigante percurso de variação e mudança atestado nos textos diacrônicos do português poderia esconder, como sugere Martins (2016), uma outra história. Abordaremos essa questão no capítulo 4.

Por fim, entendemos que a complexidade do sistema pronominal do português europeu não se deve somente ao fato de se verificar a utilização efetiva de ênclise e próclise, determinada por fatores sintáticos. Deve-se também ao fato de, como salientamos acima, os contextos de ocorrência de próclise não permitirem uma descrição simples (Martins, 2016).

3.5 Os pronomes clíticos do português do Brasil

Como já mencionado, o sistema pronominal é um dos domínios que mais afastam a variedade brasileira da variedade europeia do português. Em relação aos pronomes de objeto, os dois principais aspectos que distinguem o PB do PE são (i) a redução do uso dos clíticos e (ii) a generalização da próclise em contextos de realização clítica (Cyrino, 1993, 2003; Lobo, 2002; Pereira, 2006; Kato & Martins, 2016). Como vimos na seção anterior, no português europeu, a ênclise é o padrão normal na ausência de ativadores de próclise. Já o português do Brasil é caracterizado como uma língua proclítica, em que a próclise é generalizada sem ser ativada por proclisadores (Kato & Martins, 2016). No entanto, é válido ressaltar, mais uma vez, a grande distância entre a língua escrita e a língua falada no Brasil. Embora o padrão proclítico já caracterize o português brasileiro com um todo, um comportamento mais enclítico ainda é verificado em textos escritos formais, refletindo a prescrição da norma padrão (ver seção 2.4). A seguir, descreveremos o comportamento dos clíticos de objeto do PB. Para uma breve interpretação teórica, presumiremos a possibilidade de utilizar a

base de uma análise dos clíticos do PE para explicar, até certo ponto, os clíticos do PB.

3.5.1 O padrão de colocação dos clíticos de objeto do português brasileiro

Para seguir com a concisa descrição do comportamento dos clíticos no PB, destacamos que nos contextos de orações com verbos finitos (incluindo orações principais afirmativas/negativas, orações subordinadas, orações coordenadas, orações com ou sem os itens que condicionam a próclise no PE e frases com verbo em posição inicial absoluta – V1), a colocação proclítica é o padrão normal. Os exemplos abaixo¹⁴ com frases finitas apresentam contextos do português vernáculo do Brasil que em PE exigiriam a ênclise.

(29) “Eu me perguntava por que existiam coisas no mundo que não serviam para nada, como as lagartas.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 17)

(30) “Eram lagartas de uma cor intensa, de um castanho que nunca vi, gordas, bem gordas, e Laércio, o filho de seu Laurentino, o caseiro de tia Marluce, as estourava com o pé, fazendo um ploc que me incomodava.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 16)

(31) “Dona Irene se admirou daquela visita assim, disse que era um milagre receber pessoas tão importantes àquela hora.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 8)

(32) “A filha mais feia, uma arquiteta muito doida, lhe deu um abraço mais frio que os braços da cadeira de rodas.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 37)

(33) “Se bobeássemos, elas nos queimariam feio.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 17)

(34) “Me vi pego em flagrante e até me recriminei, tinha realmente ido longe demais.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 40)

¹⁴ Exemplos retirados do livro de contos *Jeito de Matar Lagartas* (2015), de Antônio Carlos Viana, que apresenta uma escrita, na maioria das vezes, bastante próxima ao português vernáculo brasileiro.

Com complexos verbais, também há uma grande distinção entre as duas variedades do português. Nesses contextos, na ausência dos proclisadores referidos em 3.4, o PE apresenta um padrão de ênclise ou com o verbo flexionado ou com o verbo principal. Já no PB, os pronomes de objeto ou estão proclíticos ao verbo principal ou ao verbo flexionado. A posição proclítica ao verbo principal (V CLV) é uma estratégia inovadora, totalmente ausente no PE (Morais & Ribeiro, 2004; Galves et al., 2005b). Os exemplos abaixo mostram esta construção inovadora dos clíticos (V CLV).

(35) Pela cara, a jovem devia se chamar Beatriz, que é nome de mulheres que nunca perdem a beleza.

(*Jeito de Matar Lagartas, p. 64*)

(36) Dissemos que não queríamos comer, já íamos pra casa, nossos pais estavam nos esperando.

(*Jeito de Matar Lagartas, p. 8*)

(37) “Achei que tinha me exposto à toa [...]”

(*Jeito de Matar Lagartas, p. 65*)

Além da ordem proclítica, a substituição, já bem estabelecida, dos pronomes *tu* e *nós* por *você* e *a gente* também caracteriza o quadro pronominal do PB. A substituição dos pronomes de segunda pessoa do singular e de primeira do plural pelas formas *você* e *a gente*, respectivamente, afetou o comportamento dos clíticos pronominais. O pronome *você*, que passou a ser semanticamente de segunda pessoa, e a forma *a gente*, que semanticamente se refere à primeira pessoa do plural, são utilizados de uma forma generalizada e ocorrem com a forma verbal de terceira pessoa do singular. Como resultado, o pronome clítico *lhe* passou a se referir também à segunda pessoa do discurso, e o clítico *te* é amplamente utilizado com o pronome sujeito *você* (Morais & Ribeiro, 2004; Galves et al., 2005b; Galves et al., 2016).

O outro aspecto particular do PB é a redução do paradigma dos pronomes de objeto. Atualmente, podemos resumir o desuso dos clíticos de objeto no português brasileiro contemporâneo como se segue. Os clíticos *vos* e *se* passivo não são mais utilizados no PB. Os clíticos reflexivos também podem ser omitidos em vários dialetos. O clítico *nos* está em fase de se tornar mais restrito a registros formais possivelmente devido à concorrência com a locução pronominal *a gente*. Já o clítico *lhe(s)* é limitado

dialetalmente (Nunes, 2015: 62). A redução do uso dos morfemas de objeto do PB também atingiu os clíticos *o(s)/a(s)*.

Esta queda do uso dos clíticos de terceira pessoa é um exemplo emblemático da situação linguística do Brasil. Freire (2011: 29), em um estudo baseado numa amostra constituída de gêneros textuais distribuídos em um *continuum* oralidade-letramento para investigar o uso dos clíticos acusativo e dativo de terceira pessoa nas variedades europeia e brasileira do português, constata que “enquanto no PE os clíticos são bastante robustos [...], no PB eles só alcançam semelhante condição na extremidade [-oralidade/+letramento], [...]”. Nesse estudo, o autor comprova que, apesar de já ser possível evidenciar a queda do uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa na escrita do PB, a representação do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa, entre outras, está fortemente associada a eventos de comunicação com traços de [+letramento], sujeitos à pressão da tradição escolar (Freire, 2011: 30). Dessa maneira, já está bem estabelecido que os clíticos *o(s)/a(s)*, considerados como não fazendo mais parte do português brasileiro coloquial, são adquiridos somente através de um processo de educação formal, sendo associados somente à língua aos registros formais (Morais & Ribeiro, 2004; Galves et al., 2005b; Freire, 2011; Nunes, 2015). Assim sendo, o desaparecimento desses morfemas no português vernáculo brasileiro é uma clara ilustração do grande fosso existente entre a norma padrão e a língua efetivamente utilizada pelo povo brasileiro.

A eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português vernáculo brasileiro deu margem para a adoção de outras estratégias como forma de compensação (Morais & Ribeiro, 2004; Galves et al., 2005b). Com os exemplos abaixo, podemos observar que o desuso dos clíticos *o(s)/a(s)* é suprido pela ocorrência de objeto nulo (38), o uso das formas tônicas (*ele, ela*) (39), o *lhe* ocorrendo como acusativo (40) e a repetição do sintagma nominal (41) (Cyrino, 2003; Moraes & Ribeiro, 2004; Galves et al., 2005b).

(38) “Meu pai pediu uma dose. Vi que ele estava procurando um jeito de dar a notícia, alongando o caminho. Ele _ derramou um pouquinho pro santo e, vapt, _ engoliu de um trago só.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 8)

(39) “É meu amigo Tonico, cumprimente ele, tio!”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 82)

(40) “Aperte a mão dele, Tônico, ele está lhe cumprimentando”.

(Jeito de Matar Lagartas, p. 83)

(41) “O jeito foi cada um de nós aprender seu jeito de matar lagarta. O meu era diferente do de Laércio. Eu gostava de juntar um bocado delas, pegava com uma pazinha, aí elas se enrodilhavam, formavam uma pequena coroa cor de cobre. Eu jogava as lagartas dentro de um saco plástico transparente e amarrava a boca para ver como elas iam morrendo.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 17)

Além do uso extremamente reduzido na língua oral cotidiana, os clíticos acusativos de terceira pessoa também apresentam uma distribuição sintática diferente dos outros pronomes de objeto em certos contextos. Esses morfemas não ocorrem em posição inicial absoluta – V1. Além disso, nos complexos verbais, eles são uma exceção em relação à estrutura inovadora (V CLV), não podendo ser colocados entre o verbo flexionado e o verbo principal (Galves et al., 2005b; Nunes, 2015). Em sequências verbais, ou assumem uma posição proclítica em relação ao verbo flexionado (42), independentemente da presença de item proclisador, ou então, a colocação padrão é em ênclise com verbos no infinitivo (43).

(42) “[...] (ainda seria um resto de vaidade ou a Marga as tinha pintado para lhe dar aquele ar de palhaço?) [...]”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 82)

(43) “[...] e poderia fazê-la cair de novo no autoflagelo.”

(Jeito de Matar Lagartas, p. 46)

Esse comportamento distinto dos clíticos acusativos de terceira pessoa fez surgir algumas hipóteses que os classificam de uma forma diferente em relação aos outros clíticos pronominais. Dessa maneira, classificar os morfemas/clíticos com função de objeto em PB através de uma análise híbrida parece ser um caminho mais adequado para compreender a heterogeneidade do comportamento desses itens, como detalharemos na próxima seção.

Traçar a história fidedigna do PB, incluindo o comportamento dos pronomes clíticos, parece ser uma tarefa muito mais complicada do que no PE. A razão mais

evidente para essa dificuldade é a questão da autoria das fontes escritas, um problema comum a todos os casos de línguas transportadas durante o período colonial. Segundo Pagotto (1992), muitas das fontes escritas no Brasil em determinados períodos da história não podem ser comprovadas como sendo de autores brasileiros. Além disso, a grande distância entre língua escrita e falada dificulta ainda mais descrever a evolução da língua nos textos de autores brasileiros (Morais & Ribeiro, 2004).

Com esses pontos importantes considerados, através de fontes escritas é possível verificar que as variedades europeia e brasileira do português se comportaram de uma maneira semelhante por um determinado período até seguirem caminhos distintos. Segundo Lobo (2002), é no século XIX que a distinção da colocação dos clíticos do PE e do PB começa a ser visível. A variação no uso dos pronomes clíticos nos textos escritos no Brasil, principalmente no século XIX, reflete, segundo Carneiro & Galves (2010), uma situação de competição de três gramáticas, no conceito de Kroch (2001): o português clássico, o português europeu moderno e o português brasileiro moderno falado. Para Carneiro & Galves (2010), a gramática instável na história do PB pode ser caracterizada pela variação da ênclise e próclise em alguns contextos do português clássico, a preferência pela ênclise do PE e o direcionamento para a próclise do PB. Sobre o fato de o século XIX ser definido como o período em que a gramática do PB atual passa a ser notada na língua escrita, Lobo (2002: 86) ainda destaca que

as diferenças na forma da colocação dos pronomes átonos entre o português brasileiro e o europeu, assim como uma série de outras diferenças sintáticas, começam a ser apontadas no século XIX, fazendo-se notar de forma mais clara exatamente no momento em que, pela primeira vez, a literatura brasileira, no bojo do Romantismo, passa a buscar um veículo de expressão que se elabore em moldes distintos dos estabelecidos pelos cânones literários portugueses. É facilmente presumível que, figurando na língua literária do século XIX, tais distinções já devessem estar consolidadas há muito mais tempo na língua oral.

Podemos ver que Lobo (2002) realça o fato de que as mudanças presentes nas fontes escritas refletem muito tardiamente processos já ocorridos nas línguas faladas. Com isso, concordando com a autora e indo mais além, podemos afirmar que a distinção entre as variedades oral e escrita do português falado no Brasil existiu desde o começo. Como salientamos acima, é difícil definir adequadamente a autoria de textos produzidos durante os períodos iniciais da colonização. Além disso, como apontamos no capítulo 2, durante o período colonial do Brasil a grande maioria da população não

teve acesso à escolarização. As fontes históricas do português no Brasil poderiam assim revelar somente uma variedade do português falada por uma pequena parcela da população, e não a variedade efetivamente utilizada pela grande maioria, que seria a variedade antecedente do português vernáculo brasileiro. Foi somente durante o século XIX que algumas das características dessa variedade vernácula passaram a ser perceptíveis na escrita.

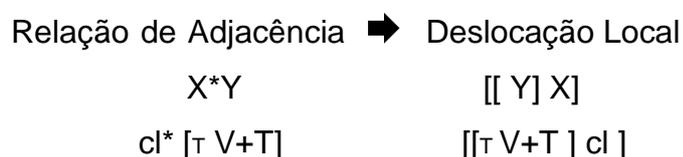
Com os pontos abordados nesta seção, podemos sintetizar que o comportamento dos pronomes clíticos do PB pode ser descrito como proclítico no registro oral, enquanto a língua escrita formal ainda apresenta uma variação, apesar de a próclise ser também um padrão normal (Morais & Ribeiro, 2004). Vimos que os clíticos acusativos de terceira pessoa têm uma distribuição sintática distinta e só são adquiridos mais tarde, através da escolarização. Na próxima seção, apresentaremos uma análise teórica para os clíticos de objeto no português.

3.5.2 Uma análise para os pronomes de objeto do português do Brasil

Para os propósitos e a extensão deste estudo, nos limitaremos a apenas apresentar brevemente uma proposta para interpretar o comportamento interno dos clíticos na fase pós-sintática, dentro do quadro da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993), que propõe um modelo sintático de análise morfológica (Scher et al., 2013). Embora a proposta que será apresentada tenha sido desenvolvida para o PE, consideramos possível assumir também essa análise para os clíticos do PB, visto que, de acordo com essa abordagem, as diferenças na colocação dos clíticos de objeto são desencadeadas durante as operações morfológicas.

De acordo com Barbosa (2008) e Flores & Barbosa (2014), no português europeu os clíticos pronominais estão sintaticamente posicionados à esquerda do nó funcional que contém o verbo. Ou seja, a próclise é a ordem sintática básica, enquanto a ênclise é derivada na morfofonologia, na fase pós-sintática (ver também Costa & Martins 2004 e Magro 2007, para um mecanismo idêntico, embora com argumentos diferentes). De acordo com os pressupostos da Morfologia Distribuída, os morfemas são conjuntos de traços abstratos sem informação fonológica ou morfológica. É só no *spell-out* que há Inserção Vocabular, quando serão inseridas as matrizes fonológicas de cada morfema. Durante esse processo pós-sintático, a estrutura hierárquica gerada na sintaxe passa por operações que podem alterar a ordem dos morfemas. Uma

dessas operações é a Deslocação Local, que aplica o processo de fusão morfológica em estruturas linearizadas e substitui uma relação de adjacência por uma relação hierárquica. No nível pós-sintático, o clítico é associado à palavra morfológica que o segue imediatamente, neste caso, os nós terminais dominados por T: o verbo e seus afixos (Barbosa, 2008; Flores & Barbosa, 2014). A ênclise resulta, então, da substituição da relação de adjacência por uma relação hierárquica desencadeada pela operação de Deslocação Local. Com base nessa análise, a próclise é mantida quando a Deslocação Local é bloqueada por contextos sintáticos definidos, *i.e.*, os itens proclisadores do português europeu. Essa análise pode ser representada com as seguintes configurações (Flores & Barbosa, 2014: 321):



Tendo como base essa breve análise do comportamento interno dos clíticos do português europeu com foco na sua fase pós-sintática, seguindo os pressupostos da Morfologia Distribuída, parece possível deduzir uma explicação teórica para a posição proclítica dos morfemas de objeto no português brasileiro. Na fase pós-sintática, as operações morfológicas, como a Deslocação Local, não alterariam a ordem dos morfemas abstratos provenientes da sintaxe nessa variedade do português. Para Barbosa (2008: 21), a Deslocação Local não “implica necessariamente a alteração da ordem dos morfemas”.

Entretanto, sabemos que a próclise generalizada não é atestada de maneira uniforme em todos os clíticos do PB (Galves et.al, 2005b; Nunes, 2015). Na seção 3.5.1, ressaltamos o comportamento peculiar dos clíticos acusativos de terceira pessoa em certos contextos verbais. Essa peculiaridade na distribuição poderia ser explicada teoricamente por algum comportamento específico dentro da componente sintática e/ou por operações morfológicas pós-sintáticas. Durante a fase pós-sintática, poderíamos especular que, para os clíticos *o(s)/a(s)* do PB, haveria alterações de ordem por operações morfológicas em contextos específicos. Essa interpretação voltada para a fase pós-sintática para compreender o comportamento distinto dos clíticos *o(s)/a(s)* parece ser plausível e poderia ser suportada pela hipótese de Nunes

(2015), que propõe uma análise de caráter morfológico mais detalhada sobre esses clíticos. Abaixo, resumiremos os pontos principais dessa proposta.

Os comportamentos diferenciados dos clíticos de objeto do PB têm levado estudiosos a formularem propostas para classificar essas morfemas de duas formas distintas. Entre essas propostas¹⁵, está a de Nunes (2015), que defende uma análise híbrida para explicar o comportamento peculiar dos acusativos *o(s)/a(s)*. Segundo Nunes (2015), os elementos com função de objeto no português do Brasil não constituem uma classe uniforme, diferentemente do português europeu. Ele defende que esses itens no PB podem ser classificados ou como pronomes clíticos ou como marcas de concordância. Os morfemas *o(s)/a(s)*, “acrescentados” à gramática nuclear do PB através da escolarização, apresentam, segundo o autor, uma distribuição sintática que justificaria classificá-los como marcas de concordância de objeto. Para essa hipótese, Nunes (2015) toma como base a análise híbrida desenvolvida por Ormazabal & Romero (2013) para o espanhol. Para demonstrar o estatuto distinto dos clíticos *o(s)/a(s)* no PB, Nunes (2015: 62) restringe a sua análise comparativa aos pronomes *me* e *te*. Ele justifica essa restrição pelo fato de os outros clíticos possuírem idiosincrasias de colocação e/ou por não estarem presentes em todos os dialetos brasileiros, enquanto *me* e *te* se comportam da mesma maneira e aparentemente estão presentes em todos os dialetos do português brasileiro.

Dentro dessa proposta, o autor argumenta que o estatuto de concordância dos clíticos acusativos de terceira pessoa segue algumas condições, como o fato (i) de se associarem a formas verbais que, independentemente, possam ter marcas de concordância e (ii) de competirem pela mesma posição morfológica com a concordância de sujeito, que sempre tem prioridade. De acordo com essa análise híbrida de Nunes (2015), o comportamento diferenciado entre *o(s)/a(s)* e *me* e *te*, claramente evidente em complexos verbais, está condicionada à necessidade de um hospedeiro concordante. A colocação dos clíticos acusativos de terceira pessoa junto aos verbos flexionados em contextos de complexo verbal expõe a necessidade que esses morfemas têm de se juntarem a formas verbais com marcas de concordância. Como em PB o particípio e o gerúndio não se flexionam, a subida de clítico é obrigatória com *o(s)/a(s)*. A condição de concordância independente não afeta os clíticos *me* e *te*, que sempre se associam ao verbo lexical, resultando na estrutura

¹⁵ Para uma outra proposta híbrida, que subdivide os clíticos de objeto do PB em Infl-clíticos e V-clíticos, aconselhamos ver Galves et al., 2005b.

inovadora (V CLV), como ilustrado no contraste entre as frases (35-37) e (42) na seção 3.5.1. A subida dos clíticos acusativos de terceira pessoa, contudo, não ocorre com verbos no infinitivo. A colocação dos clíticos *o(s)/a(s)* junto a uma forma verbal infinitiva, como demonstrado no exemplo (43), não invalida a condição de necessidade de um hospedeiro concordante, já que o infinitivo em português pode ser flexionado (Galves et al., 2005b; Nunes, 2015).

O papel das especificações dos verbos na determinação da colocação dos clíticos acusativos de terceira pessoa consiste, como vimos, na (im)possibilidade de a forma verbal ter marcas de concordância independentes. Já a variação da posição dos clíticos acusativos de terceira pessoa em complexos verbais – a colocação proclítica ao verbo flexionado e a posição enclítica ao verbo infinitivo – é regulada pela outra condição proposta dentro da análise híbrida de Nunes (2015). Esses clíticos, devido as suas propriedades de marcas de concordância, competem pela mesma posição com a marca de concordância do sujeito. A posição proclítica ao verbo auxiliar finito, ilustrada no exemplo (42), pode ser justificada pelo fato de a posição sufixal já estar ocupada pela concordância de sujeito e, com isso, a concordância de objeto não poder ser realizada como sufixo. Para a colocação sempre enclítica de *o(s)/a(s)* com os verbos no infinitivo, como representada no exemplo (43), uma exceção na gramática proclítica do PB, a explicação é encontrada no fato de a concordância de sujeito ser feita com o verbo auxiliar, deixando a posição sufixal de concordância do infinitivo vaga. Essa posição é, então, ocupada pelas marcas de concordância do objeto, os morfemas *o(s)/a(s)*. Assim, a posição proclítica ao verbo auxiliar em complexos verbais na forma do gerúndio e participípio, resultado da subida de clítico, e a colocação enclítica aos verbos no infinitivo, com a não ocorrência de subida de clítico, são justificadas pela competição por uma mesma posição morfológica com as marcas de concordância de sujeito. Como a concordância de sujeito sempre tem prioridade, os morfemas de objeto são regidos de acordo com a disponibilidade da posição morfológica após a marca de sujeito ser definida (Nunes, 2015).

Assim, o estatuto de concordância dos clíticos acusativos de terceira pessoa com base na condição de se ter um hospedeiro com marcas de concordância independentes parece ser uma explicação bastante satisfatória para a colocação dos clíticos *o(s)/a(s)* junto aos verbos flexionados ou ao infinitivo em contextos de complexos verbais no PB. Já a condição de competir pela mesma posição morfológica de concordância parece proporcionar respostas para a motivação da próclise ao verbo

flexionado em complexos verbais com gerúndio e particípio e da ênclise com infinitivo. Com isso, a razão da impossibilidade de os clíticos acusativos de terceira pessoa formarem a estrutura inovadora (V CLV) parece ficar esclarecida.

3.6 Conclusão

Neste capítulo, apontamos brevemente que a distinção de pronomes clíticos e afixos seria mais adequada com base em um *continuum*. Labelle (2008) propõe um *continuum* interlinguístico para classificar os morfemas de objeto das línguas bantas, que estariam mais próximos de afixos, e os pronomes de objeto das línguas românicas, que estariam mais próximos de clíticos.

O estatuto dos marcadores de objeto das línguas bantas tem sido alvo de intenso debate. Um consenso para classificar esses marcadores como pronomes incorporados ou marcas de concordância nas línguas bantas não parece ainda possível, sendo evidente a necessidade de mais estudos nessa área da gramática. No entanto, podemos afirmar que há consenso em relação à importância das propriedades semânticas na marcação de objeto através de um OM nas línguas bantas em geral.

Como vimos, diferentemente do PE, o sistema pronominal do PB é caracterizado principalmente pela redução do paradigma pronominal, em particular pela eliminação dos clíticos *o(s)/a(s)* na gramática vernácula, e pela generalização da próclise. Quando os clíticos acusativos de terceira pessoa são utilizados, eles mostram traços de comportamento diferentes dos clíticos do tipo *me* e *te*. Vimos ainda que essa mudança poderia também ser explicada por operações na fase pós-sintática. Como os clíticos acusativos de terceira pessoa passaram a se comportar mais como afixos verbais, uma análise híbrida parece ser a mais adequada para dar conta da falta de uniformidade dos clíticos de objeto do PB.

Finalmente, com as discussões deste capítulo, podemos formular algumas questões. O contato linguístico, mais especificamente, a influência das línguas bantas, teria também desencadeado a possível mudança no estatuto dos clíticos acusativos de terceira pessoa do PB? Estarão os clíticos de objeto em geral do PB mais próximos aos afixos do que esses morfemas no PE, com base no *continuum* proposto por Labelle (2008)? Os morfemas de objeto do PB poderiam, então, ser classificados como um grupo de afixos verbais heterogêneo, com clíticos como *te* e *me* de um lado

e os clíticos *o(s)/a(s)* de outro? Neste estudo, não teremos como desenvolver esses pontos. Somente pesquisas futuras mais detalhadas poderão trazer uma resposta adequada a estes problemas.

Parte II

CAPÍTULO 4

A próclise na história da língua portuguesa e o papel do conservadorismo no português do Brasil

4.1 Introdução

Neste capítulo, destacaremos uma nova hipótese em relação ao período mais proclítico verificado na história da língua portuguesa (4.2.1) e discutiremos o papel do conservadorismo no PB (4.2.2). Na seção 4.2.3, abordaremos as implicações de somente relacionar a colocação pré-verbal dos clíticos de objeto do PB ao português quinhentista e indicaremos uma possível maneira de interpretar a contribuição da língua portuguesa nessa mudança. Na seção 4.3, concluiremos a discussão do capítulo.

4.2 A próclise na história do português e o conservadorismo no PB: ponderando os fatos

Antes de apresentar, no capítulo 5, possíveis evidências da influência africana em alguns aspectos dos pronomes de objeto do PB vernáculo, entendemos ser necessário examinar de forma ponderada algumas questões relacionadas à fase mais proclítica atestada nas fontes históricas do português. Consideramos também imprescindível enfatizar alguns aspectos da história da língua portuguesa no Brasil para verificar se seria mesmo plausível defender o papel do conservadorismo na caracterização do PB de uma forma geral, incluindo a colocação generalizada da próclise. Essas questões serão exploradas com mais detalhes nas seções seguintes.

4.2.1 A próclise e o português quinhentista

Antes de assumir na seção 4.2.3 até que ponto poderia ser válido relacionar estreitamente o português quinhentista à caracterização do comportamento dos pronomes de objeto do PB, discutiremos aqui a já bem estabelecida classificação do português do século XVI como proclítico. Como ressaltamos, análises de fontes históricas revelam uma grande variação da colocação dos pronomes de objeto e uma maior frequência de próclise em contextos de verbos finitos sem itens proclisadores no português quinhentista, e o aumento e o estabelecimento da ênclise nesses contextos verbais nos períodos posteriores (Galves et al., 2005a; Martins, 2016). Esse fato, como já foi mencionado, tornou a história da língua portuguesa bastante peculiar (ver seção 3.4). O português parecia seguir um caminho semelhante ao das outras línguas românicas até passar a trilhar um caminho oposto. Contudo, Martins (2011), em um estudo sobre o comportamento dos clíticos nas obras de Gil Vicente, propõe, afastando-se de seus trabalhos anteriores, a hipótese de que a mudança na história dos clíticos da língua portuguesa poderia ser, de certa forma, ilusória. Nesse estudo, com base em dados quantitativos, é observada uma frequência constante do uso da ênclise nas falas dos personagens populares, naqueles contextos verbais em que foi verificada uma frequência maior da próclise noutros textos. Segundo a autora (2011: 86),

num sector da sociedade portuguesa medieval, a sintaxe dos clíticos evoluiu na mesma direcção que em outras línguas ibéricas, como o espanhol e o catalão; num outro sector da sociedade portuguesa medieval, evoluiu no sentido da actual gramática do português europeu. A gramática “proclítica”, a que poderíamos chamar “pan-ibérica”, era a das classes social e culturalmente dominantes (tipicamente, alfabetizadas e produtoras de escrita), a gramática mais especificamente portuguesa era a das classes populares (tipicamente, não alfabetizadas e com acesso muito limitado à produção escrita). São factores sócio-culturais os que determinam que no português quinhentista (e também quatrocentista e seiscentista) seja extremamente reduzida a visibilidade da gramática em que a ênclise se terá mantido essencialmente estável ao longo do tempo.

A partir dessa hipótese, Martins (2011) defende que a complexidade dos processos de mudança da colocação dos pronomes clíticos talvez seja melhor compreendida através do conceito de competição de gramáticas manifestada nos textos escritos. Essa interpretação, então, limita sociolinguisticamente a gramática muito mais proclítica representada nos textos dos séculos XV a XVII à classe dominante e aos setores letrados (Martins, 2011, 2016). Já a gramática com um uso constante da

ênclise, menos visível nos textos quinhentistas e presente nas falas das personagens populares de Gil Vicente, constituiria “o ´elo (quase) perdido´ do percurso evolutivo do português antigo ao português europeu contemporâneo” (Martins, 2011: 83).

Essa maneira alternativa de pensar a evolução dos pronomes clíticos da língua portuguesa poderia ser corroborada com o fenômeno denominado “bilinguismo literário” vivenciado na história de Portugal. De acordo com Castro (2011: 223-227), esse fenômeno foi caracterizado pela presença prolongada do espanhol como língua literária. Esse fenômeno se deu durante o período da monarquia dual (1580-1640), em que a Espanha e Portugal tinham os mesmos reis. Castro (2011) defende ainda que o “bilinguismo literário” não apenas caracterizou o período da monarquia dual, mas também os meados do século XV e anos depois da independência. Nesse contexto sócio-histórico, o comportamento mais “castelhanizante” constatado nos textos produzidos em Portugal não se refere somente à preferência de autores portugueses em escrever textos em espanhol como língua segunda ou estrangeira, mas também ao fato de autores espanhóis serem lidos e impressos na língua original em Portugal (Castro, 2011: 227).

A hipótese de uma situação de competição de gramáticas levantada por Martins (2011) poderia também ser sustentada se se considerar a questão da alfabetização em Portugal durante o período medieval. De acordo com Faraco (2016: 79), “os países ibéricos estiveram à margem de todos esses ciclos históricos que contribuíram, desde o século XVI, para a progressiva expansão e universalização da educação geral da população como um todo”. Portugal, ao longo da história, sempre apresentou uma taxa elevada de analfabetismo se comparado com outros países, diminuindo para menos de 10% somente no início do século XXI (Faraco, 2016: 80).

Desse modo, com base nesses aspectos sociolinguísticos, parece aceitável afirmar que o aumento da utilização da próclise nos contextos em que foram constatadas variações na diacronia refletiria a aproximação de Portugal à cultura espanhola. Ou seja, a influência do espanhol, com uma gramática mais proclítica, poderia justificar a variação entre ênclise e próclise e o aumento da frequência de próclise nos textos históricos do português. Considerando a restrição do acesso à cultura para a grande parcela da sociedade portuguesa, comprovada através dos baixos índices de alfabetização existentes ao longo da história de Portugal, as fontes escritas com uma maior frequência de próclise nos contextos que requerem a ênclise no PE atual poderiam indicar somente uma possível variedade linguística da época:

um socioleto e/ou um uso estilístico na escrita de uma pequena parcela da população portuguesa.

4.2.2 Uma reavaliação do papel do conservadorismo no PB

Como realçamos na introdução, as análises dedicadas a interpretar a formação do PB podem ser agrupadas, de forma geral, em análises que consideram relevantes ou que minimizam os efeitos do contato linguístico nas mudanças ocorridas nessa variedade do português. Entre as análises que minimizam a relevância do papel do contato linguístico, se enquadram as correntes de pensamento baseadas na ideia da deriva linguística e as visões que defendem um processo de retenção de estruturas atestadas na diacronia do português. Essas análises, de uma forma ou de outra, dão ao PB um caráter conservador.

Na visão da deriva linguística secular, as variações nos paradigmas de concordância nominal e verbal do PB, por exemplo, como já mencionado, se devem a uma força em direção à uniformização morfológica já presente de forma embrionária no português antes de sair da Europa (Naro & Scherre, 2007: 32). No entanto, segundo Lucchesi (2012, 2013), o fato de essas mudanças previsíveis não serem constatadas na diacronia do PE, e o fato de as variedades populares do PB estarem se aproximando da norma culta, resultando no fenômeno do nivelamento linguístico, que destacamos na seção 2.4, são evidências que podem enfraquecer essa hipótese.

Além de os fenômenos de concordância variável do PB não serem interpretados por alguns estudiosos como efeitos diretos da situação de contato linguístico, a colocação pré-verbal dos pronomes de objeto do PB é também considerada como uma forma de retenção do período mais proclítico que caracterizou o português quinhentista (Avelar & Galves, 2014). Em outras palavras, a colocação proclítica generalizada do PB seria devida às características da variedade linguística que os colonos portugueses falavam nas épocas iniciais da colonização do território brasileiro. Essa hipótese, contudo, além de ignorar a complexidade da situação, com uma possível competição de gramáticas, como referimos na seção anterior, parece não levar em conta o fato de que o português transportado para o Brasil não foi só o quinhentista. O português continuou sendo levado ao Brasil ao longo de todo o período colonial, inclusive muito mais nos séculos XVIII e XIX, com o aumento da

população portuguesa, como apontamos no capítulo 2. Sobre essa questão importante, Mattos e Silva (2004: 74-75) evidencia que

[...] os portugueses e sua língua chegaram ao Brasil em 1500 e continuaram a vir por todo o período colonial, com momentos de pico como o da 'da corrida do ouro', dos fins do século XVII, e o da vinda da família real em 1808 e depois como emigrantes. Nesse longo tempo histórico, o português europeu continuou seus processos de mudanças linguísticas, próprios às línguas históricas em uso por uma sociedade, necessariamente condicionados por fatores linguísticos e sócio-históricos. É bom destacar esse fato, para avaliarmos com mais fundamento uma postulação tradicional que considera o português brasileiro, em relação ao europeu, conservador no sentido de manter características do período arcaico e quinhentista.

Um ponto que parece sustentar a importância de relativizar o papel do conservadorismo no PB se refere a um aspecto no domínio fonético-fonológico. O sistema vocálico do PB também é considerado como uma arcaicidade. O português europeu passou por mudanças fônicas a partir do século XVII para o XVIII, e a ausência dos efeitos prosódicos resultantes dessa mudança levou a classificar o PB com características arcaicas, conservando a prosódia do português quinhentista (Mattos e Silva, 2004). Entretanto, ao analisar a fonologia das línguas bantas, Castro (2001) apresenta dados que podem pôr a visão do caráter conservador atribuído ao sistema vocálico do PB em revisão. De acordo com a autora, a semelhança do português brasileiro com o sistema linguístico das línguas bantas e kwa, incluindo sete vogais orais, cinco vogais nasais e a estrutura silábica (CV) com a vogal no centro de sílaba, comprova que as línguas africanas possibilitaram "a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português arcaico na modalidade brasileira, afastando-se, portanto, da pronúncia atual, muito consonantal, do português europeu" (Castro, 2001: 76-77). Esse fato pode comprovar que o sistema fonético-fonológico do PB parece também ser resultante de um tipo de "reforço" exercido pelas línguas africanas. Isto é, a manutenção de aspectos fonéticos-fonológicos do português arcaico no PB foi muito provavelmente possível por uma convergência com as línguas bantas, não podendo ser analisada somente com base na tese do conservadorismo. Resumidamente, nas palavras de Mattos e Silva (2004: 136), "[...] a 'conservação' no Brasil do sistema português pré-setecentista pode ser interpretada não só pelo argumento tradicional do conservadorismo, mas a ele pode ser associado o dos sistemas vocálicos dos africanos que chegaram ao Brasil, tanto banto como kwá". Com isso, o argumento do caráter conservador da posição proclítica dos morfemas

de objeto no PB também parece que pode ser relativizado. É a partir dessa conclusão que desenvolveremos a nossa discussão na próxima seção.

4.2.3 Próclise generalizada do PB: uma alternativa ao conservadorismo

Na seção anterior, destacamos que muitas mudanças no português brasileiro são por vezes interpretadas como resultantes de uma deriva secular e da retenção de formas antes presentes na história do português. Com base nos pontos ressaltados nas seções 4.2.1 e 4.2.2, podemos afirmar que relacionar a fase classificada como mais proclítica da história do português com a generalização da próclise no PB parece ser a escolha mais fácil para lidar com uma situação muito mais complexa. Interpretar a próclise generalizada do PB como um arcaísmo é desconsiderar, primeiro, a possível existência na diacronia de duas gramáticas determinadas por fatores sociais, e segundo, é ignorar o fato de que o português foi levado ao Brasil ao longo de todo o período colonial, com presença ainda mais significativa nos últimos períodos da colonização, como realçamos nas seções anteriores (ver também seção 2.2). Discutiremos aqui esta falha de relacionar estritamente a colocação pré-verbal do PB ao português quinhentista. Também assumiremos uma interpretação hipotética, que parece um pouco mais plausível para indicar como a língua portuguesa poderia ter participado na mudança da sintaxe dos clíticos de objeto do português do Brasil.

Seguindo Mattos e Silva (2004), compreendemos que não seria plausível relacionar as características do PB a apenas uma variedade histórica do português. Mesmo se se ignorar o fato de que diversas variedades diacrônicas do português foram levadas continuamente ao Brasil, ainda assim, a visão de defesa do conservadorismo para a generalização da próclise no PB não considera a complexidade da situação linguística do período classificado como proclítico na história da língua portuguesa. Para assumir que as características do português quinhentista influenciaram o estabelecimento da próclise no PB, seria necessário avaliar qual foi, de fato, a variedade do português a que foi exposta a grande maioria da população no território brasileiro durante o período colonial.

Como assinalamos na seção 4.2.1, sobre o português quinhentista, em acordo com a hipótese de Martins (2011), assumimos a possibilidade de terem existido duas gramáticas. A gramática que apresentava variação e uso de próclise nos contextos de ênclise do PE contemporâneo poderia ser um tipo de socioleto da classe dominante

ou até mesmo um uso estilístico motivado pela aproximação com a cultura espanhola. Sobre a questão do baixo índice de alfabetização em Portugal ao longo da história, Faraco (2016: 80) aponta ainda que “se a educação da população como um todo não foi um bem na própria metrópole, menos ainda o foi nas colônias, [...]”. Assim, podemos conjecturar que muito provavelmente pode ter sido o português falado pela parcela mais popular da sociedade portuguesa, ou seja, uma gramática que manteve o uso da ênclise estável, que foi transportado de forma mais substancial para o Brasil. Dito de outra maneira, seguindo a hipótese da estabilidade da ênclise ao longo da história da língua portuguesa, a população autóctone, os africanos e os afrodescendentes no Brasil possivelmente teriam tido um contato mais significativo com uma gramática mais popular, que apresentava construções enclíticas nos contextos em que os textos históricos apresentam variação e mais frequência de próclise. Assumindo essa estabilidade da gramática da língua portuguesa, pelo menos entre a grande maioria da população portuguesa que esteve privada do acesso a educação e que pode ter sido a parcela que mais teve contato com os aloglotas no território brasileiro, parece não fazer sentido continuar defendendo a tese do conservadorismo na colocação clítica do PB. A partir dessas questões ponderadas aqui, consideramos que a contribuição da língua portuguesa na mudança relacionada à colocação dos clíticos do português brasileiro poderia ser melhor interpretada através de um aspecto mais simples, como explicaremos a seguir.

De acordo com as propriedades de colocação dos clíticos do PE, resumidas no capítulo 3, sabemos que a próclise no PE é ativada por fatores sintáticos bastante complexos, como apontamos na seção 3.4. Além disso, consideramos que a complexidade poderia também estar associada à classificação em si do PE como uma língua enclítica. Embora essa classificação enclítica se baseie em orações simples e obedeça à ordem SVO do português, os contextos de uso de próclise do PE são numerosos e, por isso, entendemos que são difíceis de classificar como exceções. Ainda que somente através de uma observação breve e exploratória dos contextos que prescrevem o uso da próclise no PE, é possível perceber uma superioridade numérica em relação aos contextos com ênclise. Esse fato pode ser constatado a partir de uma indicação numérica obtida de forma bastante simples com base na descrição em Martins (2013), somente considerando o domínio das orações principais e não enumerando os itens específicos dentro de cada contexto proclítico mais amplo. Em orações principais, a ênclise é requerida em 1 contexto – nas frases afirmativas.

Já para a próclise, os contextos são 11 – negação, quantificadores, advérbios focalizadores, advérbios enfatizadores, advérbios focalizados, outros focos contrastivos antepostos (não adverbiais), declarativas enfáticas, interrogativas e exclamativas *qu-*, imperativas com *que*; optativas, interrogativas retóricas com *acaso* e com a palavra *próprio*.

Além da superioridade numérica das regras que prescrevem a posição pré-verbal, as características dos contextos proclíticos, que permaneceram sem alterações ao longo de toda a história da língua portuguesa, levam a sugerir que eles poderiam ser bastante recorrentes nos discursos. Isto é, nos enunciados, não seriam maiores as chances de ocorrerem contextos com próclise, caracterizados por estruturas corriqueiras e essenciais no plano da comunicação humana? Supomos, então, que a generalização da próclise no PB também poderia ter sido ainda mais induzida pela possível robustez de dados linguísticos com próclise na língua do ambiente. Assim sendo, a partir da possível maior frequência de frases proclíticas no português, a população africana, adquirindo o português como L2 no território brasileiro, poderia ter assimilado essa colocação clítica como regra e não como exceção. Além disso, como detalharemos no capítulo 5, essa posição pré-verbal pode ter passado por outros processos que reforçaram essa mudança, de uma forma semelhante ao que pode ter ocorrido durante a caracterização dos aspectos fonéticos-fonológicos do PB, como mencionamos na seção 4.2.2.

Reconhecemos, contudo, que essa assunção ainda permanece no campo da especulação, sendo necessárias pesquisas quantitativas mais aprofundadas tanto em fontes sincrônicas da língua oral quanto em fontes diacrônicas, também preferencialmente com escritas que poderiam ter sido mais próximas da oralidade. Além disso, importa mencionar um estudo de Flores & Barbosa (2014) sobre a generalização da ênclise pelas crianças portuguesas. Flores & Barbosa (2014: 320), a partir de uma análise quantitativa sobre a ocorrência da ênclise e da próclise em um discurso nos dados da *Linguatca Speech Corpus* Museu da Pessoa, descartaram a relevância do efeito da frequência, já que os resultados obtidos revelaram uma diferença pouco significativa – 52% para a ênclise e 48% para a próclise. Ainda assim, mesmo com esse resultado da análise de Flores & Barbosa (2014) revelando a ênclise com um pouco mais de ocorrência, esse fato não nos desencoraja, *a priori*, de pressupor que o fator frequência também foi possivelmente uma força relevante, parte de uma confluência, para o estabelecimento da próclise generalizada do PB. Mesmo

não sendo ainda possível apresentar análises quantitativas próprias e mais amplas com base em dados orais, não consideramos essa suposição de todo inválida.

Dessa maneira, mesmo com a necessidade de análises mais extensas, consideramos aceitável manter neste estudo a suposição de que a contribuição da língua portuguesa para a próclise generalizada do PB poderia ser melhor interpretada a partir do fato de que as regras que prescrevem a próclise são numericamente superiores em comparação com as prescrições de ênclise. Como consequência, isso poderia gerar uma maior robustez de construções proclíticas no discurso, ou seja, uma maior frequência de orações com próclise nos dados linguísticos dos aprendizes do português. Essa assunção é a mais plausível, pois não está fundamentada na discutível caracterização do português quinhentista como proclítico feita com base nos contextos em que as fontes históricas apresentaram variação e uso da próclise.

4.3 Conclusão

Após as ideias expostas acima e antes de finalizar o capítulo, é necessário realçar, ainda mais uma vez, as limitações da tarefa dos estudos em linguística histórica, caracterizada por Labov como “a arte de fazer bom uso de maus dados”. Como é sabido, os estudos em linguística histórica estão baseados em textos escritos, que, pelo caráter mais conservador e por se integrarem num sistema mais rígido, podem não retratar a verdadeira situação linguística de uma determinada época. Os textos quinhentistas portugueses, por exemplo, com uma gramática mais proclítica nos contextos que são enclíticos no PE atual, poderiam somente ser indicativos de uma variedade pertencente à alta sociedade portuguesa na época. Essas fontes escritas poderiam ainda expressar nada mais que um padrão estilístico devido à influência pela aproximação com a língua espanhola. A situação linguística atual do Brasil, em que os textos escritos formais apresentam uma maior inclinação para uma gramática enclítica, enquanto a língua vernácula é totalmente proclítica, pode ser tomada como exemplo de que as análises do percurso de uma língua sempre serão limitadas e apresentarão restrições. Em relação a esse paralelo, Martins (2016: 418) atesta que

a hipótese de que as fontes textuais dificultam a percepção do caminho que, historicamente, conduziu ao padrão de colocação dos pronomes clíticos do português europeu pode ser suportada por paralelos com outras situações. Desde logo o caso do português do Brasil, onde é radical a diferença ente língua falada e língua escrita relativamente à colocação dos pronomes clíticos.

Pelas restrições presentes nos estudos de linguística histórica, essas questões dificilmente sairão do plano hipotético, mas precisam ser ponderadas na produção de estudos interpretativos mais satisfatórios sobre a diacronia da língua portuguesa.

O comportamento dos pronomes de objeto do português brasileiro precisa ser interpretado a partir de uma confluência de fatores. Os colonos europeus que forneceram o *input* aos africanos e afrodescendentes adquirindo o português no Brasil provavelmente tinham uma gramática com os contextos com ênclise sem muita variação, semelhante aos contextos enclíticos do PE contemporâneo. Assim sendo, assumimos que a extensão da contribuição da língua portuguesa na colocação dos clíticos de objeto do PB poderia ser simplesmente explicada se for considerada a possível robustez de construções proclíticas nos enunciados, ao invés de buscar respostas com base na classificação do português quinhentista como mais proclítico, o que poderia somente ser um reflexo da pouca visibilidade, nos textos, da estabilidade do uso da ênclise.

Neste capítulo, enfatizamos as limitações de defender o conservadorismo no PB e propomos, embora ainda sejam necessárias pesquisas aprofundadas, uma hipótese de como poderia ser melhor interpretada a extensão do papel da língua portuguesa na contribuição para a generalização da próclise no português do Brasil. No capítulo seguinte, discutiremos a contribuição africana não só para a próclise generalizada, mas também para a eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português vernáculo brasileiro.

CAPÍTULO 5

A influência africana na generalização da próclise e na eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português vernáculo brasileiro

5.1 Introdução

Neste capítulo, destacaremos como os processos envolvidos em uma situação de contato linguístico podem também ter contribuído para mudanças nos clíticos de objeto do PB vernáculo. Na seção 5.2.1, discutiremos o papel dos africanos na generalização da próclise do PB. Na seção 5.2.2, a redução do uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa também será analisada sob o efeito do contato linguístico. A seção 5.3 trará uma conclusão dos pontos apresentados neste capítulo.

5.2 Clíticos de objeto do português brasileiro na perspectiva do contato linguístico

Neste capítulo, examinaremos como a influência africana poderia ser evidenciada na na colocação proclítica com clíticos como *me* e *te* do português vernáculo brasileiro e na redução do uso dos clíticos, com foco nos clíticos *o(s)/a(s)*. A escolha de restringir aqui a nossa reflexão aos clíticos *me*, *te* e *o(s)/a(s)* segue a mesma explicação apresentada na análise híbrida de Nunes (2015: 62), que compara o estatuto dos clíticos com função de objeto no PB. Essa limitação, além de se adequar à extensão limitada do nosso estudo, também pode ser justificada pelo fato de os outros clíticos possuírem idiossincrasias de natureza diversa e/ou por não estarem presentes em todos os dialetos brasileiros. Para refletir sobre a redução do paradigma dos

pronomes, a nossa escolha em focar no desuso dos clíticos *o(s)/a(s)* no PB vernáculo se deve ao comportamento excepcional em alguns contextos verbais, como vimos na descrição e na análise apresentadas no capítulo 3. Eles são também uma ótima ilustração do fosso existente entre a norma padrão, que prescreve veemente o uso desses itens, e a variedade vernácula, em que esses morfemas já foram quase totalmente extintos (ver seção 3.5.1). Já no caso da colocação dos clíticos como *me* e *te*, uma análise comparativa abrangente é possível por “se comportarem da mesma maneira e aparentemente estarem presentes em todos os dialetos do PB” (Nunes, 2015: 62). Assim, especificamente em relação aos clíticos *o(s)/a(s)*, a nossa reflexão aqui não será baseada na sua colocação, mas na sua eliminação no discurso coloquial, já que uma explicação para a ordem desses clíticos, assumindo a proposta de Nunes (2015) apresentada na seção 3.5.2, parece ser encontrada na provável mudança de estatuto desses morfemas, que possivelmente passaram a se comportar mais como marcas de concordância de objeto.

Na situação de contato de línguas com “transmissão linguística irregular” vivida nos períodos iniciais da colonização do Brasil, foi inevitável a potencialização dos processos inerentes à aquisição de L2, como salientamos no capítulo 2. Entendemos que, em um espectro mais amplo, a influência africana pode ser interpretada pelo fato de os africanos terem sido a parcela da população mais numerosa de aprendizes do português L2 e, assim, a parcela que mais colocou em ação os processos de eliminação, simplificação e *transfer*, que resultaram na formação do português vernáculo brasileiro. Nas seções abaixo, discutiremos de forma mais detalhada como os aspectos gerais do processo de aquisição imperfeita em contexto de contato linguístico e como propriedades dos marcadores de objeto das línguas bantas poderiam ter contribuído para a generalização da próclise e a eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa na língua vernácula falada no território brasileiro.

5.2.1 A influência africana e a próclise generalizada do PB

Um aspecto principal da mudança ocorrida no sistema de clíticos do português brasileiro é a generalização da posição pré-verbal. A generalização da próclise no PB pode estar relacionada tanto a fatores gramaticais internos quanto a aspectos externos. Indicaremos nesta seção como a simplificação e o *transfer* também podem ter sido fundamentais para essa mudança linguística.

Antes de discutir mais especificamente como a influência africana pode ser evidenciada no comportamento proclítico do português vernáculo do Brasil, é importante salientar, mais uma vez, que para os clíticos como *me* e *te* a colocação proclítica que caracteriza o sistema pronominal do PB é verificada em todos os contextos verbais, inclusive em contexto de V1. Já para os clíticos *o(s)/a(s)*, nos poucos casos em que eles ocorrem, a colocação pré-verbal não se verifica em contextos de V1 e em complexos verbais com infinitivo, em que essas morfemas se associam em ênclise ao segundo verbo. As exceções do comportamento dos clíticos *o(s)/a(s)* poderiam revelar um movimento de aproximação, mas também de afastamento do padrão PE. Assim como no padrão europeu, em formas verbais complexas com participípio e gerúndio há subida para os clíticos acusativos de terceira pessoa. Entretanto, nesse caso, a posição é proclítica no PB, com ou sem itens proclisadores, diferentemente do que ocorre no PE. Ou seja, mesmo sendo relacionados à variedade formal do PB, esses clíticos apresentam divergências face ao padrão europeu. Em relação à colocação dos clíticos *o(s)/a(s)*, vimos que provavelmente também poderia ter havido uma mudança de estatuto, assumindo a proposta de Nunes (2015) (ver seção 3.5.2).

Para o comportamento proclítico generalizado dos clíticos como *me* e *te* em todos os contextos verbais, assumimos que também poderia ser resultante de uma simplificação de estruturas complexas desencadeada durante a aquisição imperfeita do português L2 pelos africanos levados ao Brasil. Como evidenciado no capítulo 3, de uma forma geral, os pronomes de objeto nas outras línguas românicas apresentam um comportamento mais regular, enquanto o português europeu é uma exceção por apresentar um sistema pronominal com um comportamento mais complexo (Martins, 2013, 2016). Atualmente, essa complexidade é constatada no fato de que as crianças portuguesas adquirem os clíticos tardiamente (Costa & Lobo, 2013; Flores & Barbosa, 2014; Kato & Martins, 2016). Ora, se em um contexto de aquisição mais próximo do ideal, linguisticamente homogêneo, a complexidade do sistema pronominal português ainda continua gerando dificuldades nos aprendizes, fica claro deduzir as dificuldades que os africanos encontraram para assimilar a complexidade dessa estrutura. Então, durante a “transmissão linguística irregular” do português no Brasil, esse comportamento complexo foi muito provavelmente simplificado pelos africanos ao optarem por uma ordem, ou seja, generalizando uma só colocação para os clíticos com função de objeto. A questão seguinte é: nesse processo de generalizar uma só

posição para os morfemas de objeto, porque é que a ordem pré-verbal foi a escolhida, visto que no português europeu existe ênclise e próclise?

Uma das possíveis respostas para a escolha da ordem pré-verbal poderia ser justamente a suposição que assumimos no capítulo 4. Independentemente da validade de se afirmar que a gramática proclítica do português quinhentista representava a fala da grande maioria da população da época, os contextos que prescrevem a próclise, sempre os mesmos ao longo da história, parecem ser mais expressivos numericamente, fator que possivelmente poderia ocasionar uma maior robustez de estruturas proclíticas no *input*. Apesar de apenas ser uma hipótese, a consideramos neste estudo como uma séria possibilidade. Se no futuro for possível comprovar uma maior robustez de contextos proclíticos, e conseqüentemente sua relevância nesse processo, esses contextos poderiam ter sido assimilados como a regra da colocação clítica durante a aquisição imperfeita do português no Brasil. Contudo, é necessário destacar uma constatação relacionada ao processo de aquisição do português europeu contemporâneo como L1 que, em princípio, poderia ir de encontro a essa sugestão da relevância da possível robustez de próclise no discurso.

Atualmente, as crianças portuguesas, numa fase inicial da aquisição, generalizam a ênclise e não a próclise (Costa & Lobo, 2013; Flores & Barbosa, 2014). Isto é, se pode haver uma maior robustez dos contextos com proclisadores no *input*, porque é que as crianças portuguesas não generalizam a próclise? Flores & Barbosa (2014) interpretam a generalização da ênclise pelas crianças através de uma teoria de colocação dos clíticos no modelo da Morfologia Distribuída. Como observamos no capítulo 3, a ênclise no PE parece resultar de uma operação pós-sintática, a Deslocação Local, que pode modificar a posição sintática de base. Então, na explicação dessas autoras, a ênclise generalizada pelas crianças portuguesas seria por causa de uma sobregeneralização da Deslocação Local, que se dá pela escolha de um padrão mais restrito, nesse caso, o padrão enclítico, de acordo com o Princípio do Subconjunto. Os contextos em que essa operação é bloqueada seriam adquiridos só numa fase mais tardia. Para a sugestão de que a possível robustez de contextos proclíticos poderia ter sido relevante na opção pela colocação pré-verbal durante a aquisição do português pelos africanos no Brasil, consideramos que a generalização da ênclise pelas crianças portuguesas poderia ser explicada pelo fato de o *input* poder ter um impacto diferente no processo de aquisição de L1 se comparado ao processo

de L2. Assim, assumimos que, no processo de aquisição de L2, apesar de poder haver uma continuação do acesso à UG, a gramática da L1 sempre condicionará o desenvolvimento da língua-alvo. Ou seja, os dados linguísticos durante aquisição de uma L2 sempre serão analisados pelo aprendiz com base na gramática da sua L1 (ver capítulo 1). A frequência de estruturas nos “dados linguísticos primários” da L2 poderia ser mais relevante pelo fato de o falante já possuir uma gramática formada, que a todo tempo irá interferir nesse processo de aquisição. Como abordamos no capítulo 1, somente as crianças têm a capacidade de desenvolver uma gramática de uma forma bem sucedida a partir de dados degradados. Além disso, diferentemente dos aprendizes de L1, os aprendizes e falantes de L2 precisam de evidências negativas para fixar alguns parâmetros (White, 2003; Siegel, 2008; Gonçalves, 2010).

Consideramos, portanto, que existia também uma outra razão para a opção de generalizar a ordem proclítica: o processo de *transfer*. Paralelamente à simplificação do comportamento dos clíticos do PE, a generalização da colocação pré-verbal, ao invés da pós-verbal, estaria assim associada a uma transferência da posição dos marcadores de objeto das línguas maternas dos africanos. As línguas bantas, assim como o português e outras línguas românicas, apresentam uma ordem de constituinte SVO (Riedel, 2009; Pal & Araújo, 2015; Van der Wal, 2015 e 2017). Quando os objetos são pronominalizados, os marcadores de objeto das línguas bantas, assim como as formas clíticas de objeto nas línguas românicas, apresentam uma ordem mais livre. Para as línguas bantas do grupo 1, vimos no capítulo 3 que o padrão de colocação dos marcadores de objeto é pré-verbal (Marten & Kula, 2012; Diercks & Sikuku, 2013). Além dos exemplos indicados na seção 3.3, ilustraremos aqui com mais sentenças a posição dos OMs das línguas bantas. Da mesma forma como ocorre com o português, nos exemplos¹⁶ (44) e (45) podemos ver que, quando o argumento com função de objeto não é expresso através de um afixo, a ordem seguida é a SVO (44). Já quando o objeto é marcado por um OM, a ordem passa a ser SOV (45).

- (44) Ba- thanda ibhola. (zulu, van der Spuy, 1993: 340)
SM2- gostar.PRES.CJ futebol
“Eles gostam de futebol.”

¹⁶ Exemplos retirados e traduzidos de Riedel (2009: 54).

- (45) Ba- ya- li- thanda (ibhola). (zulu, var der Spuy, 1993: 340)
 SM2- PRES.DJ- OM- gostar futebol
 “Eles gostam de futebol.”

Entre as línguas bantas que tiveram presença mais significativa no Brasil, *i.e.*, quicongo, quimbundo e umbundo, a mesma colocação pré-verbal é constatada. Observamos isso na seção 3.3 com o exemplo (1) do quimbundo. Aqui, mostraremos outras sentenças¹⁷, incluindo agora exemplos do quicongo e umbundo, que certificam a ordem de colocação dos afixos de objeto que caracterizam as línguas bantas de uma forma mais geral, como definido através do Quadro 1, na seção 3.3.

- (46) Ndi-va-ipa. (umbundo, Nascimento 1894,37)
 1SG-3PL.OM-matar
 “Eu mato-os/os mato.”
- (47) Nga-mu-bane ma-honjo. (quimbundo, adapt. de Mingas, 2000: 71)
 1SG.PST-OM-dar.PST 6-banana
 “Eu dei-lhe/lhe dei (algumas) bananas.”

Nas línguas africanas com a ordem SVO, na presença de partículas auxiliares que podem “servir para marcar tempo, modo ou aspecto e para indicar uma circunstância adverbial”, a ordem dos afixos podem ser SAUXOV ou SOAUXV (Pal & Araújo, 2015: 161). Sobre os marcadores de objeto do quimbundo, por exemplo, Chatelain (1888-89: 73) confirma que “a sua posição é entre o radical do verbo e as partículas formativas que o precedem, tanto nos tempos compostos como nos símplices”. Nos exemplos (48)¹⁸ do quicongo e (49)¹⁹ do quimbundo em estruturas com dois verbos, podemos ver que a ordem é SAUXOV, a estabelecida no Quadro 1 da seção 3.3, com o marcador de objeto entre os dois verbos.

- (48) O-fwete ki-baka (quicongo, Bentley 1887: 282)
 2SG-dever 5.OM-apanhar
 “Deverias tê-lo apanhado.”

¹⁷ Exemplos retirados e adaptados de Hagemeijer (2016: 60-62).

¹⁸ Exemplo retirado e adaptado de Hagemeijer (2016: 62).

¹⁹ Exemplo retirado e adaptado de Chatelain (1888-89: 73).

(49) eie uolo ngi zola (quimbundo, Chatelain, 1888-89: 73)
 2SG AUX OM amar
 “Tu estás me amando/Você está me amando”.

Com os exemplos acima, juntamente o que pontuamos na seção 3.3, consideramos plausível concluir que a generalização da próclise no PB também poderia ser resultante do *transfer* da posição pré-verbal dos marcadores de objetos das línguas bantas levadas ao Brasil. Em outras palavras, o *transfer*, em confluência com outros fatores, muito provavelmente foi um dos processos desencadeadores dessa mudança no português brasileiro.

A questão sobre a transferência da ordem dos constituintes frásicos (*word order transfer*) durante a aquisição de uma L2 tem sido debatida. Siegel (2008: 204) afirma que os parâmetros sintáticos da L1, inclusive os que determinam a ordem básica, são transferidos no início no processo de aquisição, havendo uma convergência maior com a língua-alvo nos estágios posteriores. No entanto, no caso de uma *word order transfer*, somente alguns aspectos das línguas de substrato são transferidos durante formação das línguas de contato prototípicas. Para explicar esse fato, o autor afirma, seguindo Schwartz (1998), que o *input* que “não pode ser acomodado à gramática da L1 causa uma reestruturação do sistema”²⁰ (Siegel, 2008: 205). O autor defende ainda que uma adoção rápida da ordem de palavras da L2 possivelmente seria devida ao fato de essa estrutura ser bastante saliente, o que leva os falantes a usarem o conhecimento metalinguístico que rapidamente adquirem dessa propriedade de modo a reestruturarem a sua interlíngua nesse sentido. Para Siegel (2008: 205), isso explicaria a razão de normalmente não se manter a ordem dos constituintes das línguas de substrato na língua de contato que foi formada.

Para compreender de forma mais detalhada a generalização da próclise do português vernáculo brasileiro, assumimos a hipótese de que, na aquisição de L2, a gramática da L1 e a UG condicionariam o processo – *Full Transfer/Full Access* – (ver seção 1.2.2), e a “acomodação” teria sido possível. Nesse caso, a transferência da ordem dos marcadores de objeto das línguas bantas durante a formação do português brasileiro poderia ter sido possibilitada justamente porque o *input* da L2, com o seu grande número de contextos de próclise, encontrou condições de ser acomodado na

²⁰ Do original: “input that cannot be accommodated to the L1 grammar causes the system to restructure” (Siegel, 2008: 205).

gramática dessas línguas, a L1 dos africanos bantos. Assumir essa interpretação infere que não houve condição para a ocorrência de um processo de reestruturação na colocação dos clíticos do PB, já que, como vimos acima de acordo com Siegel (2008), a reestruturação resultaria da “não acomodação” do *input* à gramática da L1. Assim sendo, a possibilidade de “acomodação” explicaria o comportamento proclítico generalizado dos clíticos como *me* e *te* do PB, em todos os contextos. Através desse pressuposto, pode se confirmar a razão de o PB ser considerado uma variedade do português de reestruturação somente parcial.

Antes de finalizar esta seção, podemos formular duas questões. Com base na hipótese da “acomodação”, como explicar a não reestruturação em relação à proibição de próclise em contexto V1 e à estrutura inovadora em um complexo verbal (V CLV), já que que essas construções nunca estiveram presentes na gramática do português europeu? Com base na sócio-história do Brasil, os afrodescendentes parecem que tiveram mais oportunidades para promover uma reestruturação completa. Então, por que não foi possível promover uma reestruturação também voltada para a ordem enclítica?

Em relação à primeira questão, vimos com os exemplos (48) do quicongo e (49) do quimbundo que a estrutura inovadora no PB (V CLV) também ocorre nas línguas bantas. A partir da ordem de palavras, essa construção no PB e nas línguas bantas pareceria realmente evidenciar o efeito da simplificação e do *transfer*, assim como nas estruturas verbais simples. Entretanto, a possibilidade de “acomodação” não parece ser suficiente para explicar essa construção inovadora e nem a posição proclítica em V1 com os clíticos do tipo *me* e *te* no português vernáculo brasileiro. Podemos somente sugerir, pelo menos para a colocação pré-verbal ao segundo verbo em uma sequência verbal, que a “não acomodação” não ocasionou o processo esperado de reestruturação devido a essa construção poder ter um grau de ambiguidade ainda maior, não sendo possível para os aprendizes de português, em muitos contextos, distinguir se seria um caso de ênclise ao primeiro verbo ou próclise ao segundo verbo. Como nas línguas de substrato os marcadores de objeto se afixam ao verbo principal, a ambiguidade pode ter sido reanalisada a partir dos dados das línguas maternas dos africanos. Fica evidente, porém, que muitos outros fatores podem também ter contribuído para essa mudança nesse contexto verbal.

Com base nos fatos sócio-históricos do Brasil, sabemos que as gerações seguintes de afrodescendentes tiveram oportunidade de promover uma

reestruturação da ordem dos clíticos no português brasileiro vernáculo. Contudo, como o tráfico negreiro antes da abolição da escravatura sempre promoveu a ida constante dos africanos para o Brasil, foi sempre constante a presença de africanos falantes de português somente como L2, além de variedades do português já socializadas e nativizadas pelos afrodescendentes das primeiras gerações levadas ao Brasil. Com isso, além da evidência positiva da língua-alvo (os contextos proclíticos do PE), um *input* não reestruturado com a posição clítica pré-verbal reforçada pelo *transfer* das línguas maternas dos povos bantos pode ter sido constante também na língua do ambiente, inibindo ainda mais a possibilidade de reestruturar as construções enclíticas do PE.

Assumimos, assim, nesta seção, que o uso generalizado da próclise do PB poderia ter sido causado pelo processo de simplificação da estrutura complexa dos clíticos pronominais do português europeu, eliminando a derivação pós-sintática da ênclise. Conjuntamente, poderá ter havido um processo de *transfer* da posição prefixal dos marcadores de objeto das línguas maternas dos africanos, que poderiam ter generalizado a evidência positiva dos contextos com próclise do português.

5.2.2 A influência africana e a redução do paradigma pronominal do PB: os clíticos acusativos *o(s)/a(s)*

A redução do paradigma pronominal, como já temos salientado, é um dos reflexos mais significativos das mudanças ocorridas no PB face ao PE (Cyrino, 1993, 2003; Pereira, 2006). A redução dos acusativos de terceira pessoa é um aspecto significativo e também particular, pois, como enfatizamos, esses itens foram eliminados das variedades populares do PB, mas são prescritos na norma padrão. As causas para a eliminação desses morfemas de objeto no português coloquial falado no Brasil podem ser múltiplas²¹. Ou seja, é inegável que a eliminação dos clíticos de terceira pessoa do PB envolve “questões de natureza sintática, morfológica e fonológica” (Pereira, 2006: 117).

Em relação às mudanças induzidas por uma aquisição imperfeita de L2 em uma situação de contato linguístico, como pontuamos no capítulo 2, itens com saliência

²¹ Para causas de natureza fonológica para o desaparecimento dos clíticos acusativos de terceira pessoa, ver Nunes (1993, 2015). Para uma hipótese de natureza morfossintática, consultar Galves (2001).

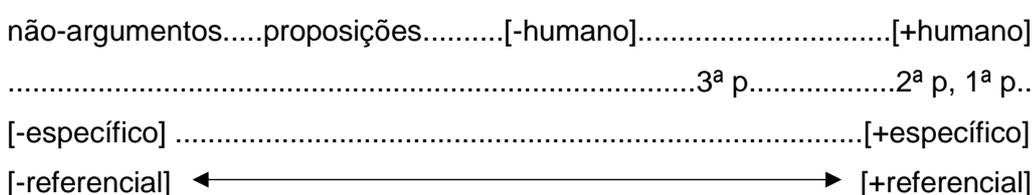
fônica fraca e menos essenciais para uma comunicação emergencial têm uma grande tendência de serem eliminados. Entre esses itens, a partir de análises sobre as produções de falantes de L2, já tem se comprovado a tendência de eliminar pronomes anafóricos com referência inanimada (Siegel, 2008: 194). Assim sendo, a extinção dos clíticos *o(s)/a(s)* no português vernáculo brasileiro também se deveu, muito provavelmente, à sua fraca saliência fônica e à sua pouca essencialidade. Indicaremos ao longo desta seção que a extinção dos clíticos *o(s)/a(s)* na língua vernácula do Brasil poderia também ter sido desencadeada pela confluência das particularidades semânticas dos elementos referentes à terceira pessoa, por um lado, e de aspectos envolvidos no processo de aquisição de língua segunda em uma “transmissão linguística irregular”, por outro. Então, primeiramente, abordaremos de forma breve a questão da saliência fônica. Depois, discutiremos as propriedades semânticas intrínsecas a esses itens, realçando o seu grau de importância em relação as outras pessoas do discurso. E, por fim, proporemos como o papel da saliência semântica fraca poderia ter sido reforçado.

Como itens com saliência fônica fraca são os que possuem maiores probabilidades de serem eliminados na formação de línguas de contato prototípicas ou de novas variedades populares da língua de superstrato (Siegel, 2008; Lucchesi, 2013; Hagemeijer, 2016), uma das explicações para a eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa do português é facilmente encontrada. Esses morfemas de terceira pessoa, diferentemente dos das outras línguas românicas, perderam o fonema /l/ dos demonstrativos latinos *illum/illam/illud* do qual são originados, sendo que a realização de uma consoante no *onset* é restringida “a determinados contextos morfo-fonologicamente condicionados” (Nunes, 2015: 64). Isso poderia ser uma das razões de esses elementos terem sido mantidos, por exemplo, nas variedades do espanhol do continente americano, já que nessa língua o fonema /l/ do latim foi preservado. Dessa forma, a saliência fônica fraca teve com certeza um papel fundamental para o apagamento desses itens no PB vernáculo. Porém, outros aspectos estão envolvidos. A seguir, abordaremos brevemente as propriedades semânticas intrínsecas aos elementos referentes à terceira pessoa para depois examinarmos como essas propriedades também poderiam ter sido reforçadas, resultando na exclusão dos clíticos acusativos de terceira pessoa na gramática vernácula do português brasileiro.

Pereira (2006: 94-101), em um estudo sobre os clíticos do PB desenvolvido dentro da Morfologia Distribuída, seguindo Bonet (1991), afirma que, em relação à estrutura morfológica dos clíticos nas línguas românicas, os clíticos de terceira pessoa, ao contrário dos de primeira e segunda pessoas, não projetam o traço morfológico [pessoa]. Segundo a autora, o apagamento do traço [pessoa] nesses clíticos poderia explicar o fato de a terceira pessoa quase sempre não ser marcada nas línguas naturais, tanto em relação a pronomes quanto a sistemas verbais, “em que a 3ª pessoa do singular é usada quando não há concordância” (Pereira, 2006: 96). Por outro lado, os clíticos com traço morfológico [pessoa], os referentes à primeira e segunda pessoas, devem aparecer de uma maneira ou de outra (Bonet 1991 *apud* Pereira, 2006: 99).

Esse comportamento condicionado por traços morfológicos descrito acima, *i.e.*, manutenção dos elementos referentes a primeira e segunda pessoas do discurso e a opcionalidade na marcação dos elementos de terceira pessoa, mostra equivalência com critérios de ordem semântica. Como destacamos na seção 3.3, Hyman & Duranti (1982) afirmam que as condições para acesso e marcação das propriedades de objeto nas línguas naturais podem ser entendidas com base em hierarquias semânticas. Além das hierarquias mais específicas de Hyman & Duranti (1982), a ordem de priorização dos participantes/elementos em um evento discursivo pode também ser compreendida através do conceito mais abrangente de referencialidade, ilustrado abaixo²². Segundo Cyrino (2003: 41), “a referencialidade tem uma alta relevância na pronominalização em diversas línguas”.

Hierarquia de Referencialidade



Podemos perceber que as próprias características semânticas dos clíticos de terceira pessoa induzem a tendência do seu apagamento nos enunciados nas línguas naturais de uma forma geral. A pouca essencialidade intrínseca a esses elementos os torna

²² Retirada de Cyrino (2003: 41).

ainda mais “vulneráveis” para passarem por processos de eliminação durante uma aquisição não ideal de língua, num contexto emergencial de contato linguístico.

O português brasileiro, assim como outras línguas naturais, tende a priorizar elementos com traços em posição alta nas hierarquias semânticas. Sabemos que, no PB, o clítico complemento *te* passou a ser utilizado em relação correspondente ao pronome sujeito *você*. De acordo com Galves et al. (2016: 125-134), o uso do pronome *você* e o desuso gradativo de *tu* se deve a uma mudança na relação social ocorrida no Brasil. O pronome *você* se tornou uma estratégia coringa, de referência neutra, para os novos papéis sociais das sociedades contemporâneas no Brasil. Essa substituição, no entanto, ocasionou um rearranjo em todo o quadro pronominal de segunda pessoa (acusativo, dativo, oblíquo e genitivo). No caso do acusativo, por exemplo, o pronome de objeto *te* passou a ser utilizado no lugar dos clíticos *o(s)/a(s)*. Galves et al. (2016: 134) explica que pelo fato de a forma *você* ter passado a ser especificada para traço de pessoa (2P), a preferência também é por formas de complemento especificadas para o mesmo traço de 2P. As formas de terceira pessoa, pelo fato de “não serem especificadas morfológicamente para o traço de pessoa, serão preteridas”. Diferentemente dos clíticos *o(s)/a(s)*, o dativo *lhe(s)* não foi totalmente eliminado, sendo ainda produzido em certos dialetos do PB, como salientamos na seção 3.5.1. Galves et al. (2016: 134) conclui que o *lhe(s)* não foi totalmente descartado, pois, embora não apresente traço de pessoa, tem traço [+humano]. Esse rearranjo ilustra a tendência de manter itens com traços semânticos mais prioritários. Com essa análise de Galves et al. (2016) das consequências da inserção do pronome *você* no paradigma de segunda pessoa, podemos verificar o papel fundamental das propriedades semânticas mesmo em processos de mudanças linguísticas. Abaixo, abordaremos como a tendência de excluir esses elementos com pouco grau de saliência semântica pode ter sido potencializada durante a formação do português vernáculo brasileiro.

Entendemos que a influência dos africanos na contribuição da queda desses morfemas no PB vernáculo também poderia ter sido feita através do processo de *transfer*, funcionando como uma espécie de reforço. Isto é, um processo já com uma grande tendência de ocorrer terá sido reforçado pela confluência de outros fatores decisivos. Sabemos que a não priorização da marcação de elementos referentes à terceira pessoa, por estarem em baixa posição em hierarquias semânticas, é característica de muitas línguas naturais. Como destacamos acima, a condição

referencialidade, por exemplo, tem um papel muito importante em definir quais elementos serão ou não marcados nos enunciados em diversas línguas (Cyrino, 2003: 41). Com isso, podemos supor que quaisquer línguas de superstrato que fossem transplantadas para o Brasil durante a colonização poderiam essencialmente já incluir esse valor paramétrico. E, independentemente das propriedades dessas línguas, a tendência universal de eliminar esses itens iria ser possibilitada pela situação de “transmissão linguística irregular” ocorrida no Brasil. Mas propomos ir um pouco mais além desses fatos esperados, visto que os clíticos referentes à terceira pessoa são expressos de forma significativa no português europeu e que as gerações posteriores de afrodescendentes no Brasil, com um maior acesso ao padrão europeu através da socialização e miscigenação, tiveram oportunidades de reestruturar essa erosão gramatical, o que não ocorreu. O fato de essa eliminação provocada no contato inicial não ter sido revertida com as gerações seguintes poderia revelar que propriedades dos marcadores de objeto das línguas bantas, levadas constantemente ao Brasil, parecem também ter tido um papel relevante na eliminação dos clíticos *o(s)/a(s)*. Posto isso, sugerimos que, durante a formação do português vernáculo brasileiro, a pouca essencialidade dos itens referentes à terceira pessoa, que os coloca em posição menos prioritária na marcação em um enunciado, pode ter sido reforçada pelo fato de, nas línguas bantas, a marcação de objeto através de um OM ser estreitamente dependente de critérios semânticos.

Como abordamos na seção 3.3.1, nas línguas bantas em geral a obrigatoriedade e a opcionalidade de expressar um marcador de objeto estão fortemente determinadas pela posição dos traços nas hierarquias semânticas (Hyman & Duranti, 1982; Van der Wal, 2015; Marten & Kula, 2012; Riedel, 2009). Sabemos que, na posição menos prioritária (mais baixa), estão os elementos referentes à terceira pessoa. Por isso, nessas línguas, esses elementos têm menores chances de serem marcados através de um OM e ocasionar o fenômeno de redobro (ver seção 3.3.1). Para efeito de ilustração, além dos exemplos apresentados no capítulo 3, mostraremos aqui um outro caso de marcação de objeto na língua sambaa, com a ocorrência de pronomes lexicais. Nessa língua, Riedel (2009: 45) atesta que a primeira e a segunda pessoas devem ser obrigatoriamente marcadas através de um OM, enquanto isso não é necessário para a terceira pessoa. O exemplo²³ (50a) mostra

²³ Exemplos (44a), (44b) e (45) retirados, adaptados e traduzidos de Riedel (2009: 45-46).

que, para a primeira pessoa, um OM é obrigatório; caso contrário, a sentença se torna agramatical, como em (50b). Já para a terceira pessoa (51), podemos ver que a marcação com um OM é totalmente opcional. Com esses exemplos, importa mencionar que o uso de pronomes livres nas línguas bantas em geral tem uma leitura mais enfática (Riedel, 2009; Marten & Kula, 2012; Diercks & Sikuku, 2013).

(50)

a) N-za-ku-ona iwe. (sambaa, Riedel, 2009: 45-46)

SM1S-PFV.DJ-OM2S- ver te

“Eu vi-TE/Eu TE vi”.

b) *N-za-ona iwe.

SM1S-PVF.DJ-ver te

“Intenção: “Eu vi-TE/Eu TE vi”.

(51) N-za-(mw)-ona uja. (sambaa, Riedel, 2009: 45-46)

SM1S-PVF.DJ-OM1-ver 1DEM

“Eu vi-O/A; Eu O/A vi”.

Esses exemplos ilustram a importância de se marcar com um OM elementos que tem maior acesso às propriedades de objeto. Como vimos, a primeira pessoa está sempre na posição mais alta das hierarquias semânticas. E, por ser um importante participante em um evento discursivo, a não marcação com um OM referente à primeira pessoa justifica a agramaticalidade do exemplo (50b). Em suma, como ressaltamos na seção 3.3.1, quanto mais alto um objeto estiver na hierarquia, maior será a probabilidade ou a obrigatoriedade da coocorrência de um marcador de objeto nestas línguas (Marten & Kula, 2012; Van der Wal, 2015).

Assim, assumimos que, no português vernáculo brasileiro, a saliência semântica fraca, intrínseca aos morfemas relacionados à terceira pessoa do discurso, pode ter sido reforçada pela transferência das propriedades dos marcadores de objeto de terceira pessoa das línguas bantas. Em outras palavras, interpretamos que, possivelmente durante o processo de aquisição de L2 do português pela grande maioria dos africanos, a não obrigatoriedade de expressar fonologicamente um elemento em uma posição baixa na escala de referência semântica foi transferida, reforçando as especificidades semânticas desses morfemas. No resto desta seção, discutiremos brevemente sobre uma das consequências dessa eliminação.

Uma das consequências da eliminação dos clíticos *o(s)/a(s)* no PB foi a ampliação do uso do objeto nulo (ver seção 3.5.1) como uma estratégia de compensação. O objeto nulo, diferentemente das outras línguas românicas, é admitido no português (Kato, 2011). Ou seja, tanto o PE quanto o PB têm um valor positivo para o parâmetro de objeto nulo. Entretanto, a mudança ocorrida no PB tornou o objeto nulo muito mais livre, podendo ocorrer em contextos não permitidos no PE, e muito mais frequente (Cyrino, 1993). Cyrino (2006: 56) define que, “[...] para uma língua que tem uma opção interna para categorias vazias ou preenchidas, um dos fatores que influenciam nessa escolha é o estatuto referencial do antecedente”. Para a ocorrência do objeto nulo com função de objeto direto no PB, como esperado, o antecedente deve estar em posições baixas, não prioritárias, nas hierarquias semânticas. Desse modo, no PB, o objeto nulo corresponde aos traços [-animado] e [-específico] (Cyrino, 2003, 2006). Com isso, parece certo inferir que, entre outros fatores, o contato linguístico, ao eliminar os clíticos *o(s)/a(s)*, poderia ter desencadeado uma ampliação dos contextos e o aumento da frequência de objeto nulo, além do caso de elipse do clítico *o* referente à proposição, para antecedentes com traços [-animado] e [-específico] no PB.

A relação direta entre a queda dos clíticos e o aumento da ocorrência do objeto direto nulo no PB, no entanto, é descartada em Cyrino (2003), ao contrário de sua proposta anterior (1993). A autora defende que esses fenômenos são independentes, pois nem todos os clíticos caíram, e propõe que o desuso dos clíticos estaria sob a atuação do princípio “Evite Pronome”, com base na determinação universal de não dizer mais do que é necessário (Chomsky, 1982). Já Casagrande (2006), em um estudo sobre a aquisição dos clíticos acusativos e objeto nulo no PB, aponta para o fato de que, se esse princípio fosse o responsável por esse fenômeno, era esperado que também não ocorressem pronomes fortes retomando os antecedentes [+animado] e alguns [-animado], o que não é verdadeiro. Para manter a discussão dentro da perspectiva e limites deste estudo, interpretamos essa estratégia de compensação concordando com Casagrande (2006: 346), afirmando que não se pode negar que “[...] o objeto nulo e o pronome lexical estão desempenhando o papel que os clíticos acusativos de terceira pessoa realizavam até o seu desaparecimento”.

No entanto, mesmo concordando com a afirmação de Casagrande (2006: 346), sabemos que o fenômeno de objeto nulo deve ser considerado através de um escopo mais amplo. Como abordamos anteriormente, o clítico *lhe(s)*, apesar de ainda poder

ser encontrado na fala de alguns dialetos do PB, está em grande concorrência com outras formas de representação de dativos anafóricos de terceira pessoa (Cyrino, 1998; Morais, 2010; Freire, 2011). Entre essas formas de representação, está o objeto nulo (neste caso, objeto indireto nulo), que ocorre tanto no PE e quanto no PB. Cyrino (1998), a partir de uma análise quantitativa, mostra que há uma maior incidência de antecedentes de objeto indireto nulo com traços [+animado] e [-específico]. Tal como acontece com o objeto direto nulo, o objeto indireto nulo é muito mais produtivo no PB do que no PE (Morais, 2010; Freire, 2011). Sobre o uso do clítico *lhe(s)*, Galves et al. (2016), como destacamos previamente, afirma que esse morfema resiste parcialmente no PB quando apresenta traço [+humano]. Parece certo admitir que as motivações para a queda desse morfema, diferentemente dos clíticos *o(s)/a(s)*, não podem ser associadas à questão de saliência fônica nem à ausência de traço [+animado]. Em função da limitação e dos propósitos do nosso estudo, não teremos como discutir outras possíveis razões para a queda no uso do morfema de complemento *lhe(s)*. Aqui, é simplesmente possível concluir que provavelmente forças internas à gramática têm desencadeado o desuso dos dativos de terceira pessoa, causando também o aumento do fenômeno de objeto nulo indireto.

Com a discussão desta seção, vimos que a eliminação dos clíticos *o(s)/a(s)* do PB vernáculo, dentre muitos outros fatores, se deveu ao fato de esses itens serem fortes “candidatos” para exclusão em uma situação de “transmissão linguística irregular”. Além da questão da saliência fônica fraca, os elementos referentes à terceira pessoa nas línguas naturais possuem intrinsicamente propriedades semânticas que os colocam em posição não prioritária de serem realizados fonologicamente em um enunciado. Como nas línguas bantas as propriedades semânticas são extremamente importantes na ocorrência de um OM na estrutura verbal, consideramos que também poderia ter havido um processo de *transfer*, que reforçou a condição de não priorização de marcação de itens referentes à terceira pessoa do discurso no PB vernáculo. Ademais, as características dos contextos com ocorrência de objeto nulo direto parecem comprovar que o processo de eliminação muito provavelmente pode ter sido, de fato, condicionado pelas posições baixas (de não prioridade) em hierarquias semânticas.

Com base nas discussões apresentadas no capítulo 4 e neste capítulo, podemos sumarizar, através do Quadro 2 abaixo, os fatores que consideramos terem

sido relevantes para as mudanças linguísticas do PB vernáculo em análise neste estudo.

Quadro 2

Fatores	Generalização da próclise	Redução do uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa
Conservação de uma eventual gramática generalizadamente proclítica do português quinhentista	não (a gramática do português quinhentista só seria generalizadamente proclítica na variedade culta, por influência do espanhol)	não se aplica
Numerosos contextos com próclise obrigatória no português L2	sim	não se aplica
Posição pré-verbal dos marcadores de objeto nas L1 dos aprendizes de português L2	sim	não se aplica
Fraca saliência fônica	não se aplica	sim
Propriedades semânticas que os colocam numa hierarquia	não se aplica	sim

Quadro 2 - Resumo dos aspectos desencadeadores das mudanças no PB vernáculo.

5.3 Conclusão

Neste capítulo apontamos fatores relacionados ao contato linguístico que poderiam também ter contribuído para a mudança no comportamento dos clíticos do PB. Para esse propósito, foi necessário restringir a nossa análise aos clíticos o(s)/a(s), me e te. Embora seja importante um estudo que englobe todo o sistema pronominal do português do Brasil, o foco nesses clíticos pareceu suficiente para exemplificar como a influência africana poderia ser evidenciada na generalização da próclise e na extinção dos clíticos.

Para a generalização da próclise no PB vernáculo, assumimos que a estrutura complexa do sistema pronominal do PE sofreu uma simplificação, nas condições de contato linguístico vivido no Brasil. Além disso, ao fixar uma posição para os morfemas de objeto, os aloglotas africanos podem ter transferido a ordem pré-verbal dos marcadores de objeto das suas línguas maternas, que assim funcionou como reforço. Antes de mais, o maior número de contextos com proclisadores, que sempre foram os mesmo ao longo da história da língua portuguesa, poderia ter também contribuído para a opção de generalizar a ordem pré-verbal ao invés da pós-verbal. Em relação à exclusão dos clíticos acusativos de terceira pessoa, entendemos que as características intrínsecas a esses elementos, sobretudo quando em posição pré-verbal, podem ter sido ainda mais reforçadas pelo contato com as línguas bantas. Desse modo, além da saliência fônica fraca e da pouca essencialidade inerente a esses itens, assumimos que o processo de eliminação pode ter sido reforçado pela transferência do comportamento guiado por critérios semânticos que caracterizam os marcadores de objeto das línguas bantas. Mesmo com as oportunidades de reestruturação, essas mudanças nos clíticos do PB foram estabelecidas também possivelmente pela constante presença de africanos falantes de variedades do português adquiridas como L2 de forma imperfeita no território brasileiro.

CAPÍTULO 6

Os clíticos de objeto em variedades africanas do português e em crioulos de base portuguesa: uma breve comparação

6.1 Introdução

Neste capítulo, em contraponto com os aspectos observados anteriormente sobre os clíticos de objeto do PB, abordaremos de forma breve o comportamento dos pronomes de objeto em variedades africanas do português (6.2.1) e em crioulos de base portuguesa (6.2.2). Na seção 6.2.3, analisaremos algumas questões abordadas nas duas seções anteriores. Concluiremos o capítulo na seção 6.3.

6.2 Aspectos dos clíticos de objeto em variedades africanas do português e em crioulos de base portuguesa em África e Ásia

A presença da língua portuguesa em várias partes do mundo durante a época das grandes colonizações resultou no fato de que, atualmente, o português é a sexta língua mais falada no mundo e é a língua oficial em oito países. Além de Portugal e Brasil, é a língua oficial em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste (Carvalho & Lucchesi, 2016: 41).

Para evidenciar os possíveis efeitos do contato linguístico, podemos analisar a influência das línguas de substrato na língua de contato resultante e as semelhanças com crioulos e variedades de L2 que tiveram a mesma língua lexificadora e as mesmas línguas de substrato; podemos ainda averiguar as diferenças quando a língua lexificadora foi a mesma, mas as línguas de substrato foram distintas (Siegel,

2008: 210). Adotando, então, essa lógica para o nosso estudo, um dos modos de comprovar a influência das línguas bantas no comportamento dos morfemas com função de objeto no PB vernáculo seria constatar a ocorrência de estruturas convergentes em outras variedades do português que tiveram ou têm contato com as mesmas línguas africanas levadas ao Brasil durante o período colonial. Da mesma forma, a constatação de divergências em línguas formadas pelo contato do português com outras línguas não bantas poderia dar força às ideias que defendem a influência africana nessa área da gramática do PB. À partida, essa lógica parece ser um bom caminho a percorrer. No entanto, devido à complexidade dos processos de mudança linguística, existem certamente muitos obstáculos nesse caminho.

Abaixo, descreveremos de forma breve a marcação dos clíticos acusativos de terceira pessoa e a colocação dos clíticos de objeto em geral em algumas variedades do português faladas na zona banta, em África. Em seguida, discutiremos a marcação de objeto em crioulos africanos de base portuguesa e no crioulo indo-português de Diu formados através do contato do português com línguas de substrato não bantas.

6.2.1 Variedades do português em África

A África, diferentemente do que ocorreu no território brasileiro, teve um papel secundário para Portugal, com a colonização efetiva do território africano só ocorrendo no século XIX (Gonçalves, 2004; Hagemeyer, 2016). A presença do português em África resultou na formação de novas variedades do português e de dois grupos de crioulos de base portuguesa, os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné (Hagemeyer, 2016: 43). Após o período das independências dessas ex-colônias portuguesas em África, por volta de 1975, a língua portuguesa tem se expandido, sendo escolhida como língua franca ou nacional como meio de unificação nessas áreas bastante multilingues (Gonçalves, 2004). Segundo Gonçalves (2004), a difusão do português nesses territórios tem sido feita principalmente através da escolarização, e o número de falantes do português L1 tem aumentado.

A presença de construções gramaticais semelhantes no português do Brasil e nas variedades africanas do português em contato com as línguas bantas poderia comprovar a força da influência africana nas mudanças linguísticas. Em relação à sintaxe dos pronomes clíticos de objeto, estudos têm destacado que as variedades do português em África apresentam uma instabilidade maior do que em PE e em PB

(Hagemeijer, 2016). Essa instabilidade é esperada, visto que, pelo fato de a expansão do português em África ter sido recente, o número de falantes do português somente como L2 é ainda bastante significativo nesses territórios. Além do mais, se espera uma maior instabilidade pelo fato de esses territórios serem multilingues, com a existência das inúmeras línguas autóctones.

No português de Angola (PA), por exemplo, Inverno (2005: 9) afirma que as formas clíticas de objeto divergem do padrão europeu. Em PA, mesmo ainda se verificando uma instabilidade na ordem dos clíticos, há uma preferência pela próclise nos contextos verbais simples e posição intermédia nos complexos verbais (Hagemeijer, 2016: 61). Para Inverno (2005, 2006), a explicação mais plausível para a colocação pré-verbal dos clíticos em PA seria a influência das línguas bantas faladas em Angola, que expressam os morfemas de objeto à esquerda do radical verbal, como já destacamos (ver seção 3.3). De acordo com a autora, é pouco produtivo relacionar esse fenômeno com a fase proclítica do português, visto que a expansão dessa língua no território angolano se deu muito depois. Já para o português de Moçambique (PM), se observa uma tendência para colocação enclítica em contextos verbais simples sem a presença de proclisadores (Gonçalves, 2010; Hagemeijer, 2016). Em formas verbais complexas, porém, o PM apresenta uma colocação semelhante ao PB e ao PA. Sobre essa colocação, Gonçalves (2010: 52) afirma que ainda não é possível determinar se a posição intermédia dos clíticos de objeto em complexos verbais do PM corresponde à ênclise ao verbo auxiliar ou à próclise ao verbo principal. Já para a colocação dos clíticos no português falado em São Tomé (PST), em contato com o grupo de línguas crioulas com substratos não bantos, Gonçalves (2009: 22) atesta que ainda há uma grande variação, típica de uma variedade adquirida como L2, e conclui que ainda não é possível caracterizar o sistema pronominal dessa variedade do português.

Apresentaremos alguns exemplos de algumas dessas variedades do português em África em comparação com o português do Brasil. Em contextos verbais simples, a frase (52) é mais um exemplo da posição pré-verbal dos clíticos do PB sem proclisadores (ver seção 3.5.1). Nesse mesmo contexto, temos exemplos que constata também a realização proclítica no português de Angola (53)²⁴. Para o português de Moçambique, a frase²⁵ (54) ilustra a ocorrência da ênclise, mas a

²⁴ Exemplos retirados de Inverno (2006: 8).

²⁵ Exemplo retirado de Gonçalves (2010: 57).

sentença²⁶ (55) mostra que a próclise é também utilizada em contextos em que o PE utiliza a ênclise. A frase (56)²⁷ exemplifica o uso da ênclise sem proclisadores no português de São Tomé.

- (52) “Eu me perguntava por que existiam coisas no mundo que não serviam para nada, como as lagartas.” (PB)
(Jeito de Matar Lagartas, p. 17)
- (53) “Minha mãe e o meu pai me deu o nome de JX...” (PA)
- (54) “Mandam-te numa montanha, você vai.” (PM)
- (55) “Eles se encontram marginalizados.” (PM)
- (56) “Eu estava hospedada num hotel, hotel Tivoli, e foi lá ter comigo uma colega e ela disse... eu pedi-lhe que me levasse para o mercado.” (PST)

A construção inovadora (V CLV) em contextos de sequências verbais, presente no português vernáculo brasileiro e exemplificada abaixo com mais uma frase (57), ocorre também no português de Angola (58)²⁸ e no português de Moçambique (59)²⁹.

- (57) “Quando deu meio-dia, dona Irene veio nos oferecer almoço.” (PB)
(Jeito de Matar Lagartas, p. 7)
- (58) “Muitos estavam a se interrogar se a IMG é angolana.” (PA)
- (59) “A problemática do custo de vida já vem se verificando.” (PM)

Assim como no PB, a tendência de eliminar os clíticos acusativos *o(s)/a(s)* também é seguida em outras variedades do português faladas em África (Inverno, 2005; Gonçalves, 2010; Hagemeijer, 2016). Claramente, esse fenômeno corresponde também ao processo universal de eliminação de itens menos essenciais para o discurso e com saliência fônica fraca em contextos de contato linguístico emergenciais (Siegel, 2008; Lucchesi, 2013; Hagemeijer, 2016). Porém, pode não ser somente por essa razão. Além disso, um fato interessante é que, além da eliminação desses clíticos, o PB e as variedades africanas do português fazem uso de estratégias de

²⁶ Exemplo retirado de Mapasse (2005: 67).

²⁷ Exemplo retirado de Gonçalves (2009: 8).

²⁸ Exemplo retirado de Inverno (2006: 9).

²⁹ Exemplo retirado de Gonçalves (2010: 53).

compensação bastante semelhantes. No PB, como descrevemos no capítulo 3, o uso dos pronomes tônicos, do clítico dativo *lhe* e a ocorrência do objeto nulo estão entre as estratégias que substituem os clíticos acusativos de terceira pessoa. No português de Moçambique, de acordo com Gonçalves (2010: 56), a tendência é usar a forma dativa do pronome átono em lugar da forma acusativa. Para o português oral de São Tomé, Gonçalves (2009: 40) afirma que, apesar de os pronomes serem uma área de muita instabilidade, os falantes fazem uso de estratégias que evitam o uso dos clíticos semelhantes às do PB. Segundo Inverno (2006: 9), os pronomes acusativos de terceira pessoa são muitos raros no português vernáculo de Angola, sendo substituídos pelos pronomes de sujeito (formas tônicas) ou pela forma clítica de objeto indireto *lhe*.

Abaixo ilustraremos a ocorrência das mesmas estratégias de compensação para a eliminação dos clíticos acusativos de terceira no PB, no PM, no PST e no PA. Os exemplos do português do Brasil a seguir, que foram apresentados em (39) e (40) e são repetidos aqui como (60) e (61), ilustram o uso do pronome tônico e o uso do dativo *lhe* no lugar do acusativo *o* respectivamente. No exemplo³⁰ (62), temos o uso do dativo *lhe* em função acusativa no português de Moçambique. A sentença³¹ (63) do português de São Tomé mostra o uso do pronome sujeito na posição de objeto. Para o português de Angola, o exemplo³² (64) evidencia o uso da mesma estratégia.

- (60) “É meu amigo Tônico, cumprimente ele, tio!” (PB)
(Jeito de Matar Lagartas, p. 82)
- (61) “Aperte a mão dele, Tônico, ele está lhe cumprimentando”. (PB)
(Jeito de Matar Lagartas, p. 83)
- (62) “Atacaram-lhe e ele conseguiu travar o carro.” (PM)
- (63) “Depois o senhor rei foi ao quarto dela e viu ela.” (PST)
- (64) “Deixa ele falar!” (PA)

Avelar & Galves (2016: 244-245) destacam as semelhanças do PB com as línguas bantas em relação à uniformidade morfológica na marcação de caso. Para eles, a possibilidade de os pronomes nominativos poderem ser utilizados em posições não

³⁰ Exemplo retirado de Gonçalves (2010: 56).

³¹ Exemplo retirado de Gonçalves (2010: 39).

³² Exemplo retirado de Inverno (2006: 9).

nominativas no português brasileiro seria um aspecto remanescente das línguas bantas, que, como ressaltamos no capítulo 3, não exibem casos acusativo e dativo marcados. Para evidenciar o papel das línguas bantas nesse comportamento do PA, Inverno (2006) afirma que, apesar de os pronomes *ele(s)*, *ela(s)* e *lhe(s)* terem sido utilizados na posição de objeto direto no português arcaico, essas construções não podem ser consideradas como retenções de uma construção arcaica, já que o uso do português só passou a ser generalizado em Angola após a colonização efetiva do território, no século XIX (Inverno, 2006: 9). Diferentemente de Angola, o português arcaico esteve presente no Brasil. Com isso, mais uma vez, é possível considerar o papel das línguas bantas para explicar como duas variedades linguísticas formadas em períodos históricos distintos a partir das mesmas línguas de substrato apresentam estruturas semelhantes.

Quando as formas pronominais de sujeito substituem os clíticos de objeto nas variedades brasileira e africanas do português, a colocação é sempre feita após o verbo principal. Desse modo, para interpretar o uso dos pronomes fortes no lugar dos clíticos acusativos de terceira pessoa no PA e no PB, podemos deduzir que, além da questão de não distinção morfológica de caso, a manutenção da ordem SVO, também fixada nas línguas bantas, poderia também estar envolvida no desencadeamento do uso dessa estratégia de compensação. E especificamente para o português do Brasil, que teve efetivamente a presença da variedade arcaica da língua portuguesa, parece ainda plausível conjecturar que esse fenômeno poderia ser interpretado como um caso de *transfer* positivo. Isto é, a ocorrência dos pronomes *ele(s)* e *ela(s)* com função de objeto direto presente no português arcaico poderia ter servido como uma evidência positiva para os africanos falantes das línguas bantas durante o processo de aquisição da língua no Brasil. No capítulo 5, com os exemplos (50a) e (51), vimos que nas línguas bantas em geral o uso do pronome forte pode ocorrer após o verbo, dando uma leitura enfática. Já em relação ao uso de *lhe(s)* com a função acusativa, a não diferenciação morfológica de caso das línguas bantas também poderia ajudar a explicar a estratégia no PA e no PB. Contudo, no caso do uso do *lhe(s)* com função de objeto direto no PM, para Hagemeijer (2016: 58), a ocorrência desse morfema “resulta de uma alteração da estrutura argumental de verbos transitivos diretos que consiste na inserção do marcador casual *a* quando o objeto é [+humano]”.

Na seção 6.2.3, discutiremos um pouco mais sobre efeitos do contato linguístico nas variedades africanas do português. Mas antes, na seção seguinte,

destacaremos brevemente alguns aspectos dos morfemas de objeto em alguns crioulos de base portuguesa.

6.2.2 Crioulos de base portuguesa

Em África e Ásia, além da formação de variedades do português, surgiram línguas crioulas de base portuguesa, a partir do contato com línguas de substrato distintas das línguas bantas. Assim, uma vez que as línguas de substrato desses crioulos não são as mesmas línguas africanas que foram levadas ao Brasil, é esperado verificar comportamentos divergentes em relação aos morfemas de objeto. E é isso que se constata efetivamente, como observaremos a seguir. Contudo, importa também salientar que os crioulos são línguas de contato prototípicas que passaram por processos muito mais radicais de mudança linguística. Por isso, diferenças seriam esperadas, independentemente de terem sido formadas ou não a partir de línguas de substrato bantas. Com esse fator em consideração, abaixo discutiremos brevemente alguns aspectos dos morfemas de objeto em crioulos de base portuguesa, destacando as divergências com o PB.

6.2.2.1 Crioulos de base portuguesa em África

Os crioulos da Alta Guiné derivam principalmente das línguas do grupo mande e atlântico, enquanto os crioulos do Golfo da Guiné resultam do contato com línguas do delta do Níger e de um contato secundário com línguas bantas (Hagemeijer & Alexandre, 2012: 237-238). Para a colocação dos clíticos nesses dois grupos de crioulos, o padrão é enclítico tanto para contextos verbais simples como formas verbais complexas (Hagemeijer, 2016: 62). Diferentemente do que ocorre no PB, PA, PM e no PST, o fenômeno de apagamento dos clíticos de objeto de terceira pessoa, assim como todos os outros morfemas de objeto, não é atestado nos crioulos de base portuguesa falados na Alta Guiné e no Golfo da Guiné. Entretanto, esses crioulos, assim como as variedades vernáculas do português no Brasil e em África, neutralizaram a distinção morfológica de caso. Como afirmam Hagemeijer & Alexandre (2012: 243), nesses crioulos, tanto nos da Alta Guiné quando nos do Golfo da Guiné, “os morfemas com função de sujeito e de objeto apresentam, com poucas exceções, formas idênticas”.

Para uma breve ilustração desses aspectos em alguns desses crioulos, as frases³³ (65) e (66) mostram a colocação pós-verbal dos morfemas de objeto no crioulo de Cabo Verde (CCV) em contexto simples. A sentença³⁴ (67) exemplifica que a posição continua sendo pós-verbal em complexo verbal. É importante destacar que as formas distintas /e e/ em (65) e (66) não se devem a uma distinção de caso, pois, como enfatizamos anteriormente, esses crioulos neutralizam essa distinção. Essa distinção morfológica é motivada pela localização do marcador de TMA após o verbo (Pratas, 2002: 58). No exemplo³⁵ (68), temos uma ilustração da mesma posição pós-verbal no crioulo de São Tomé (CST).

- | | | |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| (65) | E odja-l.
3SG ver.PFV-3SG
“Ele viu-o/o viu.” | (CCV) |
| (66) | E flaba el.
3SG ver.IPFV-3SG
“Ele dizia-lhe/lhe dizia.” | (CCV) |
| (67) | Djon ki pode djuda-m.
Djon FOC poder ajudar-1SG
“Djon é que pode ajudar-me/me ajudar.” | (CCV) |
| (68) | Ê ligi bô.
3SG levantar.PFV 2SG
“Ele levantou-te/te levantou.” | (CST) |

Desse modo, parece certo concluir que tanto a posição enclítica generalizada como a realização impreterível dos morfemas de objeto podem ser devidas às características das línguas de substrato não bantas envolvidas na formação dessas novas línguas. Tomando como exemplo o crioulo de Cabo Verde, a posição dos clíticos de objeto após o verbo, *a priori*, parece intrigante, já que, segundo Creissels (2012: 4), as línguas do grupo mande apresentam uma ordem de constituinte SOV rígida, e os pronomes ocupam a mesma posição canônica dos DPs. Além disso, sabemos que o PE é uma língua que apresenta construções tanto enclíticas quanto proclíticas. Ou seja, parece que, para o crioulo de Cabo Verde, poderia ter havido condições

³³ Exemplos retirados de Pratas (2002: 58).

³⁴ Exemplo retirado de Hagemeijer (2016: 62).

³⁵ Exemplo retirado de Hagemeijer & Alexandre (2012: 243).

relevantes para o estabelecimento de uma ordem proclítica. Poderia ter ocorrido uma “acomodação” em direção à próclise, como no português brasileiro. E esse comportamento poderia até mesmo questionar a relevância da possível robustez de dados linguísticos com próclise sugestionada anteriormente neste estudo (ver capítulos 4 e 5). Então, porquê a posição pós-verbal generalizada nesse crioulo? Fica claro que muitos outros fatores estiveram envolvidos na definição dessa ordem dos morfemas de objeto nesses crioulos. Não teremos aqui como ir mais além, já que interpretar a formação dos crioulos não faz parte dos propósitos deste estudo. Podemos somente supor que uma das possíveis explicações poderia estar relacionada à tipologia das outras línguas de substrato na formação deste crioulo. A língua wolof, da família atlântica, apresenta uma ordem SVO (Dryer, 2013). Assim, parece plausível inferir que, por alguns motivos, a “acomodação” poderia ter se dado em direção à ênclise com base nas línguas de substrato com uma colocação do morfema de objeto pós-verbal.

Vimos também que nos crioulos africanos de base portuguesa não ocorre o apagamento dos morfemas de objeto, ao contrário do PB vernáculo e das outras variedades africanas do português. Acreditamos que isso também poderia ser explicado através de uma comparação tipológica minuciosa com as línguas de substrato envolvidas na formação desses crioulos. Para os crioulos da Alta Guiné, por exemplo, podemos simplesmente mencionar o fato de que, segundo Creissels (2012: 7), em mandinka, língua do grupo mande, não é permitido sujeitos e objetos nulos nas orações, e os pronomes têm a mesma forma para todas as funções possíveis.

6.2.2.2 O crioulo indo-português de Diu

A expansão colonial portuguesa na Ásia, a partir do século XV, desencadeou o contato da língua portuguesa com línguas nativas do sul asiático. Desse contato, além de variedades do português, emergiu um grupo de crioulos indo-portugueses, subdividido em crioulos gauro-português e português-dravídico (Clements, 2009). Entre o grupo dos crioulos gauro-português, está o crioulo falado em Diu (CIPDiu), formado pelo contato com a língua gujarati (Clements, 2009). Para Clements (2009), o crioulo indo-português de Diu já tinha sido formado por volta do século XVII.

A ordem básica de orações declarativas simples no crioulo de Diu é SVO, como no português (Cardoso, 2009: 294). Contudo, diferentemente do português, o sistema

pronominal do crioulo indo-português de Diu é caracterizado por não ter uma forma específica de objeto. A função de objeto é marcada através do uso de preposições, e somente a primeira pessoa do singular apresenta uma forma oblíqua distinta (*mi*) da forma direta (*yo*) (Cardoso, 2009). Resumidamente, o sistema pronominal de objeto do crioulo indo-português em Diu é caracterizado pela marcação de caso, tanto acusativo quanto dativo, através da combinação de preposições com os pronomes pessoais. Para ilustrar a colocação e o uso de adposições para expressar objeto no crioulo indo-português de Diu, temos abaixo os exemplos³⁶ (69) e (70).

- (69) el kər kum-e a mi na istrad (CIPDiu)
 3SG quer.NPST comer-INF DAT 1SG LOC estrada
 “Ele quer me comer na estrada.”
- (70) Vera kōt-o ã istər a el (CIPDiu)
 Vera contar-PST uma estória DAT 3SG
 “Vera contou uma estória a ele.”

Não é possível apresentar aqui uma descrição e uma análise detalhadas do sistema pronominal do crioulo de Diu. Abaixo, pontuaremos apenas algumas questões sobre a ordem e a elipse de constituintes nesse crioulo.

Como salientamos acima, a ordem dos constituintes da frase no crioulo de Diu converge com a do português e se afasta do gujarati, que é uma língua com verbo na posição final – SOV (Cardoso, 2009). Uma possível explicação para o uso de preposição com pronomes pessoais com função de objeto estaria no fato de que o uso da preposição *a* com pronomes de objeto direto também foi atestado no português do século XVI. Com isso, essa construção no crioulo indo-português de Diu poderia ser considerada uma retenção de uma estrutura presente na história do português (Baxter, 1988 *apud* Clements, 2009).

Dentro dos propósitos e limites deste estudo, para a interpretação da colocação dos elementos com função de objeto nesse crioulo, nos limitaremos a apenas salientarmos que, mesmo seguindo a ordem SVO do português e assumindo que a construção oblíqua é possivelmente um caso de retenção de uma estrutura existente no português antigo, é curioso o fato de o crioulo de Diu não apresentar formas

³⁶ Exemplos retirados de Cardoso (2009: 128-129).

pronominais de objeto em colocação pré-verbal. Esse fenômeno parece ser inesperado, visto que aparentemente existiam condições para um processo de *transfer* positivo no padrão pré-verbal da colocação de pronomes de objeto. Isto é, a ordem SOV do gujarati poderia ter sido mantida, reforçada por uma “acomodação”, pela existência de contextos proclíticos no português europeu. Esse fato poderia ainda contestar de certa forma a assunção de que os contextos mais numerosos com próclise poderiam também ter servido como fator relevante para se definir a generalização da próclise no português do Brasil. Fica claro que a colocação e o uso de adposições para expressar a função de objeto no crioulo de Diu resultam de muitos outros fatores envolvidos no processo de formação dessa língua. Análises mais aprofundadas da língua gujarati se fazem necessárias para compreender a extensão da sua contribuição na ordem de palavras desse crioulo asiático de base portuguesa. Posto isso, entretanto, podemos ver que a colocação dos itens referentes ao objeto nesse crioulo confirma a divergência esperada em relação ao português brasileiro e às variedades africanas do português faladas na zona banta.

Como vimos, no crioulo de Diu, não há formas distintivas para objeto direto e indireto. Com a marcação de caso sendo expressa através de adposições (Cardoso, 2009), o processo de redução do paradigma dos elementos com função de objeto se estendeu a todas as pessoas e casos. A exclusão dos clíticos *o(s)/a(s)* no crioulo indo-português de Diu poderia ser justificada pela eliminação de itens com saliências fônica e semântica fracas durante o processo de aquisição de língua em contexto de contato linguístico. Porém, a eliminação atingiu a todos os pronomes de objeto, ao contrário do PB e das variedades africanas do português. Isso está totalmente de acordo com o que ocorre em situações de “transmissão linguística irregular do tipo radical”. Como apontamos no capítulo 2, diferentemente de uma “transmissão irregular do tipo leve”, nos contextos de formação de crioulos, como no caso do crioulo de Diu, pode ocorrer eliminação total de elementos gramaticais sem valor informacional ou sem saliência fonética (Lucchesi, 2013). Assim sendo, provavelmente muitos outros fatores estiveram envolvidos no apagamento de todas as formas de objeto nesse crioulo.

Nos limitaremos a assinalar o fato de que, para o crioulo indo-português de Diu, não há restrições para elipse de argumentos. Segundo Cardoso (2009), esse crioulo apresenta casos de elipse tanto referente à anáfora zero quanto em casos de diminuição da valência do verbo. Com isso, percebe-se que nesse crioulo a ocorrência de argumentos nulos é permitida em contextos mais numerosos do que os do

português (Cardoso, 2009). Vale enfatizar que a maior frequência de objetos nulos nesse crioulo e no PB vernáculo são de causas distintas. Cardoso (2009: 294) afirma que, apesar de o português também permitir elipse de constituintes oracionais, a ampliação dos contextos possíveis para a realização de argumentos nulos no crioulo indo-português de Diu pode estar relacionada à sintaxe do gujarati, que admite a realização nula de praticamente quase todos os constituintes oracionais.

6.2.3 Considerações sobre o efeito do contato linguístico nas variedades africanas do português

Para Hagemer (2016: 63), a tendência do uso da ênclise em formas verbais simples no português de Moçambique, por exemplo, ocasionando um comportamento de colocação dos clíticos menos homogêneo entre o grupo das variedades africanas do português, poderia indicar um menor efeito do contato linguístico nessa parte da gramática. O autor também conclui que, apesar da necessidade de mais estudos quantitativos em dados orais, o comportamento dos clíticos nas variedades africanas do português parece convergir mais com o padrão do português europeu. Realmente, a falta de um padrão mais homogêneo da colocação dos morfemas de objeto nas variedades do português faladas na zona banta revela a necessidade de análises mais aprofundadas para verificar de forma mais precisa se tem havido e qual poderia ser a extensão da influência das propriedades dos marcadores de objeto das línguas bantas.

Hagemer (2016: 60-61) também afirma que “a perda dos clíticos acusativos nas variedades africanas do português não pode ser considerada uma consequência direta do contato, uma vez que as línguas bantu e os crioulos também apresentam pronomes gramaticalizados, sob a forma de afixos e clíticos, respectivamente”. Para além disso, o autor também conclui que a questão da neutralização de caso com o uso de *lhe(s)* no lugar dos clíticos *o(s)/a(s)* só pode ser parcialmente atribuída ao efeito do contato, visto que no PA e no PM os mecanismos para a ocorrência dessa estratégia são distintos, como salientamos acima (Hagemer, 2016: 58-61). De fato, a eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português vernáculo de São Tomé, por exemplo, merece uma maior atenção, já que essa variedade do português está em contato direto com os crioulos do Golfo da Guiné, que, por sua vez, como salientamos, realizam obrigatoriamente os morfemas de objeto. Somente

estudos contínuos com base em dados vernáculos poderão interpretar de forma mais plausível o papel do contato linguístico nas mudanças linguísticas dessas variedades do português.

Entretanto, podemos realçar novamente aqui o fato de que, devido à difusão recente da língua portuguesa nesses territórios, essas variedades ainda apresentam uma grande instabilidade, o que faz com que os padrões de colocação de clíticos ainda não estejam totalmente definidos. Poderia ser ainda precoce diminuir o efeito do contato linguístico na colocação dos clíticos pronominais nas variedades africanas do português. Primeiramente, porque uma situação semelhante de instabilidade também foi atestada na história do PB. Como abordamos no capítulo 3, foi somente no século XIX que o padrão dos clíticos do português brasileiro passou a ser visível, sendo constatada uma variação de colocação nos períodos anteriores. Além disso, como mencionamos, sabemos que em África o português ainda tem sido adquirido como L2 em contextos formais da escolarização, com base no padrão europeu, embora seja ensinado por professores africanos (Gonçalves, 2004). Em Moçambique, por exemplo, com base em dados do censo de 1997, Gonçalves (2010) mostra que o português era falado por 39,5% da população, e somente 6,5% tinha o português como L1. Sobre a variação da colocação dos pronomes de objeto do português de São Tomé, Gonçalves (2009: 22) destaca exatamente esse fator. Para ela, a variação, que não permite ainda caracterizar o sistema pronominal do PST, se deve ao fato de que essa variedade é ainda adquirida como L2 e, conseqüentemente, apresenta variações típicas das interlínguas. Assim, concordamos com Hagemer (2016) que é extremamente importante realizar cada vez mais estudos com base em dados orais coloquiais das variedades africanas do português. No entanto, para a ênclise no contexto verbal simples do português de Moçambique, entendemos que ela não se deve à ausência de uma transferência da posição prefixal dos OMs das línguas bantas, sendo antes um reflexo da exposição dos falantes a evidência negativa, principalmente no ambiente escolar, que, como abordamos no capítulo 5, é importante para a fixação de parâmetros por parte dos falantes de L2 (White, 2003; Siegel, 2008; Gonçalves, 2010).

Em relação ao desuso dos clíticos acusativos de terceira pessoa nas variedades africanas do português em contato com as línguas bantas, consideramos que a mesma explicação assumida neste estudo para a extinção desses clíticos no português vernáculo brasileiro também poderia ser aplicada (ver seção 5.2.2). Como

pontuamos, os afixos com função de objeto das línguas bantas têm maior probabilidade de serem expressos se os objetos coreferentes estiverem em posições mais altas nas hierarquias semânticas. Ou seja, embora as línguas bantas apresentem afixos de objeto, uma série de aspectos semânticos condiciona a sua ocorrência (ver seções 3.3.1 e 5.2.2). Assim, tal como no PB, isso poderia também ser uma das justificativas para o apagamento dos clíticos acusativos de terceira pessoa nas variedades africanas do português faladas nas zonas bantas.

Já em relação à eliminação dos clíticos *o(s)/a(s)* nas variedades do português em contato com os crioulos em África, sabemos que a língua portuguesa é ainda adquirida nesses territórios como L2 por uma grande parte da população, sobretudo através da escolarização, contexto em que o uso desses clíticos é extremamente prescrito. Contudo, podemos conjecturar que, apesar de esses itens serem adquiridos maioritariamente através da escolarização, a pouca essencialidade intrínseca a esses elementos sempre os torna fortes “candidatos” de serem eliminados. Mesmo no caso de São Tomé, em que a língua portuguesa parece ser atualmente adquirida como L1 por uma boa parte da população, podemos conjecturar que esse efeito terá ocorrido em situações de aquisição de L2 no passado e que a variedade local do português L1 atual já reflete essas propriedades, havendo de qualquer forma a tendência de eliminar pronomes anafóricos com referência inanimada. Assim, embora não seja possível evidenciar a interferência direta dos morfemas de objeto dos crioulos, o apagamento de clíticos em PST resulta de processos inerentes a uma situação de aquisição de língua segunda que terá ocorrido num passado recente.

No português de Moçambique, como descrevemos anteriormente, o clítico *lhe(s)* com função acusativa ocorre somente para objetos com traço [+humano] (Hagemeijer, 2016: 58). No PB, apesar de o uso dessa estratégia não estar associado à alteração da estrutura argumental de verbos transitivos diretos, vimos que o clítico *lhe(s)* não foi totalmente descartado quando apresenta o traço [+humano] (ver seção 5.2.2) (Galves et al., 2016: 134). Com isso, além da mudança na estrutura argumental do verbo no PM, podemos questionar: a manutenção do clítico *lhe(s)* com traço [+humano] no português de Moçambique será uma evidência quanto ao reforço de se priorizar traços em alta posição na hierarquia semântica? Para obter respostas mais adequadas, fica clara a necessidade de estudos mais extensos e aprofundados sobre as variedades africanas do português.

6.3 Conclusão

Para comprovar a relevância do contato linguístico nas mudanças dos clíticos de objeto do PB vernáculo, estudos comparativos mais aprofundados são extremamente necessários. A existência de questões ainda em aberto deixa claro que pesquisas mais detalhadas e estudos comparativos mais minuciosos são indispensáveis para se entender adequadamente essas mudanças. Na discussão deste capítulo, em relação às variedades do português em contato com línguas bantas e crioulas em África, destacamos que a ênclise atestada no português de Moçambique e a eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português de São Tomé são alguns dos desafios que as hipóteses que defendem a influência das línguas de substrato no desencadeamento de mudanças linguísticas devem ultrapassar.

Apesar dos obstáculos, entendemos que o comportamento convergente de eliminação dos clíticos *o(s)/a(s)* e o uso de estratégias de compensação semelhantes nas variedades brasileira e africanas do português, formadas em diferentes períodos da história e em contato com as mesmas línguas de substrato, parecem ser importantes evidências da influência das línguas africanas. Consideramos que a variação da colocação dos clíticos nas variedades do português em África, com uma certa aproximação com o padrão europeu, não desvalida a hipótese de um possível *transfer* da posição pré-verbal dos marcadores de objeto das línguas bantas para o PB. As variedades do português em África merecem estudos contínuos e apresentam particularidades que devem ser levadas em consideração. A expansão tardia do português e a forma como tem sido feita no território africano são aspectos importantes que devem ser levados em conta nas descrições e análises dessas variedades do português. Já para o crioulo-indo português de Diu, a eliminação total das formas de objeto pode sugerir que a generalização da forma oblíqua para todos os casos também teria sido uma maneira de neutralizar a complexidade do sistema pronominal do português.

Com essa breve comparação exploratória, é possível constatar que, como esperado, o comportamento dos clíticos de objeto do PB vernáculo se aproxima mais do das variedades do português originadas e faladas na zona africana banta, apesar de também haver pontos de distância. A divergência do PB face às variedades faladas na região banta pode ser devida ao fato de o português nos territórios africanos ser adquirido de um modo menos imperfeito, via escolarização, se comparado à situação

de transmissão mais irregular no Brasil colonial, com os baixíssimos índices de escolarização entre os africanos até o século XIX (ver seção 2.3.3). Em relação às variedades africanas do português nas zonas crioulas e aos crioulos em África e Ásia, que têm línguas de substrato não bantas, além da divergência esperada há também convergência. A divergência face a variedades africanas do português das zonas crioulas e aos crioulos de base portuguesa em África e na Ásia se deve, entre muitas outras razões, à não ocorrência de contato com línguas bantas. Já a convergência se deve também provavelmente aos processos universais que caracterizam situações de aquisição de L2.

Por fim, é também possível perceber, através dessa breve comparação ao longo deste capítulo, que um fator comum é refletido no PB, nas variedades africanas do português, nos crioulos de base portuguesa em África e no crioulo de Diu. Nessas variedades do português e nesses crioulos, não foi possível preservar a complexidade do comportamento dos clíticos de objeto do padrão europeu.

Considerações Finais

As mudanças linguísticas podem ser desencadeadas durante o processo de aquisição da linguagem pelas crianças. Segundo Lightfoot (2010: 681), a língua em um ambiente pode apresentar algumas modificações, resultando em novos “dados linguísticos primários” para as crianças, ocasionando a possibilidade de criação de uma nova gramática interna. Isto é, as mudanças históricas das línguas acontecem quando as crianças estão expostas a uma língua externa com novas estruturas. Dessa maneira, a língua externa estaria funcionando como uma espécie de “gatilho” para iniciar um processo de mudança na língua interna. Como destacamos, em um contexto multilingue, como as situações de contato linguístico, as mudanças são mais aceleradas, visto que a língua externa não é homogênea, ocasionando uma maior ambiguidade nos “dados linguísticos primários”.

Enfatizamos os fatores externos que devem ser levados em consideração para se entender o processo de formação do português do Brasil. Podemos com segurança afirmar que o português do Brasil resulta de uma situação de contato linguístico, com uma “transmissão linguística irregular” da língua portuguesa. Também destacamos as razões para considerar os africanos e afrodescendentes os principais aloglotas responsáveis por moldar e difundir a língua portuguesa no Brasil. Mostramos que as mudanças do PB vernáculo podem ter começado a ser desencadeadas pelas primeiras gerações de africanos, durante o processo imperfeito de aquisição do português como L2. Foi através das gerações seguintes nascidas no Brasil colonial que alguns processos de reestruturação puderam ocorrer. Entretanto, muitas reestruturações só foram parciais, mantendo até hoje uma distância bem significativa entre as gramáticas do PB e do PE.

Embora as mudanças desencadeadas pelo contato linguístico sejam notadas no português brasileiro como um todo, elas são bem mais evidentes nas variedades vernáculas. O fosso entre a norma padrão, a variedade culta e as variedades vernáculas é grande. O resultado é a prescrição de uma gramática estranha para a grande maioria da população brasileira e o aumento do estigma nas variedades mais populares da língua. Esse fosso que caracteriza o quadro linguístico atual do PB é ainda um reflexo da atitude implementada durante o colonialismo português de privar

a grande maioria da população, isto é, maioritariamente africanos e afrodescendentes, de ter acesso à escolarização. Então, as características do PB vernáculo contemporâneo evidenciam a atitude de negar o acesso à educação ao povo brasileiro durante o período colonial.

Destacamos ainda algumas falhas na tese do conservadorismo para interpretar as mudanças linguísticas do PB. Consideramos que não seria adequado limitar a formação do português brasileiro a somente uma variedade do português europeu, *i.e.*, o português quinhentista falado nos primeiros períodos da colonização do Brasil. Essa inadequação está no fato de que a língua portuguesa foi levada ao Brasil em várias épocas, e até muito mais nos últimos períodos da colonização. Vimos também que estudar a diacronia de uma língua implica estar diante de bastantes obstáculos. E uns deles são as fontes históricas, que, por serem essencialmente escritas, podem não revelar adequadamente toda a situação linguística de uma época. Levantamos a suposição de, ao invés de designar a fase mais proclítica constatada na história do PE como um dos fatores desencadeadores da generalização da próclise no PB, seria mais simples interpretar que o PE possui numerosos contextos proclíticos que poderiam ter uma robustez relevante nos dados linguísticos a que os africanos e afrodescendentes estiveram expostos no Brasil.

Vimos que os dois aspectos que mais evidenciam a mudança no comportamento dos clíticos do PB são a generalização da próclise e a redução do paradigma pronominal. Na situação de contato de línguas com “transmissão linguística irregular” vivida nos períodos iniciais da colonização do Brasil, foi inevitável a potencialização dos processos inerentes a uma situação de aquisição de L2. Destacamos que para a ordem dos clíticos em posição pré-verbal, consideramos que o processo de simplificação teve um papel bastante relevante, visto que os clíticos de objeto do português europeu apresentam uma colocação condicionada por complexos fatores sintáticos e pós-sintáticos. Os africanos, diante da complexidade do sistema pronominal do português, terão optado por manter a colocação semelhante à dos marcadores de objeto nas suas línguas maternas. Com um possível *transfer* a partir da posição prefixal dos marcadores de objeto das línguas bantas, a complexidade do sistema pronominal do português europeu foi neutralizada, uma vez que a derivação pós-sintática da ênclise foi eliminada. Assim, os processos de eliminação, simplificação e *transfer* podem ter contribuído para o estabelecimento da generalização da próclise no PB e para a exclusão dos clíticos acusativos de terceira

pessoa. Entendemos que além da saliência fônica fraca, a pouca essencialidade inerente a itens referentes à terceira pessoa também contribuiu para eliminação do clíticos *o(s)/a(s)* na língua vernácula. Esse traço semântico de menor prioridade, por sua vez, pode também ter sido reforçado por um *transfer*, já que nas línguas bantas em geral, a presença de um marcador de objeto é condicionada por propriedades ligadas à sua posição nas hierarquias semânticas.

Apresentamos ainda uma brevíssima discussão sobre alguns aspectos dos pronomes de objeto em variedades do português e em crioulos em África, e no crioulo de Diu, falado na Índia. Sabemos que, para obter evidência mais válida da grande extensão da influência africana nos aspectos dos clíticos em foco neste estudo, um caminho é através da análise comparativa das variedades do português em contato com as línguas bantas e das variedades faladas em regiões não bantas. Com a nossa breve observação, apesar de questões em aberto, podemos verificar convergências com variedades do português em contato com as línguas bantas. Há também, porém, pontos de distanciamento. Para as divergências do PB e as variedades do português faladas nessa região africana, compreendemos que é importante considerar a situação sociolinguística de cada país, o fato de que a expansão efetiva da língua portuguesa é recente nesses territórios e que a língua é ainda adquirida como L2 por uma boa parcela da população em um contexto formal de escolarização.

Neste estudo, com uma orientação mais descritiva e exploratória, revisamos a situação sociolinguística do Brasil e os aspectos envolvidos nos processos de aquisição e mudança linguística para evidenciar a influência africana em alguns aspectos dos clíticos de objeto do PB, que aqui foi restringido ao uso da próclise generalizada, com foco nos clíticos *me* e *te*, e à eliminação dos clíticos acusativos de terceira pessoa. Pelas limitações e extensão deste estudo, tivemos questões deixadas em aberto e propusemos sugestões que precisam de pesquisas futuras mais aprofundadas. Para um estudo mais completo, entendemos a necessidade de ampliar a nossa análise para todos os clíticos que são efetivamente utilizados no português do Brasil. Reconhecemos também que, em trabalhos futuros, análises sintáticas mais detalhadas serão necessárias para melhor compreender as mudanças nos clíticos de objeto do português brasileiro. Consideramos, assim, um ponto de partida para essas pesquisas.

Finalmente, esperamos ter contribuído para realçar a grande importância dos africanos na constituição da identidade do povo brasileiro. Consideramos essencial

defender que a tendência de se minimizar a influência africana na língua falada no Brasil também é uma forma de perpetuar a posição marginal atribuída constantemente à população africana e a seus descendentes ao longo de toda a história do país. As reflexões sobre os aspectos dos clíticos de objeto do PB neste trabalho podem ser consideradas como uma pequena amostra da impossibilidade de se negar a influência africana nas mudanças linguísticas do português falado por mais de 200 milhões de brasileiros.

Referências Bibliográficas

- Avelar, J. & Galves, C. (2014). O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Revista Linguística – ALFAL*, 30(2), 241-288.
- Avelar, J. & Galves, C. (2016). From European to Brazilian Portuguese: a parameter tree approach. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 58(2), 237-256.
- Barbosa, P. (2008). Deslocação local, cliticização e Spell Out cíclico. *Diacrítica*, 22, n. 1, 131-156.
- Bonvini, E. (2014). Línguas Africanas e o português falado no Brasil. In M. Petter & J. Fiorin (Orgs), *África no Brasil: a formação da língua portuguesa* (pp.15-62). 2ª. ed. São Paulo: Contexto.
- Cardoso, H. (2009). *The Indo-Portuguese language of Diu*. Utrecht: LOT.
- Carneiro, Z. & Galves, C. (2010). Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. In *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, 7-38.
- Casagrande, S. (2006). A aquisição de clíticos acusativos e o objeto nulo no PB. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 341-370, jun./dez.
- Castro, I. (2011). *Introdução à História do português* (2º ed). Lisboa: Edições Colibri.
- Castro, Y. P. (1967). A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia. *Afro-Ásia*, 4-5, 23-33. Salvador.
- Castro, Y. P. (1983). Das línguas africanas ao português brasileiro. In *Afro-Ásia*, 81-101. Salvador: UFBA.
- Castro, Y. P. (2001). *Os falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Castro, Y. P. (2001). Língua africanas e realidade brasileira. *Revista da FAEEBA*. Salvador, 15, 83-91, jan./jun.

Carvalho, A. M. & Lucchesi, D. (2016). Portuguese in contact. In W. L. Wetzels, S. Menuzzi & J. Costa (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley-Blackwell.

Chatelain, H. (1888-1889). Kimbundu grammar; grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola. Typographie de C. Schuchardt, Genebra. (Ebook).

Clements, I. C. (2009). Accounting for some similarities and differences among the Indo-Portuguese creoles. *Journal of Portuguese Linguistics*, 8(2), 23-47.

Creissels, D. (2012). Leipzig Valency Classes project: Mandinka. Université Lumière (Lyon 2).

Costa, J. & Martins, A. M. (2004). What is a Strong Functional Head? Comunicação apresentada no *Lisbon Workshop on Alternative Views on the Functional Domain*. Julho 2004. Universidade Nova de Lisboa.

Costa, J. & Lobo, M. (2013). Aquisição da posição dos *clíticos* em português europeu. *XXVIII Encontro Nacional da APL. Textos Seleccionados*. APL, Coimbra, 271-288.

Cyrino, S. (1993). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In I. Roberts, I. & M. Kato, (Orgs.) *Português Brasileiro – uma Viagem Diacrônica* (pp. 163-184). Campinas: Editora da Unicamp.

Cyrino, S. (1998). O objeto indireto nulo no português brasileiro. *Signum – Estudos da linguagem*. n. 1, Londrina.

Cyrino, S. (2003). Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 38, n. 1, 31-47.

Cyrino, S. (2004). O problema da experiência detonadora na mudança sintática do português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, XXXIII, 53-68.

Cyrino, S. (2006). Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE. In M. Guedes; R. Berlinck; C. Murakawa (Orgs.), *Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas* (pp. 53-79). Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP,SP, Cultura Acadêmica.

Cyrino, S. (2010). On romance syntactic complex predicates: why Brazilian Portuguese is different. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, 8, n. 1, 187-222.

Diercks, M. & Sikuku, J. (2013). Object Clitics in a Bantu language: Deriving Pronominal Incorporation in Lubukusu. Pomona College & Moi University.

Dryer, M. (2013). Order of Subject, Object and Verb. In M. Dryer & M. Haspelmath (Eds.), *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. (Disponível online at <http://wals.info/chapter/81>, Acessado em 2018-05-16).

Faraco, C. A. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial.

Ferraz, L. I. (1987). Portuguese Creoles of West Africa and Asia. In G. Gilbert (Ed.), *Pidgin and creole languages: Essays in memory of John E. Reinecke* (pp.337-360). Honolulu: University of Hawaii Press.

Flores, C. & Barbosa, P. (2014). When reduced input leads to delayed acquisition: a study on the acquisition of clitic placement by Portuguese heritage speakers. *International Journal of Bilingualism*, 18(3), 304-325.

Freire, G. (2011). Acusativo e dativo anafóricos de 3ª pessoa na escrita brasileira e lusitana. *Revista da ABRALIN*, 10, n.1, 11-32, jan./jun.

Galves, C., Britto, H., & Sousa, M. C. P. de. (2005a). The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, 4 (1), 39–67.

Galves, C., Moraes, M. A. T., & Ribeiro, I. (2005b). Syntax and Morphology in the Placement of Clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 4 (2), 143–177.

Galves, C. & Lobo, T. (2009). Ordem dos Clíticos. In T. Lobo, & K. Oliveira (Orgs.), *África à vista - Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* (pp. 174-207). Salvador: Edufba.

Galves, C.; Avelar, J.; Brito, D.; Carvalho, D.; Lopes, C.; Marcotulio, L. (2016). Morfossintaxe e Uso dos Pronomes Pessoais na Sincronia e na Diacronia do Português Brasileiro. In *Rumos da linguística brasileira no século XXI* (pp. 123-154). São Paulo: Blucher.

Gonçalves, P. (2004). A formação de variedades africanas do português: argumentos para uma abordagem multidimensional. In *A língua portuguesa: presente e futuro – Textos da Conferência Internacional “A língua portuguesa: presente e futuro”*, Dezembro de 2004, pp. 223-242. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, P. (2010). *A génese do português de Moçambique* (pp. 25-82). Lisboa: INCM.

Gonçalves, R. (2009). *A colocação dos pronomes clíticos no português oral de S. Tomé: Análise e discussão de contextos numa perspectiva comparativa*. Ms, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Hagemeijer, T. & Alexandre, N. (2012). Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintáctica. *Papia*, 22(2), 207-226.

Hagemeijer, T. (2016). O Português em contacto em África. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*. MRL Series. De Gruyter.

Holm, J. (2009). The Genesis of the Brazilian Vernacular: Insights from the Indigenization of Portuguese in Angola. *Papia*, 19, 93-122.

Hyman, L. M. & Duranti, A. (1982). On the Object Relation in Bantu. In P. Hopper & S. Thompson (Eds.), *Syntax and Semantics 15: Studies in Transitivity* (pp. 217-239). New York: Academic Press.

Inverno, L. (2004). Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. In M. Fernández, M. Fernández-Ferreiro & N. Vázquez Veiga (Eds.), *Los Criollos de base ibérica: ACBLPE* (pp. 201-213). Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert.

Inverno, L. (2006). The Noun Phrase in Angolan Vernacular Portuguese: evidence for substrate influence. *VI Annual Meeting of the Associação: Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (ACBLPE)*. Universidade de Coimbra.

Inverno, L. (2009). A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In A. M. Carvalho (Ed.), *Português em contato*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert.

Kato, M. (1995) Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros. *Letras de Hoje*, 102, 57-74.

Kato, M. (2011). A natureza do objeto nulo e do nome nulo no Português Europeu e no Português Brasileiro. *Revista Intercâmbio*, v. XXIII, 13-27. São Paulo: LAEL/PUCSP.

Kato, M. & Martins, A. M. (2016), European Portuguese and Brazilian Portuguese: An overview on word order. In L. Wetzels, S. Menuzzi & J. Costa (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp.15-40). Hoboken, NJ: Wiley/Blackwell.

Kroch, A. (2001). Syntactic change. In M. Baltin, & C. Collins (Eds.), *The handbook of contemporary syntactic theory*. Cambridge, MA: Blackwell [Trad. port: Mudança sintática. Trad. de Sílvia Regina Cavalcante, 2003].

Labelle, M. (2008). Pronominal object markers in Bantu and Romance. In C. De Cat & K. Demuth (Eds.), *The Romance-Bantu Connection* (pp. 83-109). Amsterdam: Benjamins.

Lightfoot, D. (2010). *Language acquisition and language change*. John Wiley & Sons, Ltd, 677-684.

Lobo, T. (2002). A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. In R. V. Mattos e Silva & A. V. Lopes Machado Filho (Orgs.), *O português quinhentista: estudos linguísticos* (pp. 83-101). Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, D. (2006). Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v.5, n.1 e 2, 83-112.

Lucchesi, D. (2008). Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In I. Lima & L. Carmo (Org.), *História social da língua nacional* (pp. 151-180). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.

Lucchesi, D. (2009). Introdução. In D. Lucchesi, A. Baxter & I. Ribeiro (Orgs), *O português afro-brasileiro* (pp. 27-37). Salvador: EDUFBA. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Lucchesi, D. (2009). História do contato entre línguas no Brasil. In D. Lucchesi, A. Baxter & I. Ribeiro (Orgs), *O português afro-brasileiro* (pp. 41-73). Salvador: EDUFBA. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Lucchesi, D. & Ribeiro, I. (2009). Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In D. Lucchesi, A. Baxter & I. Ribeiro (Orgs), *O português afro-brasileiro* (pp. 125-153). Salvador: EDUFBA. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Lucchesi, D. (2012). A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, n. 4, 45-65.

Lucchesi, D. (2013). O contato entre línguas e a origem do português brasileiro. In E. Gugenberger, H. Monteagudo & G. Rei-Doval (Eds.), *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega.

Luís, A. R. & Kaiser, G. (2016). Clitic Pronouns: Phonology, Morphology and Syntax. In L. Wetzels, S. Menuzzi & J. Costa (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 210-233). Hoboken, NJ: Wiley/Blackwell.

Magro, C. (2007). *Clíticos: Variações sobre o Tema*. PhD dissertation, University of Lisbon.

Mapasse, E. (2005), *Clíticos pronominais em português de Moçambique*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Marquilhas, R. (2013). A Mudança Linguística. In E. P. Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs), *Gramática Do Português* (vol. 1, pp. 17-45.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Marten, L. & Kula, N. C. (2012). Object marking and morphosyntactic variation in Bantu. *Southern African Linguistics and Applied Language Studies*, 30:2, 237-253.

Martins, A. M. (2011). Clíticos na história do português à luz do teatro vicentino. *Estudos de Linguística Galega* 3, 83-109.

Martins, A. M. (2013). A posição dos pronomes pessoais clíticos. In E. P. Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs), *Gramática Do Português* (vol. 2, pp. 2229-2302). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, A. M. (2016). A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa* (pp 401-430). Berlin/Boston: De Gruyter.

Martins, A. M. (2011). Clíticos na história do português à luz do teatro vicentino. *Estudos de Linguística Galega* 3, 83-109.

Morais, M. A. T. & Ribeiro, I. (2004). Colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro. *Linha d'água*, n. 17, 22-41.

Morais, M. A. T. (2010). "Conversando sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro". In *Estudos da Lingua(gem)*, n. 8, 37-35.

Naro, A. & Scherre, M. (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola. (Capítulo 1).

- Nunes, J. (2015). *De Clítico à Concordância: O Caso dos Acusativos de Terceira Pessoa em Português Brasileiro*. Cadernos de Estudos Linguísticos 57.1:61-84.
- Pagotto, E. (1992). *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação. Campinas: Unicamp.
- Pal, D. C. & Araújo, P. P., (2015). Sintaxe e Semântica. In M. Petter (Org), *Introdução à Linguística Africana* (pp. 159-191). São Paulo: Contexto.
- Pereira, A. L. (2006). *Os Pronomes Clíticos do PB Contemporâneo na Perspectiva Teórica da Morfologia Distribuída*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Pereira, D. (2006). *Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Coleção "O Essencial sobre a Língua Portuguesa". Lisboa: Caminho.
- Petter, M. (2006/2007). Línguas africanas no Brasil. In *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, 27-28 (pp. 63-89). USP, São Paulo.
- Petter, M. (2015). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto.
- Petter, M. & Cunha, A. S. (2015). Línguas Africanas no Brasil. In M. Petter (Org), *Introdução à Linguística Africana* (pp. 221-250). São Paulo: Contexto.
- Pratas, F. (2002). *O Sistema Pronominal do Caboverdiano (variante de Santiago)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade Nova de Lisboa.
- Riedel, K. (2009). *The syntax of object marking in Sambia: A comparative Bantu perspective*. Ph.D. dissertation, University of Leiden. (Introdução e Capítulo 3).
- Roberts, I. (2007). *Diacronic syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- Roberts, I. (2010). *Agreement and Head Movement: Clitics, Incorporation, and Defective Goals*. Linguistic Inquiry Monographs 59, Cambridge, MA: MIT Press
- Scher, A. P.; Bassani, I.; Minussi, R. (2013). Morfologia em Morfologia Distribuída: Morphology in Distributed Morphology. In *Estudos Linguísticos e Literários*. n. 47, 9-29, jan-jun. Salvador.

Scher, A. P. (2015). ReVEL na escola: Morfologia Distribuída. *ReVEL*, v. 13, n. 24. [www.revel.inf.br].

Siegel, J. (2008). Pidgins/creoles and second language acquisition. In S. Kouwenberg & J.V. Singler (Eds.), *The handbook of pidgin and creole studies* (pp. 189-218). Oxford: Blackwell.

Thomason, S. (1997). Typology of contact languages. In A. Spears & D. Winford (Eds.), *The structure and status of pidgins and creoles* (pp. 71-88). Amsterdam/Philadelphia: Benjamins.

Van der Wal, J. (2015). Bantu object clitics as defective goals. In *Revue roumaine de linguistique*, LX (2-3), p. 277-296.

Van der Wal, J. (2015). Object clitics in comparative Bantu syntax. University of Cambridge, *41^o Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 7/8.

Van der Wal, J. (2017). The Awson and Random in Bantu object marking. *Harvard University IGRA Colloquium Universität Leipzig*.

Velupillai, V. (2012). *An introduction to Linguistic Typology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

White, L. (2003). *Second Language Acquisition and Universal Grammar* (pp. 1-20). Cambridge, MA: CUP.

Livro “*Jeito de Matar Lagartas*” disponível em PDF: <http://lelivros.online/categoria/contos-e-cronicas/page/2/>.